

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

FELIPE DREHMER

CAMINHOS DO LIBERALISMO: a urbanização de Curitiba na I República

Curitiba

2009

FELIPE DREHMER

CAMINHOS DO LIBERALISMO: a urbanização de Curitiba na I República

Monografia apresentada a como requisito parcial à conclusão do Curso de Direito, Setor de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Luis Fernando Lopes Pereira.

Curitiba
2009

CURITIBAS

Conheço esta cidade
como a palma da minha pica.
Sei onde o palácio
sei onde a fonte fica,

Só não sei da saudade
a fina flor que fabrica.
Ser, eu sei. Quem sabe,
esta cidade me significa.

(Paulo Leminski)

AGRADECIMENTOS

Nem sei por onde. Primeiro à Carol, por tudo (inclusive). Aos meus pais e a Deus, porque tive na vida mais sorte do que juízo. Ao professor Gediel, ao professor Celso e ao professor Luis Fernando, por dever a cada qual um quinhão... e tanto aos três – embora a gratidão se destine também a mais alguns.

São, na verdade, muitos mais os co-responsáveis pelas páginas que se seguem, mesmo que as assumo eu só, afinal, a sacola perambula e a prosa segue valendo mais do que mil palestras ou inumeráveis provas. Desatar a dizer um por um se faria um novelo sem fim, mas, que fique claro: sei a quem vai meu canto de graças.

RESUMO

O presente trabalho busca entender os caminhos tomados pelo Brasil no momento de implantação das premissas liberais nestas plagas, tanto as políticas quanto as econômicas. Parte-se do pressuposto de que o momento da proclamação da República coroa uma série de mudanças econômicas e sociais que o país já experimentava. Mais do que coroar, acelera-as. A partir da análise dos projetos políticos que surgiram com a I República, serão abordadas as transformações pelas quais passou o Paraná, justamente no momento em que a economia ligada à produção da erva mate se tornou hegemônica no território em tela. Por fim, serão trabalhadas as questões que envolveram a urbanização de Curitiba, na tentativa de identificar as ações concretas do poder público para a produção do espaço dentro das premissas liberais, antes delineadas. Almeja-se, então, relacionar o significado dos caminhos do liberalismo à senda por ele tomada aqui, Curitiba, Paraná, Brasil, tendo em vista o conceito de cidadania erigido na República Velha.

Palavras-chave: Estado Liberal; Cidadania; I República do Brasil; Urbanização; Curitiba.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	06
CAP. 01 - A REPÚBLICA VELHA.....	12
1.1. A nova trama política.....	12
1.2. Um bando de idéias novas esvoaçam.....	21
1.3. As cidades.....	29
1.4. Povo, raça, nação, cidadania.....	41
CAP. 02 - O PARANÁ E A CONGONHA.....	49
2.1. A dinâmica da economia paranaense no século XIX.....	49
2.2. A Congonha.....	54
CAP. 03 - CURITIBA (COMO A PALMA).....	66
3.1. A urbanização da Cidade – 1912-1928.....	67
3.2. A elite e seu projeto modernizante.....	78
3.3. Crescimento do Poder Executivo.....	82
CONCLUSÃO.....	88
BIBLIOGRAFIA.....	100

INTRODUÇÃO

O presente trabalho almeja ser entendido como um estudo do crescimento do aparato estatal municipal de Curitiba, a partir da conjuntura política estabelecida com a proclamação da República, em 1889. Nesse sentido, ele oscila entre a apreensão da epistemologia que orientou este processo – sua formulação no âmbito internacional e sua apropriação no nacional – e as decorrências práticas da imposição de um projeto modernizante, do qual o Estado se tornou protagonista.

A proposta é, portanto, a de se trabalhar com a vinculação entre Estado e capitalismo liberal: entender as implicações e os paradoxos contidos na teoria liberal e as resoluções encontradas pela teoria política do século XIX. Concomitantemente, buscar-se-á entender de que forma essas resoluções se vinculam em um projeto cujas pretensões totalizantes são latentes, fundado na crença no progresso técnico propiciado pelo desenvolvimento científico e, além disso, de que modo elas – as resoluções encontradas ao nível político – passam a exigir do Estado, aquele mesmo Estado guarda-noturno da teoria liberal, um papel ativo na defesa dos interesses da sociedade civil nacional.

Um dos conceitos que orientaram o desenvolvimento da pesquisa vem de ALMEIDA, para quem o século XIX é marcado pela “biologização dos conceitos sociais”¹. Tomado de forma ampla e com o intuito de nomear um horizonte de inteligibilidade, ele parece coadunar-se com uma primeira pista encontrada nas pesquisas e que diz respeito à concepção oitocentista de história, passível de ser sintetizado nas seguintes palavras de ARENDT,

o fato fundamental acerca do moderno conceito de história é que ele surgiu nos mesmos séculos XVI e XVII que prefiguraram o gigantesco desenvolvimento das Ciências Naturais. Entre as características dessa época ainda vivas e presentes no nosso mundo, é proeminentemente a alienação do homem frente ao mundo [...] o moderno conceito de processo, repassando igualmente a história e natureza, separa a época moderna do passado mais profundamente que qualquer idéia tomada individualmente.²

¹ ALMEIDA, Alfredo Wagner Bueno de. Terras tradicionalmente ocupadas: Processos de Territorialização, movimentos sociais e uso comum. In. I Encontro dos Povos dos Faxinais, 2005, Irati. Anais. Irati: IAP, 2005, p. 124.

² ARENDT, Hannah. *Entre o Passado e o Futuro*. Trad.: Mauro W. Barbosa de Almeida. São Paulo, Editora perspectiva, 3ª edição, 1992, p. 84-95.

No mesmo sentido aponta AGAMBEN,

como Nietzsche já tinha intuído, tomando como alvo o “processo do mundo” de Hartmann (“somente o processo pode conduzir à redenção”), a noção que guia a concepção oitocentista da história é aquela de “processo”. O sentido pertence apenas ao processo em seu conjunto e jamais ao *agora* pontual e inapreensível; porém, visto que este processo não é, na realidade, mais do que a simples sucessão de agoras conforme o antes e o depois, e a história da salvação tendo-se tornado neste ínterim uma pura cronologia, um resquício de sentido pode ser salvo apenas com a introdução da idéia, em si desprovida de qualquer fundamento racional, de um progresso contínuo e infinito. Sob o influxo das ciências da natureza, “desenvolvimento” e “progresso”, que traduzem simplesmente a idéia de um processo orientado cronologicamente, tornaram-se as categorias-guia do conhecimento histórico.³

Além de se relacionar com a concepção oitocentista do conceito de história, a “biologização dos conceitos sociais” parece explicar parte da assunção do conceito de “Nação” na teoria política moderna, a qual liberou, por sua vez, as potencialidades do Estado na orientação dos rumos de uma sociedade sã, guiada por critérios científicos.

Por outro lado, o século XIX também significou o elastecimento das relações capitalistas de produção. HOBBSAWM define o ano de 1914 como o fim do “longo século XIX” ou “o fim do mundo feito por e para a burguesia”⁴. Esse mundo se gerou em torno do liberalismo:

nunca houve um consenso mais esmagador entre economistas ou políticos e administradores inteligentes no que toca à receita para o crescimento de sua época: o liberalismo econômico. As barreiras institucionais que sobreviveram ao livre movimento dos fatores de produção, à livre iniciativa ou a qualquer coisa que concebivelmente pudesse vir a tolher sua operacionalidade lucrativa caíram diante de uma ofensiva mundial⁵

A constituição do sistema liberal é também o cerne da reflexão de HESPERANHA e, como ele avisa, qualquer vinculação entre liberalismo e Estado mínimo mostra-se bastante temerária. Para o autor “é freqüentemente descurado o

³ AGAMBEN, Giorgio. *Infância e História: destruição da experiência e origem da história*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005, p. 117.

⁴ HOBBSAWM, Eric. *A Era dos Impérios – 1875-1914*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007, p. 19.

⁵ HOBBSAWM, Eric. *A Era do Capital. (1848-1875)*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1977, p. 62.

papel que o direito tem, não apenas na interiorização de um modelo de cidadania [...], mas também na constituição da gramática da atividade econômica”:

é esta, ao meu ver, a chave para compreender plenamente a “governabilidade” liberal. Que, como se disse, não consiste nos mecanismos de regulação jurídico-política da economia política pós-keynesiana: mas que, pelo contrário, devolve para a sociedade civil (para o “código”, para os usos mercantis, para a moral dos negócios, para a prudência do bom pai de família, para as “ciências sociais”) o fundamental da regulação.⁶

O espraçamento do sistema capitalista pelo mundo pode, segundo HESPANHA, ser analisado a partir de três quesitos: libertação das coisas, libertação das pessoas e regulamentação em torno das necessidades do livre mercado⁷. Isso ocorre de formas distintas – variando no tempo, no espaço geográfico e no âmbito interno e externo ao próprio direito. Ao longo do século XIX, a efetivação do liberalismo vai progressivamente exigindo um papel mais ativo do Estado, justamente para efetivar sua operacionalidade, o que acaba por colocar o governo do mercado no centro gravitacional das mais diversas relações sociais, além de oferecer os instrumentos necessários para que essas relações de fato se dêem.

Somadas a essas perspectivas, orienta ainda o presente trabalho a proposta de se restringir o campo de análise ao processo de racionalização aplicado a um campo específico: a urbanização – em seu aspecto teórico – e suas consequências práticas geradas na cidade de Curitiba, no sentido proposto por FOUCAULT:

devemos investigar este tipo de racionalismo que parece específico da cultura moderna e que se origina na Aufklärung? Acredito que esta foi a abordagem de alguns membros da escola de Frankfurt [...] eu sugeriria uma outra forma de investigação das relações entre racionalização e poder. Seria mais sábio não considerarmos como um todo a racionalização da sociedade ou da cultura, mas analisá-la como um processo em vários campos, cada um dos quais com referência a um experiência fundamental: loucura, doença, morte, crime, sexualidade, etc.⁸

⁶ HESPANHA, António Manuel. *Guiando a mão invisível: Direito, estado e lei no liberalismo monárquico português*. Coimbra: Liv. Almedina, 2004, p. 435.

⁷ *Ibidem*, p. 439.

⁸ DREYFUS, H. e RABINOW, P. *Michel Foucault - Uma Trajetória Filosófica*, RJ: Forense, 1995, p. 233.

Todas as vinculações acima expostas devem, contudo, ser tomadas com cuidados para que as peculiaridades que caracterizam a I República brasileira não restem encobertas. Nesse sentido, não parece de todo equivocado entender este período como a transição de um Estado escravocrata moderno para um Estado liberal burguês, pois este momento marca o início do processo de modernização das relações sociais nestas plagas, algo que, como se verá, não se efetivou sem gerar atritos diversos, muitos deles associados ao embate entre estruturas pré-capitalistas há muito enraizadas, fruto da forma colonial adotada pelo Império português, contra forças modernizantes que então começavam a impor-se com vigor.

O legado ibérico deixado ao Brasil, no sentido proposto por HOLANDA, se fazia bastante evidente no período em tela, representado nas bases rurais, patrimonialistas e aristocráticas que compunham o quadro político e social da época⁹ – e que só viriam a sofrer considerável abalo com a crise econômica de 1929, seguida da Revolução de 1930. Da mesma forma, deve-se ter em conta que a proposta de se realizar em solo brasileiro uma efetiva industrialização – com base siderúrgica própria e com amplas atividades desenvolvidas no setor secundário – ocorre apenas após a ascensão de Getúlio Vargas.

É também de grande valia atinar para a relação então estabelecida entre cidade e campo, pois o meio citadino da República Velha não detinha a autonomia cefálica de hoje. Pelo contrário: trata-se de um momento em que a cidade é extremamente dependente do campo e em que mesmo os processos de beneficiamento de produtos como a erva mate, ocorrido no espaço urbano e pautados pela lógica da racionalização da produção, dependiam da capacidade extrativa do meio rural; além de ser a formatação política extremamente pautada por relações de mando local, determinado por bases rurais – o processo de urbanização brasileira começa a se tornar um caminho sem volta apenas após 1930.

Assim, espera-se no decorrer do trabalho se levar em conta todas as necessárias mediações entre os marcos teóricos e os fatos históricos que caracterizaram a libertação das coisas, libertação das pessoas e regulamentação em torno das necessidades do mercado durante a República Velha no Brasil.

⁹ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26ª ed., São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p. 127.

Para tanto, buscou-se, no primeiro capítulo, delinear, ainda que de forma ampla, o momento histórico vivido por aqui. O primeiro tópico ocupa-se com os percalços que sucederam a queda de Dom Pedro II, com as dificuldades encontradas para se chegar a um novo consenso político e, por fim, busca expor as bases sobre as quais se assentou a recém criada República. No tópico seguinte, serão analisadas as discussões de cunho científico que modelaram a epistemologia da época e as apropriações que fizeram os cientistas brasileiros das hipóteses formuladas na Europa. O terceiro tópico é dedicado a entender de que maneira o urbanismo nasce como uma técnica, sua vinculação à epistemologia da época que o gerou e sua forma de apreender a cidade. Desses três tópicos decorre a possibilidade do quarto, cujo objetivo visa delinear as premissas que orientaram a conceituação do projeto civilizatório posto em prática em torno do pacto político da República Velha.

Exposto o horizonte teórico com o qual se pretende trabalhar, passa-se no segundo capítulo a tratar da formação e ascensão da burguesia ervateira no Paraná do século XIX. O capítulo inicia fazendo uma rápida caracterização da economia paranaense e, em seguida, busca expor a correlação de forças que decretou a derrocada do poder político dos senhores dos Campos Gerais e a hegemonia dos donos de engenho ligados à venda da erva. Neste ínterim, será exposto o processo de racionalização da produção do mate, suas causas e conseqüências, atentando-se com mais afinco àquelas que desequilibraram a estrutura da economia de subsistência e acabaram por elastecer o espaço geográfico orientado pela produção ervateira. Este capítulo encontra-se dividido em dois tópicos, o primeiro relacionado ao modo como o mate se tornou o principal produto de exportação da recém criada província do Paraná; enquanto o segundo se debruça sobre as transformações territoriais ligadas ao cultivo e beneficiamento da erva mate.

Por fim, o terceiro capítulo restringe a análise às políticas de urbanização de Curitiba. Dividido em três tópicos, tenta-se primeiramente estabelecer o padrão de crescimento urbano da cidade e de que forma o espaço passou a sofrer com a pressão demográfica. Em seguida, busca-se entender de que maneira as novidades trazidas pelo progresso passaram a influenciar na proposta de se erigir uma cidade salubre. O segundo tópico, feito com o intuito de complementar o primeiro, dá a

palavra à intelectualidade local, que claramente chama para si a empresa de construir símbolos para o Estado e para Curitiba. O último tópico busca apresentar de que forma o papel do Estado – notadamente do executivo municipal – se fez progressivamente preponderante para que as transformações urbanas, almejadas pela mesma elite que as conduziu, se tornassem realidade.

CAP. 01 - A REPÚBLICA VELHA

Antes de deparar-se com os caminhos próprios tomados pelo Paraná no processo de constituição do sistema liberal, será de grande valia esboçar alguns traços gerais da conjuntura pela qual passava o Brasil na virada do século XIX para o XX. O primeiro destaque a ser feito é que o fim do Império e a Proclamação da República, ocorrida logo após a abolição da escravidão, significou a mudança de um Estado escravocrata moderno para um Estado liberal burguês¹⁰.

Tal passagem, prenhe de conseqüências, não foi um passeio nem se deu sem percalços de várias espécies, a começar pela nova trama política que se delineava em torno do pacto federativo e que se assentaria, ainda no século XIX, em estruturas de domínio regionais caracterizadas pela “Política dos Governadores”. Ora na senda dessa nova trama ora partindo de questões tidas por científicas (consideradas “neutras”, sem conotação política em suas premissas), houve um constante envolvimento da intelectualidade urbana – que se auto-atribuiu o dever de não apenas perpetuar a elite intelectual brasileira, mas também de formar os conceitos de povo, nação e cidadania para uma pátria tida como ainda jovem¹¹. Por fim, o crescimento urbano também se mostra atrelado à problemática indicada, seja porque as cidades passam a atrair mais contingentes de pessoas que antes viviam no campo, seja porque a massa de migrantes vindos do exterior para compor a nova nação desembarcou em portos e muitas vezes não foi gastar sua vida nas lavouras, preferiu engrossar os aglomerados humanos, que começaram a crescer, Brasil afora, em números relativos bastante vertiginosos – embora, como dito, não se possa ainda falar de independência do meio citadino em relação ao mundo rural.

1.1. A nova trama política

Segundo CARVALHO, três correntes ideológicas disputaram a definição do novo regime instituído em 1889: “o liberalismo à americana, o jacobinismo à

¹⁰ OLIVEIRA, Ricardo Costa de. *O silêncio dos vencedores. Genealogia, classe dominante e Estado no Paraná*. Curitiba: Moinho do Verbo, 2001, p. 228

¹¹ GOMES, Ângela de Castro e FERREIRA, Marieta de Moraes. *Primeira República: um balanço historiográfico*, Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 4, 1989, p. 23.

francesa e o positivismo. As três correntes combateram-se intensamente nos anos iniciais da República, até a vitória da primeira delas, por volta da virada do século”¹². Por distintas posições, portanto, atacava-se o governo de Dom Pedro II, todas elas determinadas a miná-lo através de enfáticas críticas que logo desestruturariam “as bases sobre que se assentava a estrutura da sociedade brasileira: a escravidão e a grande propriedade territorial”¹³. Aliados ao próprio fator da escravidão, outros dois, a introdução de imigrantes europeus e a expansão da economia cafeeira, tiveram importante papel, tanto para a consolidação das relações livres de trabalho, quanto para a propulsão de camadas abastadas que buscavam mais espaço na definição dos rumos do Estado.

Mas se sobravam motivações para pôr fim ao Império, faltava, ao menos na sociedade civil, uma organização capaz de articular-se ao nível nacional para tamanha empresa. O liberalismo à americana encontrava abrigo entre os grandes proprietários rurais, especialmente entre os paulistas que, em 1873, já haviam organizado o Partido Republicano Paulista, o mais bem estruturado do Brasil de então,

a província passara por grande surto de expansão do café e sentia-se asfixiada pela centralização monárquica. Para esses homens, a república ideal era sem dúvida a do modelo americano. Convinha-lhes a definição individualista do pacto social. Ela evitava o apelo à ampla participação popular tanto na implantação como no governo da República. Mais ainda, ao definir o público como a soma dos interesses individuais, ela lhes fornecia a justificativa para a defesa de seus interesses particulares. A versão do final do século XIX da postura liberal era o darwinismo social, absorvido no Brasil por intermédio de Spencer, o inspirador do principal teórico paulista da República, Alberto Sales¹⁴.

O papel de protagonista na Proclamação da República caberia à única estrutura organizada, em todo o território, de forma hierarquizada e burocrática: o exército. Antes, contudo, de tratar da politização do homem de farda e da correlação de forças existente no novo bloco hegemônico que se instalou no poder, é bom frisar que ocorria então uma expansão dos setores médios urbanos, particularmente em

¹² CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas. O imaginário da República no Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 1990, p. 09

¹³ CARDOSO, Fernando Henrique. *Dos governos militares a Prudente-Campos Sales*. In: FAUSTO, Boris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira* (vol. 8). São Paulo: DIFEL, 1975, p. 16

¹⁴ CARVALHO, José Murilo de. *A formação...* op. cit., p. 24

São Paulo. Muitas vezes essa camada era “formada por uma população urbana diferenciada, letrada e burocrática que deveria pesar na ‘opinião pública’ da época”¹⁵. Ainda que não tenha havido uma organização civil com peso nacional suficiente para assentar um novo pacto político, no plano econômico o Brasil vivia, já nas três décadas que antecederam o fim do Império, além da expansão da lavoura cafeeira, intensa prosperidade mercantil e financeira, que possibilitou mais um tímido e localizado surto urbano-industrial que propiciou mais instalações de infra-estrutura à economia agroexportadora, ampliação da rede ferroviária e melhoria dos portos, aumentando o parque industrial e incrementando o setor de serviços urbanos¹⁶. Tal abundância vinha a reboque das transformações pelas quais passava o mundo em um momento de expansão capitalista, tido como o segundo período do capital, de 1875 e 1914, e que se caracterizou pelo acirramento das disputas imperialistas entre as potências européias ao redor do mundo, fundado na busca de matérias-primas e no estabelecimento de mercados consumidores para seus produtos industrializados, movimento que espalhou as novidades técnicas da revolução industrial e desestabilizou grande número de sociedades tradicionais existentes ao redor do globo,

num sentido menos superficial, o período que nos ocupa é obviamente a era de um novo tipo de império, o colonial [...] entre 1880 e 1914, a maior parte do mundo, à exceção da Europa e das Américas, foi formalmente dividida em territórios sob o governo direto ou sob dominação política indireta de um ou outro Estado de um pequeno grupo: principalmente Grã-Bretanha, França, Alemanha, Itália, Holanda, Bélgica, EUA e Japão. As vítimas desse processo foram, até certo ponto, os antigos impérios europeus pré-industriais sobreviventes da Espanha e de Portugal. [...] A maioria dos grandes impérios tradicionais da Ásia permaneceu nominalmente independente, embora as potências ocidentais tenham delimitado ali “zonas de influência” ou mesmo de administração direta que [...] podiam cobrir a totalidade do território¹⁷

Desde a volta da Guerra do Paraguai, o exército brasileiro mostrava-se cada vez mais consciente de ter um de um papel cívico a cumprir, em nome e pelo bem da Pátria: pôr fim à monarquia e à politicalha que enchia os gabinetes do governo de

¹⁵ CARDOSO. *Dos governos militares...* op. cit., p. 17. O autor cita o censo de 1872, que aponta a existência de 8 419 672 pessoas livres, perfazendo 94,5% do total da população e 1 510 806 de escravos, 5.5% da população brasileira.

¹⁶ *Ibidem*, p. 19.

¹⁷ HOBBSAWM, Eric J. *A era dos Impérios...* op. cit., p. 88-89.

rábulas e escroques bacharéis¹⁸. Corporativistas, amplamente influenciados pelo ideário positivista, “não surgem para a grande cena nacional de 1889 contra a nova força social emergente na sociedade civil – a burguesia agrária do café e os representantes do capital financeiro-industrial – mas sim contra a ordem política que impedira as reformas necessárias, ou as fizera com morosidade e sem apostar muito nelas”, ou seja, “contra os homens que a simbolizavam os políticos do império”¹⁹. Que Comte tenha sido de grande valia aos militares pode soar risível, já que o governo militar simbolizaria, no pensamento comteano, antes um retrocesso que um avanço rumo à ditadura republicana que traria em seu bojo o progresso, “mas entram aí as surpresas que fazem interessante o fenômeno da adaptação de idéias. Acontece que os militares tinham formação técnica, em oposição à formação literária da elite civil, e sentiam-se fortemente atraídos pela ênfase dada pelo positivismo à ciência, ao desenvolvimento industrial”²⁰.

O mais radical projeto político republicano, dentre os três citados, cabia ao pequeno – mas combativo – grupo de jacobinos, formado por pessoas “atraídas pelos apelos abstratos em favor da liberdade, da igualdade, da participação, embora nem sempre fosse claro de que maneira tais apelos poderiam ser operacionalizados”²¹. Embora congregasse elementos civis e militares, dentro do próprio partido republicano este grupo já perdia espaço – mesmo antes da derrubada do Império, pelos jacobinos comparado e identificado com o Antigo Regime francês – como se pôde notar no congresso realizado pelo partido, em fevereiro de 1889, em que a ala mais moderada, liderada por Quintino Bocaiúva, elegeu o comandante do partido e afastou as teses mais radicais, ligadas ao republicanismo popular e revolucionário.

No plano econômico, o período inicial da República viveu a tentativa de desvencilhamento da política econômico-financeiro imperial, chamada por FURTADO de “socialização das perdas”²², que consistia na desvalorização cambial

¹⁸ CARDOSO. *Dos governos militares...* op. cit., p. 29.

¹⁹ *Ibidem* p. 30

²⁰ CARVALHO, *A formação...* op. cit., p. 28.

²¹ *Ibidem*, p. 26

²² FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*, São Paulo, 2003, 32 ed. Companhia Editora Nacional. O autor assim explica: “Suponhamos que, na situação imediatamente anterior à crise, o exportador de café estivesse vendendo a saca a 25 dólares e transformando esses dólares em 200 cruzeiros, isto é, ao câmbio de 8 cruzeiros por dólar. Desencadeada a crise, ocorreria uma redução,

a cada queda dos preços externos dos produtos primários produzidos no Brasil, tornando mais custosa a importação de mercadorias, o que protegia o setor exportador, embora desacobertasse a própria base de arrecadação estatal, bastante dependente dos impostos cobrados sobre produtos importados:

o aumento dos preços das importações contraía o seu volume a médio prazo e, o que era decisivo, não se propagava o efeito do ciclo descendente dos preços internacionais para o setor produtor do país. Com efeito, havendo oferta abundante de terra e mão-de-obra, o setor produtor (no caso o cafeeiro) continuava a funcionar pois os cafeicultores (em moeda local) podiam abrigar-se das crises graças às desvalorizações do mil-réis. Por certo, os demais setores sociais – especialmente as populações assalariadas urbanas – tinham seu nível de renda afetado pelo aumento do preço dos produtos importados e dos insumos industriais. E o governo via-se às voltas com déficits crescentes diante da perda que sofria com a diminuição das importações e com os efeitos das desvalorizações sobre um imposto de importação que se pagava em taxa fixa de câmbio. Daí, por outro lado, novos empréstimos externos e, novamente, em espiral, crescimento do serviço da dívida.²³

A política adotada, ainda durante o governo Provisório, levada a cabo principalmente por Rui Barbosa, então ministro da fazenda, teve por estratégia a emissão de moeda sem lastro, política chamada de “encilhamento” que, segundo CARVALHO, nos primeiros dois anos do novo regime, o fez parecer “uma autêntica república de banqueiros, onde a lei era enriquecer a todo custo com dinheiro de especulação”²⁴, levando o autor a concluir, em tom de triste deboche: “poderíamos dizer que se deu uma vitória do espírito do capitalismo desacompanhado da ética protestante”²⁵. Se o resultado da política industrializante se mostrou catastrófico – evidencia notada no arrocho salarial que se seguiu à crise especulativa²⁶ –, fez frente à necessidade de expansão de moeda para circulação, que se mostrava

digamos, de 40 por cento do preço da saca de café, a qual passava a ser cotada a 15 dólares. Se a economia funcionasse num regime de estabilidade cambial tal perda de 10 dólares se traduziria [...] em uma redução equivalente dos lucros do empresário. Entretanto, como o reajustamento vinha pela taxa cambial, as conseqüências eram outras. [...] O processo de correção do desequilíbrio externo significava, em última instância, uma transferência de renda daqueles que pagavam as importações para aqueles que vendiam as exportações. Como as importações eram pagas pela coletividade em seu conjunto, os empresários exportadores estavam na realidade logrando socializar as perdas que os mecanismos econômicos tendiam a concentrar em seus lucros”, p. 172.

²³ CARVALHO, A formação... op. cit., p. 33.

²⁴ CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados. O Rio de Janeiro e a República que não foi*. 1987. São Paulo, Companhia das Letras, p. 20.

²⁵ *Ibidem*, p. 26.

²⁶ Diz Carvalho que “no primeiro quinquênio republicano houve aumento de 100% nos salários para um aumento de mais de 300% nos preços”. CARVALHO, *Ibidem*, p. 21

imprescindível desde o fim da escravidão, além de pôr em contradição dois projetos distintos para a nação, plasmados nas correntes industrializante e conservadora:

à primeira, 'industrializante' – e freqüentemente especulativa inflacionista e cavadora de negócios, embora no fundamental portadora de valores de progresso tão ao gosto da época e afim, até certo ponto, com o reformismo positivista – contrapunha-se uma segunda corrente, mais sólida e conservadora. A crítica ao encilhamento, aos déficits crescentes, à 'artificialidade' da indústria nacional que importava insumos e, diziam os opositores, estafava o consumidor nacional, opunham-se os bem pensantes porta-vozes 'da fonte da riqueza nacional': os cafeicultores.²⁷

Neste cenário, permeado por uma crise econômica que se agravará durante o governo do Marechal Floreano Peixoto, Deodoro chamou as eleições (no dia 15/09/1890). Em fevereiro de 1891 foi promulgada a constituição, que previa o pacto federativo – dando ampla autonomia econômica e administrativa aos estados membros – e o voto universal e descoberto, vedado a mendigos e analfabetos – além da tripartição dos poderes, sendo o legislativo bicameral. Deodoro foi eleito presidente e para vice-presidência foi escolhido Floriano Peixoto, da chapa de oposição, capitaneada pela burguesia agro-exportadora paulista.

Deodoro, afirmando “não poder por mais tempo suportar o Congresso”, que veta vários de seus projetos, tenta dissolvê-lo, mas toma um revés no contragolpe que acaba por impor sua renúncia. Assume o cargo o Marechal de Ferro, Floriano Peixoto, que derruba os homens de Deodoro, interfere na autonomia dos estados, passa a sofrer oposições, enfrenta a Revolta da Armada e a Revolução Federalista, as vence e as faz sucumbir. Nesta conjuntura, o Marechal de Ferro representa

a verdadeira cesura do sistema e, ao mesmo tempo, a resolução do impasse. Só que os personagens vão atuar com o signo invertido – os mais ardorosos e jacobinos republicanos militares jogarão o peso de sua força contra a 'Subversão Monárquica', ideológica ou real, que minava na Armada e em parte da tropa do Sul, enquanto os ortodoxos civis e republicanos articularão, graças ao apoio que vão prestar ao Marechal de Ferro em sua luta anti-revoltosos, a volta ao poder daqueles que na primeira fase republicana não gozavam as boas graças das Forças Armadas. A cisão entre estas, que se aprofundara, permitiu aos civis republicanos jogar com o republicanismo como um recurso para fazer com que os 'sacerdotes do Estado' [...] se auto-imolassem no altar da pátria [...] entregando o poder à Moderação Republicana²⁸

²⁷ CARVALHO. A formação... op. cit., p. 35.

²⁸ CARDOSO. *Dos governos militares...* op. cit., p. 41.

Com Floriano, restabelece-se o governo fundado nas oligarquias, desta vez sem a presença centralizadora do poder Moderador que antes pairava sobre o Império. O próprio Marechal cuida para que a sucessão presidencial ocorra e permite que Prudente de Moraes assumira o cargo, defendendo, assim, as instituições republicanas recém erigidas, mesmo em face do assanhamento dos setores contrários à política dos cafeicultores paulistas, notadamente as camadas populares e os alas mais radicais do exército.

No período de governo do primeiro presidente civil – de 15/11/94 a 15/11/98 – acorda-se a paz com os revoltosos federalistas. Além disso, o Partido Republicano Federal começa a lançar as bases da governabilidade civil, que se faz em torno da multiplicidade de interesses locais que marca o regionalismo: as oligarquias regionais articulam-se ao redor do governo federal.

A constituição desse sistema foi levada a cabo sob o comando de Campos Sales, por ele mesmo alcunhada de “Política dos Governadores”²⁹ e que partia da convicção segundo a qual a “direção ou orientação de um processo político é uma função que pertence a poucos e não à coletividade”³⁰. Fundava-se na independência dos poderes, com prevalência presidencial, e na promessa de apoio às oligarquias regionais que estivessem na situação. Lançadas as bases da “Política dos Estados”, ela vigorará, nem sempre sem fazer fumaça e provocar escaramuças³¹, até que Getúlio Vargas, em 1930, tome o poder. No campo econômico, após a contenção de gastos ocorrida desde o governo de Prudente de Moraes, imposta por um controle deflacionista da economia, Campos Sales consegue recuperar as finanças brasileiras, deixando como resultado desses primeiros anos de efervescência republicana um quadro de econômico estável e em que

a expectativa inicial, despertada pela República, de maior participação, foi sendo assim sistematicamente frustrada. Desapontaram-se os intelectuais com as perseguições do governo Floriano; desapontaram-se os operários,

²⁹ CARVALHO, A formação... op. cit., p. 33. O autor cita Campos Sales “‘É de lá [dos estados] que se governa a república, por cima das multidões, agitadas, nas ruas da capital da união’. E prosseguindo: ‘A política dos estados [...] é a política nacional’”.

³⁰ CARDOSO. *Dos governos militares...* op. cit., p 47

³¹ Dentre as tantas, será mais bem esmiuçada a Guerra do Contestado (1912-1916), mas talvez o melhor exemplo seja o governo de Artur Bernardes, realizado quase inteiramente baixo estado de sítio.

sobretudo sua liderança socialista, com as dificuldades se organizarem em partidos e de participarem do processo eleitoral; os jacobinos foram eliminados.³²

No plano burocrático, a autonomia proporcionada pelo pacto federativo trouxe para a esfera estadual o controle do poder executivo, anteriormente centralizado nas decisões da corte, quando os presidentes das províncias eram nomeados pelo Império, alteração que tornou mais direta a dominação política das elites regionais³³. Além disso, em termos práticos, passa às mãos dos estados o controle sobre a política fundiária, há maior autonomia na política tributária, conseqüentemente maiores arrecadação e dotação orçamentárias. No campo judiciário, organiza-se a justiça estadual, no militar cada estado cria sua própria força militar. Os estados passam a poder realizar empréstimos em bancos, subvencionar empresas, conceder isenções. Assim é que “uma sociedade com novas normas pautadas pelo direito burguês começa a se estruturar através do crescimento da justiça e do direito burguês em suas características formais”³⁴.

O momento de monetarização da economia brasileira, ou seja, a inserção do sistema liberal burguês no Brasil, atrelado à concepção tão restrita de cidadania que se sagrou hegemônica ao fim das turbulências do início da República, deixaram a porteira aberta à continuação das práticas paternalistas na esfera política, fenômeno que os republicanos históricos acreditaram, enganados, que se findaria com a derrocada do Império, mas que acabou apenas por ganhar novos contornos, delineados pela autonomia federativa: floresceu o coronelismo como forma específica de controle político nos estados brasileiros.³⁵ As raízes do termo remontam aos títulos da Guarda Nacional, criada logo após a Independência, na qual se integravam, em seus diversos escalões, todos os habitantes livres do país, cabendo o título máximo, de coronel, ao senhor rural. O termo persistiu, mesmo após a extinção da referida Guarda, na República, e designava “aqueles que pareciam deter entre suas mãos grandes parcelas do poder econômico”³⁶. Alguns

³² CARVALHO. A formação... op. cit., p. 37.

³³ OLIVEIRA, O silêncio dos vencedores... op. cit., p. 229.

³⁴ Ibidem, p. 230.

³⁵ QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O coronelismo numa interpretação sociológica*. In: FAUSTO, Boris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira* (vol. 8). São Paulo: DIFEL, 1975, p. 155.

³⁶ Ibidem, p. 156

processos externos à estrutura coronelística minarão³⁷ esta forma específica de controle, politicamente definida como “uma forma de adaptação entre o poder privado e um regime político de extensa base representativa”³⁸. De acordo com OLIVEIRA,

o coronelismo só é possível em um Estado burguês e na presença de formas de sufrágio, já que é a prática político-eleitoral dos proprietários de terra locais enquanto fração subalterna do bloco no poder. Esta é a forma de articulação política dos proprietários rurais pré-capitalistas no bloco do poder no Estado burguês brasileiro. As relações sociais pré-capitalistas em um ambiente jurídico e um sistema eleitoral de um Estado burguês acarretam as formas de dominação e controle do coronelismo³⁹

Socialmente, fundava-se nas relações que indivíduos, de distintas classes sociais, constituíam ao fazer parte de uma parentela – laços estabelecidos não em consequência do coronelismo da República Velha, mas que o antecedem e fazem parte de um gênero mais amplo, típico do mandonismo local, que permeiam as raízes rurais brasileiras⁴⁰. Em muitos casos, teias de relações entre parentelas, nas quais coronéis locais aliavam-se a outros com poder e influência maiores, de forma a se poder barganhar votos por relações de reciprocidade⁴¹, serviam para coadunar os interesses nas diferentes esferas de poder político⁴² e manter o cabresto sobre os rumos da República.

Essas são as linhas gerais que orientaram as relações políticas da República Velha. Mas, como se não bastasse a imposição de um pacto político tão restrito, a recém parida república respirava, ávida, ares científicos europeus que

³⁷ Ibidem, p. 182. São os fenômenos da urbanização e da industrialização, processos internos à sociedade brasileira, porém externos à estrutura coronelística: “a cidade populosa, internamente muito diferenciada, vai escapando ao poder dos coronéis, tipo muito rudimentar de autoridade para servir a um conjunto complexo [...] o novo tipo de sociedade já está prefigurado na própria cidadezinha coronelística, e se exprime na separação entre os diferentes bairros, habitados por população de camadas diferentes da população; isto é, o bairro de vizinhança urbano se compõe de grupos sócio-econômicos homogêneos”. Tanto na estrutura coronelística quanto na urbana diversificada, o critério de diferenciação social são os bens de fortuna, mas há uma mudança entre sociedades fundadas nas pirâmides de parentela e as sociedades estruturadas segundo o prestígio econômico e ocupacional de cada indivíduo.

³⁸ Ibidem, p. 157

³⁹ OLIVEIRA. O silêncio dos vencedores... op. cit., p. 234.

⁴⁰ QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O coronelismo...* op. cit., p. 161

⁴¹ Segundo Oliveira, mesmo o caráter de sufrágio das eleições realizadas na I República deve ser tomado com cuidado, afinal, na eleição em que mais houve votantes, ocorrida em 1930, participou apenas 5.6% da população brasileira. OLIVEIRA. O silêncio dos vencedores... op. cit., p. 233.

⁴² O caso mais emblemático de poder coronelístico que ocorreu na República Velha foi o de Pinheiro Machado.

traziam “um bando de idéias novas” e que seguiam linhas nada alentadoras no que diz respeito à vinculação entre os conceitos de cidadania e raça, este último logo atrelado, a reboque das ciências biológicas, ao conceito de Nação.

1.2. Um bando de idéias novas esvoaçam

A frase⁴³ – de Sílvio Romero – refere-se às transformações que ocorreram no Brasil, a partir de 1870, que SCHWARCZ sintetiza nos seguintes termos:

A entrada e aceitação dessas novas interpretações [das teorias raciais] não significou, porém, uma ocorrência isolada. Com efeito, os anos 70 serviram de palco para uma série de fenômenos que conviveram de forma intensa. De um lado, 1871 é um ano chave na desmontagem da escravidão, já que a Lei do Ventre Livre anunciava a derrocada de um regime de trabalho muito arraigado. Por outro lado, a década de 70 é entendida como um marco para a história das idéias no Brasil, uma vez que representa o momento de entrada de todo um ideário positivo-evolucionista em que os modelos raciais de análise cumprem um papel fundamental. Por fim, o mesmo período compreende um momento de fortalecimento e amadurecimento de alguns centros de ensino nacionais – como os museus etnográficos e geográficos – que só a partir de então conformarão perfis próprios, estabelecendo modelos alternativos de análise.⁴⁴

Mesmo que para alguns a ascensão do “determinismo racial” seja entendida como um período pré-científico e, nos países periféricos, mera repetição da legitimação imperialista européia⁴⁵, a “biologização dos conceitos sociais” gerou, sem dúvidas, discussões e formou opiniões que não foram de pouca monta à definição dos rumos tomados pelo Brasil.

Por outro lado, também se mostra equivocado procurar abrigo nas garantias liberais para deslegitimar a força que tiveram os argumentos ligados à degeneração racial ou a projetos políticos eugênicos – como se a luta contra o nazismo alemão representasse a salvaguarda da pessoa humana, bastião protegido pelo mundo da democracia liberal burguesa contra todas as formas de totalitarismo. Erro crasso, afinal, grande parte dessa epistemologia foi formulada e posta em movimento nos

⁴³ “Um bando de idéias novas esvoaçam sobre nós de todos os pontos do horizonte”.

⁴⁴ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: Cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 14.

⁴⁵ Ver SKIDMORE, Thomas E. *Preto no Branco: Raça e Nacionalidade no Pensamento Brasileiro*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

países do Oeste europeu – o próprio projeto nazista inspirou-se na limpeza étnica sueca⁴⁶ e, apenas para exemplificar o alcance das políticas eugênicas em países liberais e democráticos, nos Estados Unidos foram esterilizados, por questões de degenerescência racial, mais de 70 mil pessoas e ao redor do mundo, antes de 1940, mais de 200 milhões; para não falar nas teorias do crime fundadas em análises craneométricas que pulularam nas cátedras de medicina legal e antropologia criminal, das quais a teoria lombrosiana se tornou a mais emblemática⁴⁷.

A linha argumentativa ligada à degenerescência veio a subverter certa univocidade que havia em relação a uma possível evolução e perfectibilidade do homem, independente das diferenças transitórias. Assim, as diversidades sociais poderiam ser classificadas em graus de primitivismo, de acordo com o prisma europeu, cujos olhos estão, à época, descortinando outras terras, ora por desdobramentos da colonização ora por relatos de viajantes que misturavam fantasia e realidade, habitadas por homens “estranhos em seus costumes”⁴⁸. Isso ocorre ainda no século XVIII, quando a possível perfectibilidade humana, da qual Rousseau fora o principal entusiasta, não era necessariamente atrelada à idéia de civilização, mas à faculdade humana de aperfeiçoar-se, capacidade definida pelo filósofo como quase ilimitada e que propunha uma “humanidade una, mas diversa em seus caminhos”⁴⁹.

Tais pressupostos para se pensar a diferença, tributários da idéia de igualdade da Revolução Francesa, postulavam a variação humana entre nações e povos, não entre raças. Contudo, no século XIX esboça-se uma diferença entre o cronista do século anterior e o naturalista de então, este mais preocupado em classificar e ordenar o mundo à sua volta, aquele em narrar o que vira⁵⁰. Já no início do XIX Georges Cuvier introduz na literatura o termo “raça”, que, negando o

⁴⁶ Ver documentário de COHN. *HOMO SAPIENS 1900*.

⁴⁷ STEPAN, Nancy Leys. *A hora da eugenia: raça, gênero e nação na América Latina*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005, p. 13.

⁴⁸ ROUSSEAU, Jean-Jacques. Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdades entre os homens. In *Os pensadores*. São Paulo, Abril Cultural, 1975. APUD. SCHWARCZ. *O Espetáculo das raças...* op. cit., p 44.

⁴⁹ *Ibidem*, p 44.

⁵⁰ *Ibidem*, p 47.

pressuposto da igualdade iluminista, insufla a reflexão científica com o discurso racial

como variante do debate sobre cidadania, já que no interior desses novos modelos discorria-se mais sobre as determinações do grupo biológico do que sobre o arbitrio do indivíduo entendido como “um resultado, uma reificação dos atributos específicos de sua raça”⁵¹.

O debate toma várias veredas. Grosso modo, de um lado os *monogenistas*, partidários da origem única da humanidade e de um só caminho evolutivo; do outro, os *poligenistas*, propondo justamente a variação de raças e mesmo a imutabilidade de tipos puros, empolgados pelo avanço das ciências biológicas que estabeleciam leis naturais, capazes de serem observadas através das debutantes ciências da *frenologia*, da *antropometria* e da *cranometria técnica*, todas elas ferramentas teóricas utilizadas para mesurar a capacidade cerebral dos povos e aptas a possibilitar emissões de juízos de valor, que partiam da análise das características físicas dos indivíduos⁵².

Toda essa discussão ganhou novo impulso com a publicação do livro, em 1859, *A Origem das Espécies*, de Charles Darwin⁵³. Ambas as análises antes expostas adotaram então o evolucionismo como princípio explicativo, independente da unicidade ou não da humanidade, e tornaram conceitos como “competição”, “seleção natural do mais forte”, “evolução” e “hereditariedade” a tal ponto consensuais e tão difundidos nos vários ramos de conhecimento que HOFSTADTER afirma: “se muitos descobrimentos científicos afetaram profundamente maneiras de viver, nenhum teve tal impacto em formas de pensar e crer [...] O darwinismo forneceu uma nova relação com a natureza e, aplicado a várias disciplinas sociais, formou uma geração social-darwinista”⁵⁴.

Desde então, a mescla racial passou a assombrar pelo medo da degeneração. Uns, como Broca, falam da infertilidade dos mestiços, enquanto outros, como Goubineau, lamentam-se pela “extrema fertilidade dessas populações que herdavam sempre as características mais negativas das raças em

⁵¹ Ibidem, p 47. Ela cita GALTON, Francis. *Hereditary genius*. London, Julyan Friedman, 1869.

⁵² Ibidem, p 48.

⁵³ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das raças*, p 55.

⁵⁴ HOFSTADTER, Richard. *Social darwinism in american thought*. Boston, Beacon Press. 1976. APUD SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das raças*, p 55.

cruzamento”⁵⁵. Neste horizonte explicativo se aliam tempo (passado, presente e futuro), raça e nação, tudo posto em linha reta, cuja melhor das hipóteses concedia, ao menos, a possibilidade de todas as raças atingirem a perfectibilidade, embora tal tônica não fosse, como dito, uníssona:

civilização e progresso, termos privilegiados da época, eram entendidos não enquanto conceitos específicos de uma determinada sociedade, mas como modelos universais. Segundo os evolucionistas sociais, em todas as partes do mundo a cultura teria se desenvolvido em estados sucessivos, caracterizados por organizações econômicas e sociais específicas. Esses estágios, entendidos como únicos e obrigatórios – já que toda a humanidade deveria passar por eles – seguiam determinada direção, que ia sempre do mais simples ao mais complexo e diferenciado. Tratava-se de entender toda e qualquer diferença como contingente, com se o conjunto da humanidade estivesse sujeito a passar pelos mesmos estágios de progresso evolutivo⁵⁶

A corrente poligenista também se utilizou da teoria darwinista, mas a inverteu, tratando o “híbrido sempre como degenerado e mais fraco”⁵⁷. Ela se desdobrou em outras duas, a do determinismo geográfico e a “teoria das raças” – ou darwinismo social. Esta, por sua vez, em contraposição à humanista monogênica, defendia a existência de tipos puros e acabados de raças, ainda que num passado longínquo tenha existido um ancestral comum a todas elas. Condenando qualquer tipo de miscigenação, propunha a continuidade entre características físicas e morais e, por fim, dava maior preponderância ao grupo “racio-cultural” no comportamento dos sujeitos, sub-considerando, desse modo, o livre-arbítrio como princípio das ações humanas. Dessas brilhantes conclusões ao patamar das ações concretas, faltava aos homens das ciências apenas as propor como políticas destinadas ao bem comum, que deveriam ser implementadas pelo Estado, a fim de eliminar as raças inferiores indesejáveis: surgia a eugenia, termo cunhado por Francis Galton, em 1869, que almejava “um aprimoramento genético das populações”. Nesse contexto, a evolução das raças humanas deixa de ser entendida como obrigatória, ficando restrita às sociedades “puras”⁵⁸; e mesmo a questão de civilização – antítese da barbárie – deixa de se referir a povos incivilizados ou primitivos, passando a

⁵⁵ SCHWARCZ. O Espetáculo das raças... op. cit., p. 57.

⁵⁶ Ibidem, p 58.

⁵⁷ Ibidem, p 61

⁵⁸ Ibidem, p 60

designar povos incivilizáveis, que, por exemplo, para E. Renan, eram os amarelos, os negros e os miscigenados⁵⁹. É assim, por diferentes perspectivas que pouco destoavam, que, em linhas gerais, o conceito de raça, incorporado à ciência no início do século XIX, chega ao final dele vinculado ao de Nação, de forma a pôr a “diferença”, já há tempos constatada, dentro de um projeto maior, com pretensões de universalidade, passível de ser analisada, hierarquizada e modificada pelo homem e seus saberes⁶⁰.

No contexto em que vivia o Brasil, de substituição de mão-de-obra aliada à tentativa de manutenção da rígida hierarquia social, a intelectualidade pátria, bem ao gosto de ecletismo que a caracterizava, importou e apropriou-se tardiamente de uma discussão que na Europa já começava a entibiar⁶¹, selecionando e adaptando criticamente os textos, de acordo com os interesses dos “novos ricos da cultura”⁶², o que leva CRUZ COSTA a concluir: “o que toma força não é a filosofia de Kant, de Fichte ou de Hegel, mas antes um germanismo de segunda ordem como por exemplo de Noiré, expositor do monismo que toma ares de oráculo”⁶³. Além disso, efervescia no Brasil, antes mesmo da República, a tentativa de se criar os símbolos e uma história para uma nação considerada jovem, tarefa que não só imiscuiu mas foi, desde seu princípio, pensada a partir da questão racial e do determinismo geográfico⁶⁴.

Nesse sentido, fato ocorrido que bem exemplifica os primórdios da análise racial no Brasil foi a vitória do Karl Friedrich Philipp Von Martius, em 1844, no concurso promovido pelo IHGB sobre “Como escrever uma história para o Brasil”. O referido naturalista alemão fundou sua tese justamente na questão da mescla das três raças que formavam juntas as bases do país⁶⁵. Nas décadas posteriores e, como dito, principalmente a partir da de 70, o tema da “sociedade das raças

⁵⁹ Ibidem, p 62.

⁶⁰ Ibidem, p 65.

⁶¹ Ibidem, p. 41.

⁶² A expressão é de Antonio Candido. SCHWARCZ, Lilia Moritz. O Espetáculo das raças... op. cit., p 41.

⁶³ SCHWARCZ, Lilia Moritz. O Espetáculo das raças, p 42.

⁶⁴ SCHWARCZ. O Espetáculo das raças... op. cit., a autora descreve a existência de uma ampla gama de autores, mas não os analisa de forma individual. Prefere trabalhar as variadas interpretações a partir da produção bibliográfica dos centros de pesquisa: os Museus, Institutos Históricos e Geográficos, as escolas de Medicina e as de Direito.

⁶⁵ Ibidem, p 112.

cruzadas” tornou-se mais e mais recorrente, partindo, quase sempre, da inferioridade racial como premissa científica. Em linhas gerais, os museus – embora houvesse diferentes enfoques e variação dos autores basilares entre eles – buscaram aplicar

as máximas do evolucionismo social, que pressuponha uma estrita analogia biológica, substituindo os organismos vivos por grupos sociais. Fiéis às máximas dos evolucionistas sociais, cujo foco de interesse centrava-se no desenvolvimento cultural da humanidade como um todo e não de uma sociedade em específico os antropólogos dos museus parecem entender o país como uma grande ‘arquivo’ de documentos originais e fundamentais para verificação e estudo das ‘etapas atrasadas da humanidade’, ou dos ‘momentos perdidos da história da humanidade’.⁶⁶

Era por meio da mestiçagem que, a princípio, se tentava explicar o possível atraso da Nação. Em 1911, João Batista Lacerda, então presidente do Museu Nacional do Rio de Janeiro, no I Congresso Internacional de Raças, apresentou uma palestra cujo título era “Sobre o mestiço no Brasil” e que tinha uma tese bem evidente: “o Brasil mestiço de hoje tem no branqueamento em um século sua perspectiva, saída e solução”⁶⁷. Outros argumentos semelhantes partiram dos demais centros de ensino e pesquisa⁶⁸, o que aponta uma grande desilusão entre a maior parte dos homens das ciências brasileiros do fim do século, causada pela adoção dos modelos deterministas que tantas conseqüências ruins apontavam ao futuro da Nação, tão misturada entre espécies heterogêneas e que traria, conseqüentemente, degeneração aos indivíduos e à coletividade⁶⁹.

Em 1918, Renato Kehl propôs a criação da Sociedade Eugênica de São Paulo, a primeira da América Latina, logo seguida pela criação da Sociedade

⁶⁶ Ibidem, p. 92.

⁶⁷ Ibidem, p. 11. Ver STEPAN. A hora da eugenia... op. cit., quando diz: “João Batista Lacerda, diretor do Museu Nacional, fizera uma defesa científica dessa tese do “branqueamento” em um documento preparado para o First Universal Races Congress (Primeiro Congresso Universal de Raças), em Londres. Em 1912, Lacerda calculava, com base em dados do Censo brasileiro, que por volta do ano de 2012 a população negra estaria reduzida a zero e os mulatos não seriam mais que 3% do total”, p. 166.

⁶⁸ Os negros, no livro de Nina Rodrigues, medico da escola baiana, prefaciado por Silvio Romero, jurista da escola de Recife, eram desconsiderados em relação às etnias – em nome da imparcialidade científica – e ganharam todos um mesmo juízo: um impedimento à civilização branca, ou melhor, “um dos fatores de nossa inferioridade como povo”. A questão, para os baianos, ligava passado, presente e futuro: a colonização negra no país, a imensa variável mestiça existente e, por fim, a impossibilidade de diagnósticos precisos para o futuro da população, em SCHWARCZ. O Espetáculo das raças... op. cit., p. 209.

⁶⁹ SCHWARCZ. O Espetáculo das raças... op. cit., p 240.

Eugênica de Buenos Aires. Nesta época, a hegemonia discursiva da questão racial não se fazia mais tão forte na ceara científica – embora ainda estivesse para vir o Estado Novo, momento em que um projeto de eugenia negativa esteve mais próximo de ser posto em prática, através de políticas públicas, no Brasil. Mas, se perdia aos poucos o vigor que tivera, isso não impediu a formulação de projetos cada vez mais intrusivos e descabidos⁷⁰, notadamente mais políticos do que científicos, arraigados em preconceitos que passaram a desassossegar a comunidade científica⁷¹.

No que diz respeito aos aspectos científicos, o pessimismo do início do século passava a dar lugar a um certo otimismo, seja por conta do branqueamento relacionado à imigração, seja porque a determinação da raça e do clima passaram a ser contestados no que tange à possibilidade de progresso e civilização, dando lugar à “panacéia do saneamento”⁷², a qual, como será exposto a seguir, já estava sendo levada a cabo, tanto por engenheiros higienistas quanto por médicos sanitaristas, havia tempo. De qualquer modo, a década de 1930 marca, no plano nacional, o surgimento das teses revisionistas, de cunho culturalista, propostas primeiramente pelo sociólogo Gilberto Freyre.⁷³ No plano internacional, “é comum dizer que, por volta da década de 1930, a eugenia era uma pseudociência já desautorizada pela moderna genética e desacreditada por razões políticas, entre as quais destacava-se o surgimento da extremada eugenia nazista na Alemanha, em 1933”⁷⁴. No plano literário, o exemplo mais emblemático da mutação de opiniões coube a Monteiro Lobato, criador do personagem Jeca Tatu, primeiramente entendido como um degenerado, chamado inclusive de *sarcopta*⁷⁵, e que foi, em seguida, tratado como

⁷⁰ Esse sentido restou claro na lei de imigração, proposta já no Estado Novo, que proibia a entrada de japoneses e de judeus no Brasil, além de estabelecer cotas para as outras nacionalidades, lei que relacionava questões de eugenia, de saúde pública – dizia-se que os japoneses que para cá já haviam vindo trouxeram variadas doenças – e, por fim, de nacionalidade, porque continuar deixando a imigração a rédeas soltas poderia significar a criação de um “mosaico racial no Brasil”. Ver STEPAN. A hora da eugenia... op. cit., p. 176.

⁷¹ STEPAN. A hora da eugenia... op. cit. A autora fala da estapafúrdia previsão do evolucionista mexicano Alfonso L. Herrera que, em 1921, acreditava “que, no futuro não muito distante, a ciência laboratorial permitiria à humanidade realizar na Terra ‘o sonho do paraíso’, onde ‘reinam supremos o intelecto, a beleza da forma e a virtude’. Esta forma perfeita seria ‘helênica’, pensava ele”, p. 149.

⁷² Ibidem, p. 168.

⁷³ Ibidem, p. 66.

⁷⁴ Ibidem, p. 67

⁷⁵ No livro “Urupês”, o autor escreve da seguinte forma: “Chegam silenciosamente, ele e a “sarcopta” fêmea, esta com um filhote no útero, outro ao peito, outro de sete anos à orelha da saia - este já de

um doente que precisava de cuidados, como alimentação digna e eliminação dos parasitas que o assolavam e corroíam sua saúde⁷⁶.

No que concerne ao tema central aqui proposto, três conclusões tornam-se latentes. A primeira diz respeito à não aplicação de políticas eugênicas negativas em plagas brasileiras: talvez o principal motivo para que isso não tenha ocorrido não tenha sido a existência de direitos liberais que garantiam a liberdade do indivíduo frente ao Estado, aptos a proteger a dignidade da pessoa humana, mas sim o catolicismo, tão arraigado à nossa cultura, sempre contrário às teorias que atacassem as premissas evangélicas de que todos os seres humanos, independente da raça, são filhos de Deus.

A segunda consequência diz respeito à proposição dos direitos sociais. Ainda que o movimento operário tenha, na República Velha, se mostrado vigoroso e lutado por condições mais dignas de trabalho e vida, a vinculação discursiva entre a intervenção do Estado em áreas como saúde e moradia foi formulada, à época, pela elite intelectual do país, a partir da reflexão sobre saneamento e eugenia positiva da população:

a ameaça de distúrbios urbanos pôs em xeque a capacidade de resolver problemas sociais do liberalismo *laissez-faire* à moda antiga e sugeriu novos papéis para o Estado na regulação das relações entre operários e proprietários, chegando mesmo à intervenção direta na vida social [...] a eugenia latino-americana associou-se aos reclamos pela introdução de tal legislação social, e essa associação influenciou a forma que assumiu. O progresso real foi extremamente lento, e muito da legislação social eventualmente aprovada na década de 1920 era mais simbólico que real, uma oportunidade para retórica, em vez de redistribuição séria de recursos econômicos e sociais⁷⁷

pitinho na boca e faca à cinta. Completam o rancho um cachorro sarnento - Brinquinho -a foice, a enxada, a pica-pau, o pilãozinho de sal, a panela de barro, um santo encardido, três galinhas pevas e um galo índio. Com estes simples ingredientes, o fazedor de sapezeiros perpetua a espécie e a obra de esterilização iniciada com os remotíssimos avós. Acampam. Em três dias uma choça, que por eufemismo chamam casa, brota da terra como um urupê. Tiram tudo do lugar, os esteios, os caibros, as ripas, os barrotes, o cipó que os liga, o barro das paredes e a palha do teto. Tão íntima é a comunhão dessas palhoças com a terra local, que dariam idéia de coisa nascida do chão por obra espontânea da natureza - se a natureza fosse capaz de criar coisas tão feias." Uma nova leitura, diversa e definitiva, é dada ao Jeca no livro "O problema Vital".

⁷⁶ STEPAN. *A hora da eugenia...* op. cit., p. 168.

⁷⁷ *Ibidem*, p. 49.

Também corrobora com esta hipótese a saga dos médicos e engenheiros que passaram a lutar pelo saneamento e higiene populacionais, primeiro urbana – Oswaldo Cruz é o principal exemplo – depois da população dos sertões⁷⁸.

No entanto, o tema que mais salta às vistas é a vinculação entre raça e cidadania. No que diz respeito à mescla étnica, enquanto as teorias raciais se fizeram hegemônicas,

de modo geral, os países latino-americanos eram negativamente estereotipados pelos cientistas europeus como ‘novas’ nações cujas identidades ainda não se haviam estabilizado em formas raciais coerentes. Os argentinos eram vistos, na melhor das hipóteses, como europeus pobres. O México, com seus índios e mestiços, jamais foi considerado próximo à norma branca dos racistas. No Brasil, o clima tropical era visto como fator adicional de deterioração de sua população miscigenada⁷⁹

As conseqüências dessa epistemologia para a formulação de uma cidadania são as mais nefastas possíveis, pois

o desejo de ‘imaginar’ a nação em termos biológicos, de purificar a reprodução das populações para adequá-las às normas hereditárias, de regular o fluxo de pessoas através das fronteiras nacionais, de definir em novos termos quem poderia pertencer à nação ou não – todos esses aspectos da eugenia giravam em torno de questões de gênero e raça e produziam propostas ou prescrições de novas políticas invasivas de Estado voltadas para os indivíduos. Em resumo, por causa da eugenia, gênero e raça ficaram ligados à política de identidade nacional⁸⁰.

1.3. As cidades

A imigração, seja pela proposta do branqueamento eugênico seja pela necessidade de substituição da mão-de-obra, trouxe várias conseqüências à estrutura social brasileira. Inicialmente – desde meados do século XIX – direcionados ao povoamento da região Sul, no limiar do século XX já desembarcavam grandes levas de imigrantes nos portos de Santos e do Rio de Janeiro, a maior parte para trabalhar nas lavouras de café ou nas cidades que então

⁷⁸ Ibidem, p. 168.

⁷⁹ Ibidem, p. 150.

⁸⁰ Ibidem, p. 117.

desenvolviam parques (mas crescentes) setores secundários e variadas atividades de prestação de serviços.

As cidades brasileiras, principalmente as do Sul e do Sudeste, acompanharam essas transformações, ainda que, segundo SANTOS, o primeiro surto de urbanização vivido pelo país tenha ocorrido apenas entre as décadas de 1920 e 1940⁸¹. No contexto das mudanças pelas quais passava o Brasil na República Velha, algumas anteriormente mencionadas, os “problemas urbanos” ganharam maior ênfase, assim como as propostas para lhes pôr fim, mais uma vez importadas, pela elite intelectual tupiniquim, de centros de pesquisa europeus e estadunidenses – com prevalência dos franceses – e adaptados à realidade nacional.

Uma das diferenças mais evidentes em relação à formação histórica dos países centrais do capitalismo é que, lá, urbanização e industrialização foram fenômenos concomitantes, enquanto na América Latina houve um descompasso entre eles, tardando o segundo em relação ao primeiro, característica típica daquilo que hoje representa o desenvolvimento urbano territorialmente concentrado e recheado por extremada desigualdade social, modelo de desenvolvimento não apenas latinoamericano, mas vastamente encontrado nos países subdesenvolvidos que lograram algum tipo de industrialização. Nos países centrais do sistema capitalista liberal, sistema que se empunha, na virada do século XIX, com força Brasil afora, cabe como luva a análise weberiana sobre a formação das cidades, talvez por eles, os países centrais do sistema capitalista liberal, terem fornecido os modelos de comunidades urbanas tematizadas pelo autor – no horizonte aberto pelo processo de racionalização – talvez porque esta constância na referência ao berço do capitalismo seja a tônica principal da ciência moderna⁸².

⁸¹ SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*, 5 Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008, p. 25: “se o índice de urbanização pouco se alterou entre o fim do período colonial até o final do século XIX e cresceu menos de quatro pontos os trinta anos entre 1890 e 1920 (passando de 6,8% a 10,7%), foram necessários apenas vinte anos, entre 1920 e 1940, para que essa taxa triplicasse, passando a 31,24%”.

⁸² Justiça seja feita, Weber discorre sobre várias formações históricas de agrupamentos humanos de distintas regiões do globo – habitados por diferentes culturas e inseridos em distintos modos de produção – antes de caracterizar a cidade em termos de comunidade urbana, enfatizando, desde o início da reflexão, a relação estabelecida em torno do mercado de trocas como uma das características necessárias, embora não suficiente. A prevalência analítica da cidade Européia se faz na soma de cinco quesitos: “nem toda ‘cidade’ no sentido econômico, nem toda fortaleza que, no sentido político-administrativo, supunha um direito particular dos habitantes, constitui uma

Propondo uma categorização diversa, mas que guarda semelhança com a weberiana, não sem antes esboçar certa meia culpa⁸³, LEFEBVRE estabelece três modelos analíticos que compreenderiam as diversas formações históricas: a *cidade política*, a *cidade comercial* e a *cidade industrial*. O ponto de inflexão em que o mundo urbano passaria a prevalecer sobre o mundo agrário estaria esquematicamente estabelecido entre a cidade comercial e a industrial, enquanto, da cidade industrial à *zona crítica* atual, haveria um ponto de “implosão-explosão”, cujas particularidades seriam indicadas por fenômenos como “a concentração urbana, o êxodo rural, a extensão do tecido urbano e a subordinação completa do agrário ao urbano”⁸⁴. Nesse esquema, a cidade política fora comandada por sacerdotes, príncipes, nobres, chefes militares, administradores e escribas, sendo a escrita condição básica para seu estabelecimento – ainda que Cusco fuja à regra, afinal, pois o Império Inca não a conheceu. A troca e o comércio jazeriam em um patamar secundário da cidade política, e ela “resiste com toda a sua força, com toda a sua coesão; ela sente-se, sabe-se ameaçada pelo mercado, pela mercadoria, pelos comerciantes, por sua forma de propriedade (a propriedade mobiliária, movente por definição: o dinheiro). Mas, mesmo enfrentando resistência, a praça do mercado consegue, depois de séculos, tomar o lugar de centralidade que pertencera à praça das decisões, e “o urbano torna-se o lugar do encontro das coisas e das pessoas para a troca”⁸⁵. Ao redor do mercado – notadamente o autor se refere ao

‘comunidade’. A comunidade urbana, no sentido pleno da palavra, existe como fenômeno extenso unicamente no Ocidente. Além disso existe em uma parte do Oriente Próximo (Síria, Fenícia, talvez Mesopotâmia), porém só eventualmente em embrião. Para isso seria necessário que encontrássemos estabelecimentos de caráter industrial-mercantil bastante pronunciado, a que correspondessem estas características: 1) a fortaleza, 2) o mercado, 3) tribunal próprio e direito ao menos parcialmente próprio, 4) caráter de associação, e, unido a isso, 5) ao menos uma autonomia e uma autocefalia parcial, portanto, administração a cargo de autoridade em cuja escolha os burgueses participassem de alguma forma”. WEBER, Max. *O fenômeno urbano*, p. 82

⁸³ LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999, p. 21. Assim diz o autor: “A representação segundo a qual o campo cultivado, a aldeia, e a civilização camponesa, teriam letamente secretado a realidade urbana, corresponde a uma ideologia. Ela generaliza o que se passou na Europa por ocasião da decomposição da romanidade (do Império Romano) e da reconstituição das cidades na Idade Média. Pode-se muito bem sustentar o contrário. A agricultura somente superou a coleta e se constituiu como tal sob o impulso (autoritário) de centros urbanos, geralmente ocupados por conquistadores hábeis, que se tornaram protetores, exploradores e opressores, isto é, administradores, fundadores de um Estado ou de um esboço de Estado. A cidade política acompanha, ou segue de perto, o estabelecimento de uma vida social organizada, da agricultura da aldeia”.

⁸⁴ *Ibidem*, p. 27.

⁸⁵ LEFEBVRE. *A revolução urbana...* op. cit., p. 22.

mundo europeu que se estabelece ao final da Idade Média – edifica-se a Igreja e a prefeitura, esta ocupada por “uma oligarquia de mercadores”. Do mesmo modo, a terceira forma de cidade, a cidade industrial, precisou impor-se ante à dos mercadores:

assim como a *cit * política resistiu durante longo tempo é a  o conquistadora, meio pacífica, meio violenta, dos comerciantes, da troca e do dinheiro, a cidade política e comercial se defendeu contra o domínio da indústria, contra o capital industrial e o capitalismo *tout court*. Por que meios? Pelo corporativismo, a imobiliza o das rela oes.⁸⁶

O sentido dessas transforma es é apresentado com mais vagar por MUMFORD. O processo de implanta o da cidade comercial, parcialmente responsável e amplamente beneficiado pela regularidade da cidade barroca, também é descrito pelo autor como um lento combater-se contra as estruturas e costumes da Idade Média, cujo resultado final, alcançado após séculos,

foi introduzir os costumes da praça de mercado, de maneira universal, em todos os cantos da cidade: nenhuma parte dela ficava imune   mudança, se esta pudesse ser conseguida em troca de lucro. Como vimos, essa mudança começou na cidade medieval, com o crescimento do comércio   longa distância. Tão bem implantada achava-se essa nova espécie de

⁸⁶ Ibidem, p. 25. Este esquema de Lefebvre ressoa na análise da política moderna proposta por Hannah Arendt – ainda que a cidade política por ela descrita se restrinja    gora grega, nunca encontrada em outras forma es como o Império Egípcio ou o Persa. Para a autora, o declínio da “a o entre os homens”, já praguejada por filósofos gregos em nome da “vida contemplativa”, por conta da efemeridade da esfera política e por ser ela via que impossibilitava o alcance da verdade ideal, atingida apenas pela contempla o, os “feitos e palavras dos homens entre seus iguais” teria dado, após a Idade Média, lugar   ascensão do *Homo Faber*, que interagiria com seus pares apenas para fins de troca, na praça do mercado, como mercador ou artífice que era. A revolu o industrial e a divisão social do trabalho teriam, por fim, posto no patamar máximo da hierarquia das condi es de existência humana aquela que os gregos consideravam a menos digna, a do Animal Laboral, pois as referidas transforma es, somadas ao (conseqüente) nascimento da sociedade de massas, que então se impunha, fazem dos processos naturais (e recíprocos) do labor e do consumo, t picos do animal laboral, os fins últimos da organiza o política, fenômeno que se dá, para a autora, tanto nas sociedades capitalistas quanto nas comunistas, com maior boa vontade dispensada àquelas, por elas guardarem ainda, através das institui es da praça mercantil, algumas características de “liberdade” que antecederiam a total inversão dos valores políticos gregos: “a verdade bastante inc moda de tudo isto é que o triunfo do mundo moderno sobre a necessidade se deve à emancipa o do labor, isto é, ao fato de que o *animal laborans* pôde ocupar a esfera pública; e, no entanto, enquanto o *animal laborans* continuar de posse dela, não poderá existir uma esfera verdadeiramente pública, mas apenas atividades privadas exibidas em público. [...] A universal exigência de felicidade e a infelicidade tão comum em nossa sociedade (que são apenas os dois lados da mesma moeda) são alguns dos mais persuasivos sintomas de que já começamos a viver numa sociedade operária que não tem suficiente labor para mantê-la feliz. Pois somente o *animal laborans* – e não o artífice nem o homem de a o – jamais exigiu ser ‘feliz’ ou pensou que homens mortais pudessem ser felizes”. ARENDT, Hannah. *A Condi o Humana*. Trad.: Roberto Raposo. Rio de Janeiro, Editora Forense Universitária, 8  edic o, 1997, p. 146-147.

comércio, fora dos domínios dos regulamentos individuais das guildas, que, em 1293, os corretores ou 'factores' de Bruges tinham apresentado sua pretensão de agir como intermediário em todas as transações em grosso, em sua cidade.⁸⁷

O capital líquido “revelou-se como um solvente químico” que corroeu a sociedade mediévia de modo “mais impiedoso que o mais impiedoso dos monarcas absolutos”; e, ao longo da transformação, não só a praça concreta da sociedade medieval deu lugar ao mercado abstrato transacional, assim as leis de justo preço, protetoras tanto dos produtores quanto dos consumidores, que faziam da Igreja o principal depositário do excedente gerado coletivamente, estavam com os dias contados⁸⁸. As guildas e corporações de ofício, paulatinamente no século XVI e mais rapidamente após o XVIII, sucumbiram ao capitalismo, do mesmo modo que toda a organização territorial da cidade – jardins de mercado, pomares, bosques, campos de jogos, aldeias – que pudesse sacrificar o tráfego rápido e o ganho financeiro⁸⁹. A terra fugiu do controle comunal, passando a pertencer a indivíduos e se tornando produto extremamente rentável ao capital especulativo – fenômeno encontrado em Londres já no século XVI, juntamente com a aglomeração populacional em cortiços e a produção de espaço às moradias dos trabalhadores em lotes pequenos e apinhados. Os resultados às cidades da nova ética que então se empunha são sintetizados por MUMFORD, de forma abranger tanto a cidade comercial quanto a industrial de LEFEBVRE, nos seguintes termos:

nos arredores da cidade comercial, esse processo prosseguiu em ritmo acelerado. Dividindo fazendas contíguas em trechos de construção, o desmembramento, peça a peça, da cidade organizada foi realizado. [...] Com a demolição da muralha militar, os controles sociais sob a infinita expansão e dispersão da cidade desapareceram: a aceleração dos transportes, empresa a princípio privada, depois pública, aumentou as possibilidades de rodízio e acelerou o ritmo de toda a transformação urbana. A especulação comercial, a desintegração social e a desorganização física prosseguiram de mãos dadas. No próprio momento em que as cidades se estavam multiplicando em número e aumentando em tamanho, por toda a civilização ocidental, a natureza e a finalidade da cidade tinham sido completamente esquecidas: formas de vida social que os mais inteligentes já não compreendiam, os mais ignorantes estavam

⁸⁷ MUMFORD, Lewis. *A Cidade na História: suas origens, transformações e perspectivas*. São Paulo: Martins Fontes, 3 ed., 1991, p. 446.

⁸⁸ Ibidem, p. 448.

⁸⁹ Ibidem, p. 449.

preparados para construir. Ou antes, os ignorantes estavam completamente despreparados, mas isso não os impedia de construir⁹⁰

As cidades capitalistas passaram a ser prolongadas com ênfase no regular e calculável que o retângulo, como unidade padrão de ampliação, possibilita, medindo-se os lotes pela área de frente que tinham e deixando-os com amplos fundos: o crescimento da cidade pôde então se dar para qualquer lado, desde que seguisse o esquema estabelecido pelas plantas em grade, mesmo que o produto final apresentasse deficiência e desperdício de recursos⁹¹. Associada à grade especulativa, o século XIX viu se desenvolver o sistema de transportes públicos. Assim, “às diligências públicas seguiram-se as estradas de ferro, as lanchas a motor, as pontes, o trânsito eletrificado de superfície, os metrôs e elevados, embora nem sempre na mesma ordem cronológica”⁹², o que, em constante espiral, possibilitava o aumento da cidade. Outra característica do desmesurado crescimento citadino associado ao lucro corrente foi a implantação da avenida em corredor, “uma artéria linear destinada principalmente a facilitar a circulação de veículos de roda. Na nova planta, quase que não existia diferenciação alguma entre rua e avenida, entre circulação de vizinhança e circulação transurbana”⁹³.

Em relação aos aspectos sociais, MUMFORD cita a famigerada frase de GEDDES: “cortiço, semicortiço e supercortiço – a isso chegou a Evolução das Cidades”; e complementa: “por volta do século XVII, a miséria tinha sido aceita como destino normal da vida, por uma parte considerável da população [...] já se calculou que nada menos de uma quarta parte da população urbana, nas cidades maiores, consistia de marginais e mendigos: era esse excedente que se considerava, pelo capitalismo clássico, um sadio mercado de trabalho”⁹⁴. Tal situação corresponde ao momento em que a fábrica

passou a ser o núcleo do novo organismo urbano. Todos os demais detalhes da vida ficaram subordinados a ela. Muitas vezes, até mesmo serviços públicos tais como suprimento de água e o mínimo indispensável em edifícios públicos, necessários à existência da cidade, se não tinham sido construídos por uma geração anterior, só apareciam mais tarde, eram

⁹⁰ Ibidem, p. 454.

⁹¹ Ibidem, p. 458.

⁹² Ibidem, p. 460.

⁹³ Ibidem, p. 464.

⁹⁴ Ibidem, p. 469.

coisas em que só depois se pensava. Não era simplesmente a arte e a religião que os utilitaristas tratavam como meros ornamentos: a administração política inteligente achava-se na mesma categoria. No primeiro esforço da exploração, não se tomava providencia alguma quanto à proteção policial e contra incêndios, inspeção de água e alimentos, cuidados hospitalares e educação⁹⁵

O esboço da produção do espaço nas cidades européias proposto pelo autor remonta a algo tão caótico que, não apenas uma vez, ele praticamente dá graças à destruição causada na Segunda Guerra, principalmente de áreas portuárias das grandes cidades, porque sobre os destroços pode-se, ao menos, erguer-se uma nova urbanidade, pautada por algo que não fosse apenas o interesse individual. Lembra que o rio (ou canal) era “o mais barato e mais conveniente lugar de despejo de todas as formas solúveis ou semi-solúveis de detritos”, desenha uma cidade bloqueada em seu horizonte por “grandes montes de cinzas, borra de ferro, escória, ferro enferrujado e até mesmo restos de comida”, sugerindo que vinte chaminés juntas, num espaço reduzido, poluíam irremediavelmente a paisagem, o ar e a água⁹⁶. E nessa senda, na medida em que cresciam as fábricas em tamanho e produção, aumentava a demanda de um aglomerado humano que, caso ainda não existisse, se formaria com facilidade nas cercanias das regiões produtoras de carvão ou nas imediações de ferrovias, de modo que

não ocorria simplesmente serem as novas cidades, em seu todo, soturnas e feias, ambientes hostis à vida humana, mesmo no seu nível fisiológico mais elementar; também o sobrepovoamento padronizado dos bairros pobres repetia-se nas moradias de classe média e nos alojamentos dos soldados, classes que não estavam sendo diretamente exploradas com objetivos econômicos⁹⁷.

Ordem a esse caos seria proposta por melhoramentos “que só três gerações de legislação ativa e engenharia sanitária maciça finalmente puderam produzir”.⁹⁸

Era o culto da limpeza, da cidade com ar puro e água fresca, detentora de parques que lhe serviam de pulmões (ou *verduras sanitárias*⁹⁹), pensada, já na década de 1870, por critérios científicos, que começa a tomar o lugar do utilitarismo

⁹⁵ Ibidem, p. 496.

⁹⁶ Ibidem, p. 497.

⁹⁷ Ibidem, p. 501.

⁹⁸ Ibidem, p. 500.

⁹⁹ Ibidem, p. 514.

da iniciativa privada. Impulsionada pelas reflexões nas áreas biológicas, notadamente o desenvolvimento em bacteriologia, cujo grande destaque foi Pasteur, brota uma nova concepção “do ambiente externo tanto quanto do interno dos organismos”; o que viria a melhorar as condições de vida na cidade toda, primeiramente nas áreas onde vivia a população mais abastada, melhora que posteriormente alcançou a classe média e, por fim, bairros de trabalhadores, tornando-se em socialização efetiva e difundida de novos padrões de higiene, cujos resultados plasmam-se na queda dos índices de mortalidade, ocorrida a partir de 1870. A comoção social gerada pelas questões de higiene na cidade tomou tamanha envergadura que, para MOMFORD, a higiene sanitária e a profilaxia foram as contribuições mais positivas do urbanismo do século XIX. Tratava-se de um novo direcionamento, ou antes, de um alargamento das aplicações práticas de premissas epistemológicas concebidas cientificamente,

todos os setores da sociedade deveriam ser objetos da ciência, e o cientificismo utilitarista manifestou-se, entre outras formas, pelo “organicismo” social, na tentativa de conduzi-lo à ordem e ao progresso desejados. Essa visão apresentava um outro aspecto: a crença de que os organismos tendem sempre à evolução e à complexificação. Seria possível, como em uma escala de valores, definir as posições das formas mais simples de vida até a mais complexa. [...] Esse conjunto de idéias serviu de base, na segunda metade do século XIX, às iniciativas de médicos-sanitaristas e de engenheiros, que tomaram o meio urbano como seu objeto de trabalho. A cidade, um ser “orgânico”, seria possuidora de um ciclo vital, e aqueles profissionais deveriam estar aptos a diagnosticar as “doenças” e propor as “terapêuticas” adequadas que garantissem seu equilíbrio e longevidade.”¹⁰⁰

Contemporânea ao desenvolvimento da fábrica e da cidade capitalistas – que em muitos aspectos dela são tributárias – a ciência moderna¹⁰¹ e seus tentáculos técnicos passaram a envolver mais uma parte da realidade do homem europeu. A bem da verdade, o mundo legado ao século XIX já era em muito

¹⁰⁰ TRINDADE, Etelvina Maria de Castro. Cidade, homem e natureza: uma história das políticas ambientais de Curitiba, Curitiba: Unilivre, 1997, p. 15-16.

¹⁰¹ A nova postura do homem frente ao mundo, a ascensão do antropocentrismo, a propositura de um método seguro para se atingir uma verdade que se esconderia dos sentidos humanos, além das conseqüências redundadas desta perspectiva são temas que já foram estudados por diversos autores, a partir de variadas abordagens. Um bom exemplo pode ser encontrado em textos da escola de Frankfurt, notadamente o texto “Eclipse da razão”, de Horkheimer.

decorrência da aplicação prática dos conhecimentos gerados pela Revolução Científica,

de fato, o que ficou conhecido como revolução técnica do final do século XVIII não foi outra coisa senão o resultado material da aplicação prática dos princípios científicos, realizada pelo utilitarismo capitalista. Num curto espaço de tempo conseguiu-se um desenvolvimento técnico que nunca se havia visto. Certamente que as implicações de tal transformação foram muitas, sendo a mais importante o fato de o capitalismo do século XIX ter sido radicalmente diferente daquele verificado nos séculos anteriores, a industrialização em larga escala aumentou assustadoramente o potencial produtivo.¹⁰²

Mesmo a filosofia, a reboque do desenvolvimento científico, passara a pensar a humanidade pelos rigores matemáticos¹⁰³. Os crescentes desenvolvimentos técnicos embasbacavam tanto pelo domínio da natureza que demonstravam quanto pelas cifras da produção econômica, que cresciam em números estonteantes. No que diz respeito às cidades européias, já nos primórdios da revolução científica foram aplicados os conhecimentos técnicos então em voga,

Alberti antecipou os aspectos mais marcantes do urbanismo, no auge da Revolução Científica. Durante o período barroco, notadamente entre os séculos XVII e XVIII, as intervenções sobre o espaço da cidade sofreram os reflexos deste movimento de idéias. Uma desenfreada busca por coerência e geometrização marcou a atividade dos arquitetos. A rua reta, a ininterrupta linha horizontal de tetos, e a adoção dos mesmos elementos (cornijas, lintéis, janelas,...) para as fachadas, foram perseguidas com obstinação. A desordem que perpassou a cidade antiga e medieval, e que havia sido tolerada até então, começou a dar espaço à formalidade, à clareza, porém, levadas quase sempre ao extremo. Este movimento por clarificação e coerência demonstra a pretensão dos arquitetos de lançar luz ao passado que desprezavam, ainda mais quando se verifica que nesse período houve um espantoso aumento da utilização dos recursos matemáticos. [...] Daí a completa submissão da realidade objetiva à composições e elementos imaginários. Houve uma supervalorização dos novos métodos de cálculo e das figuras geométricas [...] Tudo devia estar em conformidade com os projetos abstratos: a topografia irregular devia ser aplainada e a rua não desviaria seu curso para poupar um pequeno bosque. Se houvesse qualquer conflito entre o esquema mentalmente concebido e os interesses sociais, a geometria levava a vantagem. O arquiteto

¹⁰² CUNHA FILHO, Valter Fernandes da. *Cidade e Sociedade: a gênese do urbanismo moderno em Curitiba*. Curitiba, Dissertação de Mestrado, DEHIS / SCHLA / UFPR, 1998, p. 48.

¹⁰³ CUNHA FILHO cita uma esclarecedora passagem de ARENDT: “a dependência do pensamento moderno face às descobertas fatuais das Ciências Naturais mostra-se com máxima clareza no século XVII. Nem sempre ela é admitida tão facilmente como por Hobbes, que atribui sua filosofia exclusivamente aos resultados da obra de Copérnico e Galileu, de Kepler, Gassendi e Mersenne, e que denunciou toda a filosofia passada como absurda ...”. Ver: ARENDT, Hannah. *Entre o Passado e o Futuro...* op. cit., p. 87.

Francesco Martini, como Bacon e Galilei, achava que a linguagem da natureza era a matemática e a melhor maneira de dominá-la era conhecendo-a: ele usava a geometria esférica para resolver o problema das colinas em curvas.¹⁰⁴

Enfocando-se esse apego às soluções técnicas, não parece de todo equivocado supor um raciocínio no qual a cidade barroca teria dado lugar à cidade mercantil e esta à cidade industrial. Durante esse processo, a técnica esteve primeiro sob o controle dos interesses estéticos que caracterizam o período barroco – no qual os interesses da nascente burguesia ainda não eram hegemônicos. Posteriormente as técnicas de produção do espaço teriam sido submetidas ao utilitarismo e aos interesses individuais, passando, por fim, com o caos urbano, a se tornar um problema social ao qual se vincularia a idéia de bem comum, desta vez não mais tendo por eixo de inteligibilidade um mundo ideal de formas abstratas nem a simples voracidade do lucro fácil: parece que o desabrochar, a partir de década de 1870, das ciências que lidariam com as conseqüências nefastas da urbe industrial guarda íntima relação com desenvolvimento das ciências biológicas, não apenas pelas analogias ou metáforas que relacionam ser vivo e cidade, mas pela comoção social que novas descobertas traziam à tona – algumas já referidas são a teoria da evolução das espécies e a bacteriologia, sendo o rol muito mais abrangente, com destaque à medicina, área do saber que neste período também conheceu espantoso desenvolvimento e profissionalização do ofício¹⁰⁵.

¹⁰⁴ CUNHA FILHO. Cidade e sociedade... op. cit., p. 43.

¹⁰⁵ Nesse sentido, diz Cunha Filho: outra evidência da existência de uma relação entre a Revolução intelectual e o urbanismo moderno, sem, contudo, querer estabelecer umnexo causal, pode estar na aproximação das intervenções urbanas com a Medicina, verificada quase que especificamente no século XVIII. [...] A epidemia de varíola, que fez um elevado número de vítimas na época, propiciou a Edward Jenner (1749-1823) e Robert Sutton (1708-1788) realizarem o aprimoramento de métodos de inoculação que, diga-se de passagem, não era novidade nem entre os chineses nem entre os turcos. Na anatomia patológica, o italiano G. B. Morgagni, com base no estabelecimento de relações entre os sintomas apresentados por pessoas quando vivas e as conclusões tiradas após a dissecação de seus cadáveres, publicou um importante trabalho sobre a realização de diagnósticos que influenciou grandemente os clínicos de sua geração. Também os trabalhos de G. M. Lancisi (1654-1720) e Antoine Deidier, nas áreas de patologia e epidemiologia, contribuíram para o desenvolvimento da higiene. Aliás, segundo Taton, os estudos nesse campo começaram a se diferenciar justamente no século XVIII. As publicações de Frank e Tissot, de Bernardino Ramazzini (1633-1714), de J. Pringle, de John Howard, de François Thouret, de H. Haguénot, entre outros, representaram muito para a época. Aos poucos passou-se a falar em uma higiene dos exércitos, dos hospitais e dos asilos, higiene das prisões, higiene dos cemitérios; mas, de um modo mais geral, se aperfeiçoou também a higiene profissional, escolar, das crianças, conjugal e mesmo a higiene dos Estados. Ver CUNHA FILHO. Cidade e sociedade... op. cit., p. 46.

Desse modo, mais uma vez as esperanças eram depositadas no saber técnico, desta vez proposta de forma a limitar a livre iniciativa, através do controle por autoridades públicas. O urbanismo moderno nasce justamente com a incumbência de munir com argumentos “científicos” a discussão acerca dos problemas sociais gerados pela empresa capitalista. Assim, a “questão social” e as contradições geradas por um sistema econômico fundado na mais-valia e na superexploração desarrazoada do meio ambiente puderam ser tratadas pela alcunha de “problemas urbanos”. Logo esses problemas tomam a pauta governamental, de maneira a fazer proliferar um corpo de especialistas que ocupava departamentos estatais em crescente expansão,

os engenheiros, possuidores de conhecimentos técnico-científicos, serão os novos atores, responsáveis por dotar a população pobre do mínimo de conforto urbano. No início possuíam uma visão orgânico-científica da cidade. O meio era visto como um organismo vivo, que naquele momento se encontrava doente e precisava ser curado. Harouel chama a atenção para o fato de que Balzac, em *Illusions Perdues*, se refere à Paris como a um “cancro”. É, certamente, admissível que os engenheiros tenham se inspirado na teoria da circulação quando da elaboração do moderno sistema de distribuição d’água sob pressão e de coleta de esgotos. Por um complexo de canos chega à casa água limpa e sai água deteriorada, esta, como o sangue venoso, aquela, como o arterial. Apesar do organicismo dominar a visão científica da cidade, os médicos foram cada vez mais perdendo importância, já que a atenção das autoridades estava voltada para a repressão das moléstias antes de sua instalação no indivíduo. Tratava-se de realizar obras técnicas de saneamento¹⁰⁶

Além da propositura de resoluções como drenagem de pântanos, coleta de lixo, adensamento razoável das zonas, potabilidade da água, aparecem temas nada neutros, como a *degenerescência urbana*, que atrelava miséria a costumes não-civilizados das camadas populares¹⁰⁷. Aliava-se, portanto, o desenvolvimento da cidade salubre, pensado no seio de um novo braço do Estado, burocraticamente parido com o dever de acalantar as contradições da indústria capitalista¹⁰⁸, à

¹⁰⁶ Ibidem, p. 52.

¹⁰⁷ Ibidem, p. 51.

¹⁰⁸ A ideologia da intervenção técnico-científica pelo poder estatal, no tratamento dos efeitos do capitalismo de orientação liberal no meio urbano, passou a fazer parte da cultura governamental de diversos países da Europa, após meados do século XIX. Viena conheceu as primeiras intervenções urbanísticas modernas a partir de 1857; também Florença em 1864, quando se tornou capital da Itália; e Barcelona, quando foi revista por um plano de 1859. O exemplo mais marcante, entretanto, dessas modernas ações sobre o espaço urbano foi o de Paris, durante o Segundo Império, entre 1851 e 1870. Benevolo aponta que o imenso poder de Napoleão III, estendido à capacidade do

tentativa de universalização ideológica dos padrões de vida burgueses, pautados na crença em resoluções científicas e por requisitos de asseio e conforto¹⁰⁹.

Intuitivamente, pode-se esperar que os “problemas urbanos” cheguem ao Brasil, trazidos pela elite intelectual que fora passear nos novos bulevares parisienses abertos por Haussmann e que nestas plagas deram muito que falar, partindo as falações, como sempre, do atraso em que se encontravam as cidades brasileiras frente às tecnologias geradas no berço da civilização:

não demorou muito e essa tendência chegou às cidades americanas, notadamente nas brasileiras. Aqui, os centros urbanos mais importantes começaram, nas primeiras décadas do século XX, um intenso processo de reformas urbanas baseadas nesse novo entendimento de ação sobre o espaço. [...] É possível que, já na virada do século, houvesse um número considerável de engenheiros atuando em todo o país. Muito provavelmente, logo começaram a sentir o contraste existente entre os ensinamentos que recebiam e a realidade urbana brasileira: ausência de saneamento, enchentes devido aos rios não canalizados, água de consumo diário com alto risco de contaminação, vias urbanas em estado precário, epidemias constantes, etc. Com isso, passaram a pressionar as autoridades públicas para que desenvolvessem a atividade estatal de intervenção urbana. Iniciaram um processo de convencimento tanto do governo como da sociedade civil, no sentido de optarem pelo urbanismo moderno. Em São Paulo, por exemplo, os primeiros engenheiros-urbanistas se utilizaram de congressos e revistas especializadas para divulgarem suas idéias e mostrarem a necessidade da ação no combate aos “problemas urbanos”.¹¹⁰

De fato, na virada do século XIX para o XX, muitas cidades brasileiras acumulavam situações de extrema degradação social. Mas, no contexto brasileiro, a importação do urbanismo moderno não apresentou o mesmo caráter reformador que o fez nascer, tão bem condensado na expressão de RIBEIRO e CARDOSO, retirada de urbanistas franceses: “mudar a cidade para mudar a vida”. Para os referidos autores, “será então necessária uma adaptação que permita que esse discurso sirva às ‘reais’ necessidades do país. As idéias de modernização, desenvolvimento, e construção da nacionalidade, serão os principais temas que submeterão a questão social, e darão caráter distinto à discussão sobre o urbano no Brasil”¹¹¹. Exemplo

Prefeito-engenheiro Haussmann, o alto nível dos técnicos envolvidos e a existência de duas leis bastante avançadas (uma referente à desapropriação e outra ao saneamento) propiciaram a realização de uma das mais modernas e coerentes intervenções da época. CUNHA FILHO. Cidade e sociedade... op. cit., p. 53.

¹⁰⁹ Ibidem, p. 56.

¹¹⁰ Ibidem, p. 54.

¹¹¹ Ibidem, p. 55.

mais acabado das intervenções urbanas, realizadas sempre de forma pontual, nunca, antes de 1920, de forma a pensar o planejamento de toda a cidade, ocorreu no Rio de Janeiro, capital da República e cartão postal do Brasil na Europa, inicialmente sob o comando do prefeito Pereira Passos. Essas intervenções realizadas na capital logo se transformaram no modelo a ser seguido pelas outras cidades,

no Rio de Janeiro, ao logo desse novo período [fala da I República] verificou-se, por exemplo, que, no caso da estratégia de contenção das epidemias, visava-se liberar o Porto do Rio de Janeiro para a imigração, em detrimento da atuação sobre a tuberculose, que atingia com muito mais rigor o trabalhadores. A reforma urbana promovida durante a administração de Pereira Passos tinha o objetivo de produzir uma nova imagem da nação e das novas elites. Estas tinham a cidade como um lugar estratégico para seu projeto político e social, e necessitavam criar simbolicamente novos mecanismos de representação e distinção social¹¹²

Curitiba, como se verá adiante, viveu intensamente a proposta de negação do passado provinciano, demonstrada no ar cosmopolita a que a cidade, pela imprensa, passa a reivindicar, nas reformas urbanas de caráter modernizante e na arquitetura eclética, capaz de evidenciar em palacetes a bonança e a europeização da elite local.

1.4. Povo, raça, nação, cidadania

Para AGAMBEN, o termo “povo” consubstancia uma cisão fundamental, característica da elevação da vida biológica ao patamar político, porque guarda consigo uma renitente referência dúbia, nas mais variadas línguas europeias modernas,

uma ambigüidade semântica tão difusa e constante não pode ser casual: ela deve refletir uma anfibia inerente à natureza e à função do conceito “povo” na política ocidental. Tudo advém, portanto, como se aquilo a que chamamos povo fosse, na realidade, não um sujeito unitário, mas a oscilação dialética entre dois pólos opostos: de um lado, o conjunto Povo como corpo político integral, de outro, o subconjunto povo como multiplicidade fragmentária de corpos carentes e excluídos; lá, uma que se pretende sem resíduos, aqui, uma exclusão que se sabe sem esperança;

¹¹² Ibidem, p. 59.

em um extremo, o estado total dos cidadãos integrados e soberanos, no outro, a escória [...] dos miseráveis, dos oprimidos, dos vencidos¹¹³

Em torno dessa dissensão teriam sido realizados projetos políticos – dos quais o nazismo, mais uma vez, é apenas o exemplo mais aberrante – à guisa de superá-la, de modo a fazer com que todo o “povo” caiba no “Povo”, seja pela redentora revolução que incluiria a todos, seja pela eliminação daqueles que não mereciam ser depositários da soberania, seja pelo significado conservador de se “agir com a diligência de um bom pai de família”¹¹⁴. No interior dessas possibilidades, diz AGAMBEN, todos os países industrializados buscaram, com maior ou menor sucesso, “produzir um povo uno e indiviso”.

A forma como esse dilema se impunha à intelectualidade brasileira no final do século XIX e início do XX chega a parecer caçoadada, muito bem descrita, em 1881, pelas palavras de Louis Couty, biólogo francês que por muito tempo residiu no Rio de Janeiro: “o Brasil não tem povo”¹¹⁵. Sob seus olhos – “pessimistas e preconceituosos” – vegetava, diz ele, um contingente de seis milhões de pessoas e “entre estas, não via aquelas ‘massas fortemente organizadas de produtores livres agrícolas ou industriais que, em nossos povos civilizados, constituem a base da riqueza’, e que também constituem as massas de eleitores ‘capazes de impor ao governo uma direção definida’”¹¹⁶. A relação de nomes estrangeiros com pensamento similar apresentada por CARVALHO ganha outras vozes: “No Rio não há povo, nem operários, nem artífices [apenas] alguns grupos de pessoas de cor, fáceis pretorianos cujas aclamações se compram a baixo preço”¹¹⁷. Pensamento parecido surge daqui também. A apatia popular frente aos acontecimentos políticos parece ter frustrado os espíritos mais entusiasmados com o advento da República, perdidos na malfada crença de ver a população politizar-se, tomar gosto por ser, enfim, depositária da soberania, tal qual “o cidadão ao estilo europeu, fosse ele o

¹¹³ AGAMBEN, Giorgio. *Homo sacer: o poder soberano e a vida nua*. Belo Horizonte: UFMG, 2007, p. 184. Foucault trabalha oposição semelhante, aparentemente com o intuito de ressaltar a mesma cisão tomada por Agamben, mas o faz a partir da oposição entre povo (corpo político, partícipe do contrato social) e população (objeto sobre o qual incide a biopolítica). Ver FOUCAULT, Michel. *Segurança, território, população*, São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 46-7.

¹¹⁴ Pontes de Miranda. Tratado de direito civil.

¹¹⁵ CARVALHO. Os bestializados... op. cit., p. 66.

¹¹⁶ *Ibidem*, p. 67.

¹¹⁷ *Idem*.

bem-comportado burguês vitoriano, o jacobino de 1879, o leitor bem informado ou o militante organizado das barricadas”¹¹⁸.

Tomando-se, por outro lado, a questão nos termos biopolíticos propostos por AGAMBEN, o tom de gracejo esvai-se de todo, pois, se o Brasil não tem Povo, resta à população a condição de povo, ou seja, de vida nua, zoé em oposição a *bios*, para manter as expressões caras ao autor. Nesse sentido, não parece equivocado supor que, em relação ao Brasil, o projeto moderno mais uma vez estampava sua face mais assustadora, pois, mais do que um arremedo daquilo que deveriam ser o capitalismo e a modernidade, como insistem alguns em dizer, eles se instauram por aqui com toda a sua crueza, justamente no momento em que a ciência tomou ares racistas e a crença no progresso técnico parecia inabalável. Some-se a esta problemática o fato de o Brasil conceber-se (e ser visto) como uma nação jovem, cujo Povo – corpo político – estava em processo de formação e, por isso, carecia de algumas iniciativas empreendedoras, caso quisesse expurgar o corpo social dos elementos que anunciavam, prematuramente, sua ruína. Está para além do presente trabalho um estudo empírico que corrobore esta tese, o que não o impossibilita de jogar idéias ao vento. Insistindo, quiçá forçosamente, nesta tecla, a função que adquire o conceito de raça no Estado brasileiro não parece estar muito distante da proposta nacional-socialista, formulada em sua plenitude apenas anos mais tarde:

um conceito como aquele nacional-socialista de raça (ou, nas palavras de Schmitt, de ‘igualdade de estirpe’) funciona como uma cláusula geral (análoga a ‘estado de perigo’ ou a ‘bom costume’) que não remete, porém, a uma situação de fato externa, mas realiza uma imediata coincidência de fato e direito. O juiz, o funcionário, ou qualquer outro que deva medir-se com ela, não se orientam mais pela norma ou por uma situação de fato, mas, vinculando-se unicamente à própria comunidade de raça com o povo alemão e o *Führer*, movem-se em uma zona na qual as distinções entre vida e política e entre questão de fato e questão de direito não têm mais, literalmente, sentido algum.¹¹⁹

A chave de inteligibilidade que permitiria pleno entendimento da formulação e articulação desses conceitos plasma-se no lugar ocupado pela “cidadania”, ou nas questões que sua universalização e dispersão geram,

¹¹⁸ Ibidem, p. 69.

¹¹⁹ AGAMBEN. Homo Sacer... op. cit., p. 179.

não é possível compreender o desenvolvimento e a vocação 'nacional' e biopolítica do Estado moderno nos séculos XIX e XX, se esquecermos que em seu fundamento não está o homem como sujeito político livre e consciente, mas, antes de tudo, a sua vida nua, o simples nascimento que, na passagem do súdito ao cidadão, é investido como tal pelo princípio da soberania. A ficção aqui implícita é a de que o *nascimento* torne-se imediatamente *nação*, de modo que entre os dois termos não possa haver resíduo algum. Os direitos são atribuídos ao homem (ou brotam dele), somente na medida em que ele é o fundamento, imediatamente dissipante (e que, aliás, não deve nunca vir à luz como tal), do cidadão.¹²⁰

Similaridade sem dúvida temerária, ao menos aponta as veredas seguidas pelo Estado brasileiro frente a um dilema contra o qual todos os Estados Modernos se depararam (e se deparam). Nesta linha, faz-se necessário precisar, para além desse esquema possível, a riqueza dos detalhes, as especificidades da formação econômica e social no espaço¹²¹, as apropriações discursivas, feitas por quem, a serviço de quais objetivos ditos e com quais fins práticos.

Boa pista é novamente sugerida por CARVALHO. Com o objetivo de expor as diversas concepções de cidadania que apareceram na República Velha, faz, primeiramente, saltar aos olhos um desarranjo nos planos de branqueamento da pátria e no equilíbrio social que se sagrara hegemônico: entre os imigrantes, futuro, salvação e solução para a civilização brasileira, havia a presença de anarquistas e “logo que detectou tal presença, o governo procurou agir no sentido de expulsar os militantes, imitando, aliás, o que os outros governos, europeus e americanos, já faziam”¹²². O balanço que o autor apresenta do conceito de cidadania, depois de firmado o regime republicano no Brasil, atrela-se à vitória do conservadorismo:

resumindo, temos que no início da República nasceram ou se desenvolveram várias concepções de cidadania, nem sempre compatíveis entre si. Se a mudança de regime político desperta em vários setores da população a expectativa de expansão dos direitos políticos, de redefinição de seu papel na sociedade política, razões ideológicas e as próprias condições sociais do país fizeram com que as expectativas se orientassem em direções distintas e afinal se frustrassem. O setor vitorioso da elite civil republicana ateve-se estritamente ao conceito liberal de cidadania, ou mesmo ficou aquém dele, criando todos os obstáculos à democratização. [...] O positivismo era pela ampliação dos direitos sociais, mas negava os

¹²⁰ Ibidem, p. 135, grifos no original.

¹²¹ SANTOS, Milton. Da totalidade ao Lugar, 1 Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005, p. 31.

¹²² CARVALHO. Os bestializados... op. cit. p. 61. É marcante a presença anarquista na greve geral de 1917, assim como a de imigrantes entre os líderes. EM Curitiba, por exemplo, as três lideranças grevistas eram estrangeiros anarquistas.

meios de ação política para conquistá-los, tanto os revolucionários quanto os representativos. O anarquismo negava a legitimidade à ordem política, a qualquer ordem política, não admitindo a idéia de cidadania, a não ser no sentido amplo de fraternidade universal.¹²³

Pista a ser tomada com cuidados, pois o próprio autor afirma que, no Rio de Janeiro, de 1890 a 1906, em torno de 50% da população enquadrava-se no conceito de *Lumpen*¹²⁴, portanto “não passava no teste da cidadania”¹²⁵, como já esboçado acima, nas palavras do biólogo francês.

Outra pista: nos momentos de sublevação da ordem posta – no caso, a revolta contra a vacina obrigatória – o mesmo povo antes caracterizado pela sua ausência passa a ser tratado de outra maneira,

que afirma a presença de elementos da população politicamente ativos, mas que não se enquadram no conceito de povo que os observadores tinham em vista. Não eram cidadãos. Era a ‘mob’ ou ‘dregs’ (escória) para o representante inglês; a ‘foule’ para o francês; a ‘canalha’, a ‘escuma social’ para o português, quando não eram simplesmente um bando de negros e mestiços¹²⁶

Conjecturas possíveis: talvez falte ao Estado brasileiro da época apresentar características da dominação burocrática – considera-se que o Estado burocrático viria a ser implantado no Brasil apenas após 1930, cabendo-lhe até então a categoria de Estado oligárquico e patrimonial – e de racionalização da vida, pois os estados de sítio declarados durante a I República, somados aos demais projetos científicos por aqui difundidos, não parecem suficientes para fazer frente ao nazismo alemão como modelo mais acabado de politização da vida no seio estatal. Nesse sentido, pode ser que estejam justamente nas dissimilaridades em relação ao Estado Moderno europeu algumas explicações fulcrais para o entendimento do período ora em tela da história brasileira.

Uma dessas dessemelhanças se funda nas nossas raízes ibéricas que, para CARVALHO,

em termos políticos [...] a cultura ibérica, particularmente a espanhola, teria feito, no limiar da idade moderna, a opção tomista por um Estado baseado

¹²³ CARVALHO, os bestializados, p. 65.

¹²⁴ CARVALHO. Os bestializados... op. cit., p. 76.

¹²⁵ Ibidem, p. 74.

¹²⁶ Ibidem, p. 72.

na incorporação, de bem comum, de comunidade hierarquizada. Mas permanecia na sombra, como alternativa e como tensão, uma visão oposto do Estado como maquiavelismo, como puro poder. Na visão anglo-saxônica, a tensão se dava entre a liberdade e a ordem, tendo sido possível a absorção do liberalismo e da democracia de maneira a compatibilizá-los, embora em convivência tensa. A cultura ibérica nunca teria resolvido adequadamente o problema. Nela o liberalismo tenderia a fortalecer o lado maquiavélico, e a democracia a adquirir formas rousseauianas, populistas, messiânicas¹²⁷.

As raízes ibéricas brasileiras também são tematizadas por HOLANDA, para quem “um elo secreto” se estabelece entre a Abolição da escravidão e a Proclamação da República, relação muitas vezes feita por diversos historiadores que, contudo, não alcançam entender a existência de “uma revolução lenta, mas segura e concentrada, a única que, rigorosamente, temos experimentado em toda a nossa vida nacional”¹²⁸. Trata-se, diz o autor, de “dois movimentos simultâneos e convergentes”, um que dilata a esfera de ação das comunidades urbanas e outro tendente a restringir a influência dos centros rurais¹²⁹.

Esses movimentos teriam sido já prenunciados, em 1850, pelo fim do tráfico negreiro e pela conseqüente nova destinação dada ao capital que o sustentava, o que resultou na reabertura do Banco do Brasil, na organização e expansão do crédito bancário e na constituição mais constante de sociedades anônimas, tudo impulsionado pelo desenvolvimento técnico, capaz de favorecer a circulação mais rápida de notícias, pessoas e mercadorias, dinamizando, assim, a típica pacatez de uma sociedade cujas raízes encontram-se no meio rural: “pode-se mesmo dizer que o caminho aberto por semelhantes transformações só poderia levar logicamente a uma liquidação mais ou menos rápida da nossa velha herança rural e colonial, ou seja, da empresa que se funda no emprego do braço escravo e na exploração extensiva e perdulária das terras de lavoura”¹³⁰. Nesse sentido, o Coronelismo, forma política sobre a qual se assentou a Política dos Governadores, apresentou-se como um período transitório, mas nada arcaico, pois fora capaz de combinar relações pré-modernas com formas avançadas do desenvolvimento do

¹²⁷ Ibidem, p. 149.

¹²⁸ HOLANDA. Raízes do Brasil... op. cit., p. 171.

¹²⁹ Ibidem, p. 172.

¹³⁰ Ibidem, p. 74.

moderno capitalismo, sem que fossem abaladas, ao menos num primeiro momento, as estruturas sociais então existentes.

Além disso, a velocidade estonteante com que novas relações de produção, pautadas por novas racionalidades, são introduzidas no Brasil parece aproximar algumas das questões postas por autores que reivindicam a politização da vida como característica que efervesceu no mundo ocidental dos séculos XIX e XX. Trata-se de uma aproximação a ser feita novamente com cuidados, mas que não parece de todo equivocada:

a teoria do direito, no fundo, só conhecia o indivíduo e a sociedade: o indivíduo contratante e o corpo social que fora constituído pelo contrato voluntário ou implícito dos indivíduos. As disciplinas lidavam praticamente com o indivíduo e com o seu corpo. Não é exatamente com a sociedade que se lida nessa nova tecnologia de poder (ou, enfim, com o corpo social tal como definem os juristas) [...]. A biopolítica lida com a população, e a população como problema político, como problema a um só tempo científico e político, como problema biológico e como problema de poder...¹³¹

Seja como for, resta a certeza de se estar trabalhando com um tema espinhoso – e certo alento por CARVALHO, autor insistentemente citado, não ter sobre ele “conclusões assentadas”¹³². Além disso, certamente a modernização técnica e o maquinismo transformam-se em sandices, formas capazes de demonstrar a chegada do progresso às terras tropicais e de mensurar o grau civilizatório das nações. Por fim, seguramente o padrão fluminense de produção do espaço – pautado pelo conhecimento técnico e pelo sanitarismo – foi seguido em outras cidades do Brasil, partindo dos rigores do pacto político que gerou o conceito restrito de cidadania, no qual não se encaixava o povo brasileiro.

Dessa forma, o plano deste estudo será, nas próximas páginas, o de optar por uma análise da produção do espaço em uma cidade específica, com destaque a um princípio de inteligibilidade bastante simples: a transição do Estado escravocrata moderno para um Estado liberal burguês significou o início do processo de corrosão do Antigo Regime no Brasil; assertiva capaz de ser analisada, dentre os vários enfoques acima esboçados, pela libertação das coisas, libertação das

¹³¹ FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*, São Paulo: Martins Fontes, 2000, p. 292. Para um melhor entendimento das categorias “poder disciplinar” e “biopolítica”, ver, entre outros, o mesmo livro.

¹³² CARVALHO. Os bestializados... op. cit., p. 163.

peças e regulação em torno das necessidades e da racionalidade do mercado. Partindo-se dessa premissa almeja-se compreender o papel do urbanismo moderno dentro de um projeto maior, de modernização conservadora, proposto para a nação brasileira, tomando-se o caso em particular de aplicação técnica na cidade de Curitiba.

2. O PARANÁ E A CONGONHA

Estabelecidas algumas das características gerais da República Velha, mostra-se mais fácil compreender os caminhos percorridos pelo liberalismo – em sua fase de implantação – no território paraense.

Em termos políticos, pode-se facilmente apontar a senda do declínio do latifúndio como centro irradiador de poder, aliado ao concomitante robustecimento do espaço citadino, tanto do mascate, grande comerciante, quanto do herdeiro de terras que vai para a cidade e passa então a compor o quadro da elite bacharelesca que a habita. No caso paranaense, o primeiro dos grupos é representado pelos senhores dos Campos Gerais; burguesia ervateira o segundo. É a partir do atrito entre eles que se buscará expor a nova dinâmica territorial que se desenrolou no Paraná durante a República Velha.

2.1. A dinâmica da economia paranaense no século XIX.

A província do Paraná, emancipada do estado de São Paulo no ano de 1853, tinha, na segunda década do século XX, um largo território ainda pouco ocupado, que viria a ser alvo de propostas políticas para ocupação territorial apenas em épocas posteriores¹³³. Desde a época do Brasil colonial duas grandes atividades econômicas, a pecuária e a produção de erva mate¹³⁴ preponderaram como forças que orientaram a ocupação permanente do território do Paraná – o corte de madeira viria a ser a terceira grande atividade econômica, mas passou a pesar nas exportações da região apenas no século XIX. Por sua vez, gado e congonha apresentavam características distintas, tanto no sentido da produção para

¹³³ A ocupação tanto do Norte quanto do Sudoeste em PADIS, Pedro Calil. *Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná*. São Paulo: Hucitec, 1981. KROETZ afirma que à época da emancipação, “o espaço geográfico ocupado pela população existente na Província não preenchia senão um terço aproximadamente do disponível existente no Paraná. A esta área denomina-se o Paraná Velho...”, KROETZ, Lando Rogério. *As Estradas de Ferro do Paraná: 1880-1940*. Tese de Doutorado, FFLCH/USP, São Paulo, 1985, p. 17.

¹³⁴ A erva mate nativa é encontrada em uma vasta área do Paraná, principalmente associada à mata de araucárias. Para maiores detalhes, ver mapa IV em PADIS. A formação de uma economia... op. cit., p. 48.

exportação, nacional e internacional, quanto para subsistência e de dinamização de um mercado interno local.

Vários são os núcleos populacionais que devem sua criação à busca pelo ouro, como Paranaguá, Antonina e Morretes¹³⁵, além de outros municípios que passaram a existir serra acima graças à mineração, ainda que sejam bastante inexpressivos os aglomerados humanos que se formaram e que outras atividades econômicas tenham determinado a ocupação definitiva desses núcleos. Da mesma forma, a ocupação por motivos políticos, como é o caso dos campos de Guarapuava – e que se deveu a uma bandeira, realizada em 1809, a mando de Dom João VI, por temor a uma efetiva colonização espanhola na região e para “desbastamento dos sertões”¹³⁶ –, mostrou-se eficaz apenas quando esse vetor leste-oeste pôde se articular ao movimento ocupacional dos caminhos de tropas de gado bovino e muar que, desde os tempos coloniais, levavam a produção rio-grandense destinada a São Paulo, um dos principais mercados pecuários durante mais de um ciclo econômico hegemônico vivido pelo Brasil:

pode-se referir, entre outros, aos caminhos do Pearibu, Cubatão do Itupava e do Arraial, de Sorocaba a Viamão. Merece destaque este último que, de sua penetração, subsequente tomada do território e ulterior estabelecimento de aglomerados populacionais, resultaram várias cidades do Paraná Velho¹³⁷.

A inserção econômica possibilitada pelo deslocamento de tropas, mesmo tendo fixado núcleos populacionais – que muitas vezes distavam uns dos outros a medida do dia de travessia dos tropeiros – não se caracterizou por uma dinâmica abrangente. Parte subsidiária dos ciclos econômicos do açúcar, da mineração e posteriormente do café, seguia a sorte desses produtos no mercado externo. Ademais, as áreas paranaenses vinculadas ao tropeirismo se prestavam mais à mera passagem, ainda que nos Campos Gerais do estado também houvesse dedicação à criação extensiva e a invernadas. A conjugação desses dois fatores encontrados nesta atividade econômica – a pouca expressividade em relação a demais centros produtores para o mercado externo nacional e o fato de estar voltado

¹³⁵ PADIS. A formação de uma economia... op. cit., p. 19.

¹³⁶ Ibidem, p. 21.

¹³⁷ Ibidem, p. 22.

apenas ao mercado externo – compunha um quadro no qual a produção para subsistência convivia com variações típicas de economias primário-exportadoras¹³⁸, mas sem a abundância que caracterizou, por exemplo, o ciclo da cana, o que permite a PEREIRA afirmar:

a pecuária paranaense, apesar de voltada ao mercado, tinha seu núcleo em unidades produtivas autárquicas, disseminadas pelo mundo rural, para as quais as cidades pouco representavam. Na economia dos Campos Gerais do século XVIII, e mesmo do XIX, os fazendeiros 'iam' esporadicamente à cidade, ou para o culto religioso, ou para resolver questões burocráticas, ou para comercializar a produção agropecuária ou, ainda, para tratar simultaneamente de todos esses assuntos. As cidade por excelência dos fazendeiros e tropeiros era Sorocaba, a cuja feira de gado eles 'iam' anualmente a negócios. As cidades paranaenses tinham para eles um significado puramente acessório [...] As cidades dos Campos Gerais eram locais de passagem onde, após longos períodos de isolamento, eles [os peões de tropa] encontravam diversão nos prostíbulos e tavernas¹³⁹

A hegemonia política da aristocracia rural dos Campos Gerais, possível pela penúria e pouco incremento das cidades, foi sendo corroída ao longo do século XIX, aparecendo nas últimas décadas dele já em plena decadência¹⁴⁰, fenômeno que encontra explicação na análise de HOLANDA antes suscitada. De fato, a proposta da lenta revolução que corroera – e que dava amostras de estar em seus últimos momentos quando se findava o Estado Novo – as raízes rurais brasileiras parece coerente com o destino que viria a ter a aristocracia dos Campos Gerias paranaense – ainda que os exemplos trazidos por HOLANDA sejam relativos aos hábitos dos barões cafeeiros, ou a comparações entre a produção no engenho de cana e na empresa agro-comercial produtora de café. Por falar nela, é bom lembrar que a expansão do cultivo dos cafezais foi, inclusive, um duro golpe dado na economia ligada ao gado, pois em 1860 já havia sido constatada a insatisfatória rentabilidade do transporte do produto em muares, problema que seria resolvido pelos paulistas com a instalação de linhas de ferro, ao longo dos 70 anos seguintes¹⁴¹.

¹³⁸ Ibidem, p. 38.

¹³⁹ PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. *Semeando iras rumo ao progresso*. Curitiba: Editora da UFPR, 1996, p. 11.

¹⁴⁰ SÉGA, Rafael Augustus. *Melhoramentos da Capital: a reestruturação do quadro urbano de Curitiba durante a gestão do prefeito Cândido de Abreu - 1913/1916*. Tese de Doutorado em História, SCHLA/UFPR, Curitiba, 1996, p. 29.

¹⁴¹ KROETZ. *As Estradas de Ferro do Paraná...* op. cit., p. 40.

PEREIRA, tratando do Paraná, apresenta o censo de 1850, que, embora “reconhecidamente imperfeito”, propõe uma nítida diferenciação entre três regiões quanto à concentração de escravos: “o litoral, o planalto curitibano e os Campos Gerais”¹⁴². Nessa época, grandes quantidades de engenhos de mate concentravam-se no litoral, além de na região haver processos de beneficiamento de arroz e produção de cachaça. “O planalto de Curitiba”, diz o autor, “embora tivesse maior afinidade cultural com os Campos Gerais, compunha uma espécie de síntese das outras duas regiões”. No segundo planalto, como já dito, campeavam latifúndios inseridos na criação de gado. No que concerne à população de escravos, o primeiro planalto apresenta números baixos e bem espargidos pelos municípios, o que sugere uma grande quantidade de relações de trabalho livre e descaracteriza uma “sociedade escravocrata” – em Curitiba o percentual era de 8%. No litoral, o núcleo econômico mais rico, formado por Antonina, Morretes e Paranaguá, apresentava 11% de cativos na população, enquanto Guaratuba e Guaraqueçaba tinham 6%. Nas cidades mais abastadas do segundo planalto havia grande quantidade de escravos – atingindo a quantia de 92% em Ponta Grossa e 76% em Jaguariaíva –, assim como nas fazendas que as circundavam¹⁴³. Mas no correr do século XIX, com a ascensão do café, a sorte da colonização paranaense, que até então seguira a paulista, ao menos no que diz respeito aos ciclos de escravização – primeiro a indígena nativa, depois a negra africana – passaria a se diferenciar, tanto pelo declínio econômico dos Campos Gerais quanto pela demanda de mão-de-obra que partia dos cafezais paulistas, mais valorizada ainda com o fim do tráfico negreiro.

O florescimento do poder do mascate citadino aliado à empresa do mate, segunda grande atividade econômica a conformar o território paranaense e que será tratada logo mais, parece não só se coadunar com o desenvolvimento da lenta revolução proposta por HOLANDA, mas até precedê-la em relação aos grandes centros econômicos do Brasil, dadas as características da produção da congonha. Nesse sentido, a onda liberal que a vida citadina parecia trazer em seu bojo, exposta, por exemplo, no “bom sucesso do positivismo entre nós”¹⁴⁴, ressoa fortemente na consolidação da hegemonia que a produção e beneficiamento da *llex*

¹⁴² PEREIRA. Semeando iras rumo ao progresso... op. cit., p. 58

¹⁴³ Ibidem, p. 59-60.

¹⁴⁴ HOLANDA. Raízes do Brasil... op. cit., p. 158.

paraguariensis impôs ao Paraná no decorrer do século XIX, embora na época de sua emancipação política o estado ainda vivesse o início do impacto que a economia monetarizada, possibilitada pelo mate, viria a causar na produção de víveres para subsistência local, principalmente para abastecimento dos centros urbanos que, embora relativamente pouco populosos, somavam alguns milhares de bocas a alimentar.

No plano político regional, a nascente burguesia ligada ao mate, responsável tanto pelo elastecimento territorial das relações de mercado quanto pela regulação governamental em torno das necessidades dele, teria, a princípio, que dividir a arena com os interesses dos senhores dos Campos Gerais, responsáveis: pela manutenção da regulamentação moral dos mercados – o que, de fato, arrefeceu o impacto da desagregação que a nova sociedade de livre mercado ocasionaria –, pela manutenção dos cânones coloniais de arquitetura – contra os quais a burguesia do mate levantar-se-ia, propondo a estética eclética como uma conquista da urbe moderna e salubre – e pela tentativa de substituição das classes baixas brasileiras por imigrantes europeus – o que trará, entre outras, conseqüências à urbanização de Curitiba, tendo em vista o cinturão verde do rossio, que mais abaixo será mais bem esmiuçado¹⁴⁵. No sentido amplo aqui proposto, PEREIRA nos fornece um quadro de análise que demonstra as diferenças entre os papéis de cada uma dessas elites:

enquanto burguesia bacharelesca, os senhores dos Campos Gerais articularam os discursos jurídico-institucionais que deram os moldes às legislações locais. Portanto, eles podem ser considerados como grandes responsáveis pela constituição formal dos aparelhos de estado brasileiros em nível regional. Da mesma forma, foi de sua responsabilidade a construção da poderosa máquina fiscal que atuava sobre a economia da erva-mate, e que durou até a década de 20 deste século. De posse da máquina legislativa e fiscal do estado, eles nunca concederam grandes espaços à burguesia do mate, mesmo quando, a partir do final do século XIX, esta detinha em suas mãos o domínio econômico da Província. Ainda

¹⁴⁵ Ver PEREIRA, Luís Fernando Lopes. O espetáculo dos maquinismos modernos – Curitiba na virada o século XIX ao XX, São Paulo: Blucher Acadêmico, 2009, p. 116: “a partir do governo de Adolfo Lamenha Lins há uma ocupação organizada e controlada do espaço que cercava a cidade, no intuito de gerar um ‘cinturão verde’ para garantir o abastecimento agrícola, o que demonstra o papel previamente traçado que o imigrante europeu deveria desempenhar na construção do Paraná. Entre 1829 e 1934 a região recebeu cerca de 101.331 imigrantes que iniciam uma série de experiências de colônias agrícolas ao redor da capital”.

no início da república, a burguesia industrial do mate viu-se obrigada a dividir o poder com os bacharéis dos Campos Gerais, herdeiros políticos dos antigos fazendeiros.¹⁴⁶

2.2. A Congonha

A exploração da erva mate fora responsável pela segunda forma de efetiva ocupação territorial do estado, além de figurar como protagonista de sua emancipação política, bem notada nas palavras de Zacarias de Goés e Vansconcelos, o primeiro presidente da província do Paraná:

disséreis, ao ver a ânsia com que todos, ricos e pobres, velhos e moços, homens e mulheres, ocupam-se e tratam da congonha, disséreis, repito, que só o carijó faz viver, e que sem um engenho de socar mate não se pode fazer fortuna¹⁴⁷.

De fato, o comércio entre o Paraná e a região platina, permitido pela coroa portuguesa desde 1772, teve, durante o século XIX, importância fundamental para a monetarização e modernização das relações econômicas ocorridas em plagas paranaenses,

em torno do mate se insere a história paranaense relativa ao século XIX. Desde os tempos da Comarca, mas principalmente após a emancipação política, a burguesia ervateira deteve os poderes e definiu um modelo de sociedade local. A economia ervateira não logrou colocar a sociedade produtora e exportadora deste produto extrativo em pé de igualdade com outras economias que então se registravam no país, porém conseguiu retirar a então 5ª Comarca de São Paulo do marasmo em que ainda se encontrava. Conseguiu criar condições para que os curitibanos almejassem recuperar o autogoverno regional, perdido por Paranaguá em 1710.¹⁴⁸

¹⁴⁶ PEREIRA. Semeando iras rumbo ao progresso... op. cit., p. 21.

¹⁴⁷ *Congonha* é a forma como chamavam a erva mate e *Carijó* a armação de varas onde se punha o mate para secá-lo. PARANÁ, Relatório do Presidente da Província do Paraná, o Conselheiro Zacarias de Goés e Vasconcelos na abertura da Assembléia provincial de 15 de junho de 1854. Typ. Paranaense, Curitiba, 1854, p. 73. APUD PEREIRA. Semeando iras rumbo ao progresso... op. cit., p. 09.

¹⁴⁸ BOGUSZEWSKI, José Humberto. Uma história cultural da erva-mate: o alimento e suas representações. Curitiba: Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História da UFPR, 2007, p. 27.

Segundo PADIS, nas primeiras décadas do século XIX se inicia uma série de acontecimentos, ocorridos nos âmbitos nacional e internacional, determinantes para a economia ervateira paranaense. Dentre eles se destaca a proibição de exportação da erva paraguaia por Francia, em 1813, o que ensejou a instalação do primeiro engenho de mate em Paranaguá, no ano de 1815, à guisa de suprir as demandas argentina e uruguaia, principais mercados consumidores do produto¹⁴⁹. A produção do mate não deixaria de crescer no decorrer do século – ainda que a Guerra Civil Argentina tenha prejudicado as exportações, que o Brasil regencial vivesse uma séria instabilidade política, da qual resultou, entre outros conflitos, a Guerra dos Farrapos, que Francia tenha sido deposto e com ele retiradas as restrições à exportação da erva paraguaia e, ainda, que sucessivas crises econômicas na Europa tenham abalado as relações internacionais de comércio. Dentre todos esses percalços houve um que significou, ao menos para a atividade ervateira, uma bem-aventurança: a Guerra do Paraguai, depois da qual restou dizimado o maior concorrente externo do produto paranaense e a erva do estado a mais tomada no mundo¹⁵⁰:

assim é que, de 1864, início a guerra, até 1870, seu término, a exportação do produto paranaense duplica em quantidade, passando de pouco mais de 7.000 toneladas para além de 14 mil. Esse crescimento continua até o ano de 1872, quando as quantidades exportadas atingem mais de 16,5 mil toneladas¹⁵¹.

A ascensão da congonha beneficiou duplamente a economia paranaense, “pois as populações do interior puderam aumentar sua renda real, dedicando-se à extração da erva, enquanto a urbana, de Curitiba e do litoral, viu expandir, pelo efeito multiplicador, o mercado interno”¹⁵², de modo que o Paraná contava, em 1854, com cerca de 90 engenhos ervateiros¹⁵³.

A princípio dominada por um pequeno grupo de comerciantes, responsáveis pela compra e exportação da erva, foi, paulatinamente, se transformando ao longo do século XIX, principalmente com a entrada desses comerciantes no ramo

¹⁴⁹ PADIS. A formação de uma economia periférica... op. cit., p. 42.

¹⁵⁰ PEREIRA. O espetáculo dos maquinismos modernos... op. cit., p. 12.

¹⁵¹ PADIS. A formação de uma economia periférica... op. cit., p. 51.

¹⁵² Ibidem, p. 44.

¹⁵³ Ibidem, p. 45.

produtivo e o conseqüente investimento de capital no beneficiamento e no embalamento do produto. Tais modificações se deram em vários sentidos, ainda que o objetivo de melhorar e controlar a produção da erva paranaense, considerada de má qualidade no mercado externo¹⁵⁴, tenha sido o vetor mais suscitado como o principal.

Atrelada diretamente a essa busca pela distinção do produto, ocorreu durante o século XIX uma série de inovações tecnológicas em uma atividade econômica que, até então, pouco mudara, desde a forma de beneficiamento desenvolvida pelos jesuítas e registrada pela pena de Saint-Hilaire, quem inclusive nomeou a planta de *Ilex paraguariensis*, em sua viagem ao Brasil, entre 1816 e 1822, da seguinte maneira:

para que fique bom, o mate deve ser colhido a partir de março até agosto, isto é, numa época em que a diminuição do calor retarda o movimento da seiva. Os galhos da árvore são cortados e empilhados no local onde será feita a preparação. Em seguida, é armada uma fogueira estreita e comprida com troncos de árvores recém-cortados, não muito grossos e com oito ou dez metros de comprimento. Enquanto ardem os troncos, os homens se enfileiram de um lado e de outro deles e mantêm acima do fogo os galhos da erva mate, segurando-os pela extremidade inferior e fazendo com que fiquem ligeiramente tostados. Terminada essa operação, são arrancados dos galhos os pequenos ramos guarnecidos de folhas, os quais são estendidos sobre o barbaquá, uma espécie de caramanchão armado da seguinte maneira: fincam-se no chão dois troncos de árvore, de uns vinte e cinco centímetros de diâmetro, a uma distância de mais ou menos dois metros um do outro; cada tronco tem uma forquilha situada a uma altura aproximada de dois metros e meio do solo. Sobre as duas forquilhas é apoiada uma vara flexível, que forma um arco denominado arco-mestre. Este arco é destinado a sustentar outros cinco, que se cruzam com ele e cujas extremidades chegam até o chão. Nesses últimos são trançadas varas transversais a partir de um metro acima do solo e a intervalos de poucos centímetros uma da outra. Resulta disso uma armação arredondada, semelhante a um forno, com cerca de seis passos de diâmetro, aberta dos lados onde ficam as duas forquilhas. Esta armação é inteiramente coberta pelos ramos da erva-mate, que são passados por entre as varas transversais, tendo-se o cuidado de não deixar nenhum intervalo entre os ramos. Em seguida, acende-se um fogo com lenha verde bem no centro da área recoberta pelo barbaquá. A fumaça se evola pelas aberturas laterais e pelas partes de armação próximas do solo, onde não foram trançadas as varas transversais. Ao cabo de uma hora e meia as folhas estão perfeitamente secas. Os ramos são então retirados do barbaquá e empilhados, em seguida batidos com pesados pedaços de pau medindo cerca de um metro e meio de comprimento, aos quais foi dada a forma de um sabre com cabo cilíndrico. O mate está pronto quando as folhas ficam reduzidas a pó e os ramúsculos a pequenos fragmentos; ele é então

¹⁵⁴ PEREIRA. Semeando iras rumbo ao progresso... op. cit., p. 43.

colocado dentro de cilindros artisticamente feitos com taquaras de bambu e cobertos com folhas de samambaia totalmente secas.¹⁵⁵

O engenho de mate teve o condão de beneficiar a erva simplesmente cancheada para agregar-lhe mais valor. BOGUSZEWSKI funda-se em LINHARES para propor uma divisão em três momentos da economia ervateira. O primeiro, anterior a 1820, guardaria características rudimentares e a produção se destinaria apenas ao mercado local. O início do segundo momento é marcado pela chegada do argentino Francisco Algazaray a Paranaguá, que trouxe consigo conhecimentos da produção platina,

esse ciclo já comporta a denominação de industrial, dada a movimentação mecânica que alcançou então com o emprego da movimentação hidráulica e até a vapor, ao lado da fabricação uniformizada, não só quanto aos tipos de produto quanto ao acondicionamento. Podia ser insipiente mas já era um processamento industrial em curso, que teve sua evolução própria, com algumas melhorias substanciais, ao ponto de já fazermos concorrência ao Paraguai e à zona missioneira do Rio Grande¹⁵⁶

O terceiro momento iniciar-se-ia em torno de 1875, marcado pelo deslocamento dos engenhos para o primeiro planalto e pela implementação de novas técnicas de industrialização da produção da congonha. Embora marque o começo da época áurea da economia ervateira¹⁵⁷, também anuncia sua futura derrocada, por conta da instalação de engenhos de beneficiamento de erva na Argentina, o que aumentaria, ao longo do século, a exportação do mate cancheado e faria gradualmente cair a exportação do produto beneficiado – o ciclo de acumulação gerado pelo mate agonizava em 1930 e se findaria em 1950¹⁵⁸. PEREIRA confirma o desenvolvimento técnico adquirido – destacando a utilização da força hidráulica e posteriormente da

¹⁵⁵ BOGUSZEWSKI, José Humberto. Uma história cultural da erva-mate: o alimento e suas representações. Curitiba: Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História da UFPR, 2007, p. 22.

¹⁵⁶ LINHARES, Temístocles. *História econômica do mate*. Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1969. APUD . BOGUSZEWSKI. Uma história cultural da erva-mate... op. cit., p. 29.

¹⁵⁷ Frisa-se que o Paraguai, principal concorrente ao produto paranaense, recém lambia as feridas ocasionadas por um genocídio.

¹⁵⁸ PEREIRA sintetiza o período da seguinte forma: “num prazo de aproximadamente 70 anos, a burguesia industrial paranaense, herdeira dos *putting-outers* do início do século XIX, conseguiu revolucionar a produção da erva-mate e, com ela, toda a sociedade paranaense. Primeiramente, transferiram para suas fábricas os detentores dos processos artesanais de beneficiamento. Posteriormente, retiraram o controle que essas pessoas pudessem deter sobre o processo de trabalho. Por último, pretenderam substituir a ‘atividade intelectual operária’ pelas máquinas”. Ver PEREIRA. Semeando iras rumo ao progresso... op. cit., p. 56.

máquina a vapor – e credita ao engenheiro Francisco de Camargo Pinto alguns dos principais avanços tecnológicos, expostos em 1866,

excluindo-se a roda hidráulica, que poria tudo em movimento, existe uma correspondência perfeita entre cada máquina e as funções exercidas pelos operários. Para o torrador, um novo torrador de forma cilíndrica. Para os coadores, uma máquina de peneirar e abanar, para os pioleiros, um engenho de moer, e para os ensurroadores uma prensa destinada a comprimir o mate nos surrões e nas barricas. A habilidade de cada um deles, segundo os novos padrões de racionalidade produtiva, deveria ser transferida às máquinas.¹⁵⁹

Este processo de racionalização da produção, responsável pela alienação do trabalhador, não é atribuído por PEREIRA à necessidade de uma “economia de mão-de-obra, mas a um controle maior dos industriais sobre os processos produtivos e o produto final”¹⁶⁰, afinal, como já dito, a erva paranaense era tida como de inferior qualidade nos mercados consumidores. Seja como for, essa racionalização do trabalho trouxe várias consequências à conformação populacional e territorial do estado. A classe trabalhadora dedicada ao mate era composta basicamente por mão-de-obra assalariada, contrariando a perspectiva hegemônica de “fábrica” do resto do país, calcada no trabalho escravo. Claro que se pode atribuir esta conjuntura à pouca expressividade da economia ervateira em relação a outros ciclos econômicos vividos pelo Brasil no século XIX, mas isso não diminui as feições impostas pelo modelo de produção, sintetizadas nos seguintes termos:

em seus primórdios, a economia paranaense do mate parece ter sido constituída por uma categoria de artesãos, que agregava boa parte da população livre da região, dominados por comerciantes de exportação. Assim, em vez de um britânico cercamento dos campos, parece ter havido na região um cercamento das oportunidades econômicas de mercado, em conjunção com medidas que induziam as pessoas a permanecerem no mercado. Dessa forma, aqueles que não dispunham de maiores recursos eram forçados a se tornarem pequenos produtores, vendendo algum ‘excedente’, ou trabalhadores jornaleiros. No caso do Paraná, a apropriação resultante da tecnificação industrial não atingiu apenas um grupo específico de artesãos. Foi além, apropriando-se de práticas e saberes comuns a toda a população paranaense da época¹⁶¹.

¹⁵⁹ Ibidem, p. 54.

¹⁶⁰ Ibidem, p. 55.

¹⁶¹ Ibidem, p. 49.

A indução à permanência no mercado – outra conseqüência da exploração do mate – é um fenômeno que faz aflorar a imposição dos cânones do liberalismo, talvez mais que a própria concepção dos grandes produtores do estado, sempre dispostos a defender a mão invisível como princípio orientador de suas atividades¹⁶². Mas a regulamentação em torno das necessidades do mercado não se fez sem antes desarticular outras formas de produção e reprodução da vida que não se orientavam pela monetarização. Nesse sentido, a legislação que impunha a produção de víveres para abastecer a cidade – e, desse modo, prevenir a crise e a carestia – é um exemplo emblemático do período de transição acarretado pela economia do mate,

principalmente a partir da década de 1850, o impacto desagregador da economia do mate sobre a tão desejada agricultura de subsistência fazia-se sentir vigorosamente, tornando o mercado urbano um espaço de constantes disputas. Ocorria no Paraná um processo de amplitude universal: as disputas em torno da continuidade, ou não, das regulamentações morais do mercado¹⁶³.

Principalmente após a grande carestia de 1850, leis municipais de cunho moral – que não se pautavam pela racionalidade econômica – buscaram, até o fim do século XIX, arrefecer o referido impacto. Dentre elas, vê-se a tentativa de coibir a venda, por parte dos produtores, de produtos em atacado para atravessadores e bodegueiros, tidos como aves de rapina que cobiçavam seus lucros pela fome alheia; além de regulamentações que discorriam sobre a quantidade máxima de víveres que um agricultor poderia vender a uma pessoa; da obrigação, por lei, imposta ao camponês de atingir em suas terras um índice previamente estipulado de produção e, por fim, da limitação do período de safra da erva mate¹⁶⁴.

Mas nada – nem as vozes que se erguiam contra a dedicação das gentes à produção da congonha, nem mesmo o aumento, junto com o valor da erva, do custo

¹⁶² A postura dos industriais do mate sempre foi contrária à criação de uma empresa estatal controlasse a produção. Mesmo a questão da adulteração da erva, comum no período tratado, chegou a ser problematizada, em 1829, nos termos de livre mercado, descreditando qualquer iniciativa fiscalizatória por parte do Estado: “o parecer dos vereadores curitibanos era claramente favorável ao livre-mercado e contrário à intervenção do estado, ainda que fosse para coibir fraudes. As forças do mercado, expressas no axioma ‘todos querem ganhar o máximo possível’, deveriam ser as únicas responsáveis por impedir as falsificações”. Ibidem, p. 29.

¹⁶³ Ibidem, p. 28.

¹⁶⁴ Ibidem, p. 33. A luta dos ervateiros para aumentar o período de safra do mate figura como exemplo da disputa pela hegemonia política no Estado.

dos alimentos – nada poderia parar a nova disposição das relações sociais. À medida que se elastecia a produção do mate, mais e mais parcelas da população local passavam a depender do mercado, “seja na extração do mate ou como trabalhadores jornaleiros de engenho, o que acabou por desestruturar de uma vez a agricultura de subsistência”¹⁶⁵. Tal solapão não deixa de estar intrinsecamente relacionado ao modo de produção da erva e, principalmente, à sua sazonalidade, o que, desde muito antes da burguesia ervateira firmar sua hegemonia, já causava dissabores aos comandantes estatais:

desde o século XVIII, a extração de erva-mate firmou-se como a alternativa preferencial de obtenção de alguma renda em dinheiro. Para uma população que nem sempre compartilhava do ideário positivo em torno do trabalho, sustentado pelas autoridades e classes dominantes locais, era bastante compreensível a preferência por uma atividade sazonal como a extração do mate. Essas pessoas trabalhavam exaustivamente alguns meses por ano, o suficiente para ter acesso aos produtos da indústria e do artesanato europeus. No restante do ano, elas dedicavam-se, quando muito, a uma agricultura restritíssima e à criação de alguns animais domésticos, sobrando tempo suficiente para corridas de cavalos, os jogos de carta e bilhar e para os fandangos. Do ponto de vista do estado colonial e dos viajantes estrangeiros, esta era uma vida de ociosidade perniciosa, denunciada a cada momento.¹⁶⁶

Constam, portanto, relacionados ao alargamento da economia ervateira: o declínio político dos interesses dos senhores dos Campos Gerais, o desenvolvimento técnico industrial com objetivo de beneficiar a erva mate e, ainda, a monetarização da vida de parcelas cada vez maiores da população do estado. Outras quatro conseqüências devem ser agregadas: o aumento da concentração urbana nos municípios em que havia engenhos; a política de imigração, destinada a manter o abastecimento de víveres local e à colonização das áreas inabitadas do Paraná; o desenvolvimento de atividades subsidiárias à produção da congonha, como gráficas produtoras dos timbres das marcas das companhias ervateiras, fábricas de barricas e ferreiros especializados na produção e conserto de peças para o engenho; e, por fim, a necessidade de intervenção estatal com intuito de aperfeiçoar o escoamento da produção.

¹⁶⁵ Ibidem, p. 34.

¹⁶⁶ Ibidem, p. 47.

A precariedade das vias e estradas paranaenses era latente em meados do século XIX, tanto que, em 1855, Zacarias de Goes e Vasconcelos determinou a reconstrução da estrada da Graciosa, inaugurada em 1873, o que ocasionou importante transformação na estrutura econômica da região:

assim concluída a estrada, alguns anos depois, um interessante fenômeno irá ocorrer, o da transferência, para o planalto, da quase totalidade dos engenhos beneficiadores de mate que se encontravam no litoral. E um dado novo irá incentivar ainda mais a coleta da erva que antes era transportada, apenas cancheada, ao litoral para ali ser beneficiada: o da localização na mesma área dos ervais e dos engenhos beneficiadores. Isto em muito facilitará o trabalho daqueles que se dedicavam apenas à coleta do produto, pois que deveriam transportá-la às costas até o litoral.¹⁶⁷

A reodernação territorial prenunciada pela reinauguração da Graciosa provocou grandes modificações. Curitiba passava a aliar diferentes interesses estratégicos, pois era a capital da recém criada província e necessitava, portanto, de uma estrutura urbana mais portentosa, capaz de congregar não apenas as diferentes tarefas da máquina administrativa que deveriam ser ali desenvolvidas, mas também símbolos dignos de uma capital. Além disso, transformou-se no pólo principal do ciclo econômico mais rentável desenvolvido na região. Outras localidades conheceram de perto a abundância gerada pelo mate para, em seguida, vê-la, empobrecendo, passar ao largo. Porto de Cima, por exemplo, situada na cabeceira do rio Ñunduaquara, justamente onde ele se torna navegável, foi um importante entreposto a caminho do litoral, muito utilizado para a travessia das cargas de erva mate, tendo até se emancipado de Morretes. Com a reabertura da estrada da Graciosa e, posteriormente, com a construção da estrada de ferro Curitiba-Paranaguá, Porto de Cima perdeu a condição estratégica que tinha e com isso a riqueza que emancipou a cidade – acabou sendo reincorporada ao município de Morretes.

No final do século XIX, a maior parte da erva cancheada vinha de Palmas, Palmeira, São Mateus do Sul e União da Vitória¹⁶⁸ – sendo que até meados do mesmo século “nas zonas do sul e sudoeste da Província”, diz KROETZ, “nas

¹⁶⁷ PADIS. A formação de uma economia periférica... op. cit., p. 50.

¹⁶⁸ BOGUSZEWSKI. Uma história cultural da erva-mate... op. cit., p 30.

regiões de Guarapuava e Palmas¹⁶⁹, não era possível comercializar o mate em larga escala por falta de vias de acesso dignas de serem chamadas de estradas. Da mesma forma, a falta de estradas impediu, até a década de 1880, que a exploração da madeira se desse em áreas afastadas do litoral¹⁷⁰ – essa deficiente infraestrutura é lamentada com frequência por sucessivos presidentes da Província e acusada de ser o grande empecilho à geração de riqueza na região.

A construção de ferrovias logo se tornaria a forma mais vantajosa de solucionar o problema. O período em que as estradas de ferro começam a rasgar o território paranaense antecede a proclamação da República e segue sendo de fundamental importância durante a vigência dela – esta fase se coaduna com a expansão imperial européia descrita por HOBBSBANW, anteriormente mencionada. No final do século XIX, a linha Curitiba-Paranaguá¹⁷¹, existente desde 1885 – um arrojo da engenharia da época que sacrificou a vida de mais de seis mil trabalhadores em acidentes de trabalho e pestes ocasionadas pelas péssimas condições laborais –, já havia sido prolongada até o segundo Planalto, chegando a Ponta Grossa, com ramais interligados a Rio Negro e a Porto Amazonas, regiões onde o Rio Iguaçu “era navegável por lanchas a vapor”. Dessa forma expandia-se a possibilidade de extração de erva mate e madeira,

a sugestão de conectar ferrovia com navegação fluvial, nesta região, funcionou até 1917 quando outros projetos ferroviários [...] diminuíram o sistema o sistema de conexão fluvial. Esta navegação a vapor, composta de pequenas embarcações, medindo as maiores 25 metros de comprimento por 6 metros de largura, transportavam 1400 sacos de erva-mate (5600 arrobas) ou 400 dúzias de tábuas de madeira com a ajuda de duas lanchas rebocadas, além de passageiros¹⁷².

¹⁶⁹ KROETZ. *As Estradas de Ferro do Paraná...* op. cit., p. 30.

¹⁷⁰ Ibidem, p. 31.

¹⁷¹ Esta ferrovia, talvez por ser a primeira, também é chamada de Estrada de Ferro do Paraná e logo seria prolongada até Ponta Grossa.

¹⁷² KROETZ. *As Estradas de Ferro do Paraná...* op. cit., p. 62. Segundo este autor, “para atender o escoamento dos produtos que estavam sendo dirigidos principalmente para o mercado externo, as Companhias das estradas de ferro surgiram na seguinte ordem cronológica”: Estada de Ferro do Paraná, Curitiba-Paranaguá (1885), Companhia Estada de Ferro São Paulo-Rio Grande (1905), Estrada de Ferro do Norte do Paraná (1908), ramal do Paranapanema, ligando a Estada de Ferro São Paulo-Rio Grande à Estada de Ferro Sorocaba (1911), ramal Serrinha-Nova Restinga, prolongamento Curitiba-Ponta Grossa (1914), Estada de Ferro Mate-Laranjeiras (1918), unindo Guaíra a porto Mendes (1918) e Estada de Ferro de Guarapuava (1934).

Sem a pretensão de especificar cada um desses projetos, pode-se certamente afirmar que eles coadunavam uma série de interesses ligados à capitalização econômica. As empresas que firmavam os contratos de construção das ferrovias eram quase sempre sociedades anônimas às quais se concedia o uso e gozo da estrada, sendo estipulados os valores das taxas. Elas passaram a ser negociadas, alterando-se várias vezes o capital que cobria a concessão. Além disso, é interessante notar que em 1910 as principais estradas de ferro do estado – a São Paulo-Rio Grande e a Estrada de Ferro do Paraná – pertenciam ao grupo Brazil Railway Company, um dos braços dos investimentos de Percival Farquhar, figura que merecerá maiores explicações um pouco adiante. O Estado, por outro lado, via nas estradas de ferro uma forma de aumentar a riqueza da região e de inseri-la nas vantagens trazidas pela modernização. Além disso, propôs-se a organizar núcleos de imigração ao largo das ferrovias, como forma de criar povoados com viabilidade econômica.

A vinda de imigrantes era um projeto anterior¹⁷³. Na década de 1870, durante o governo de Lamenha Lins, com o intuito de abastecer os centros urbanos, foi elaborado um plano de estabelecimento de colônias agrícolas próximas aos mercados consumidores,

esse plano foi baseado em experiências anteriores, realizada ao redor de Curitiba (Argelina 1869, Pilarzinho 1870, São Venâncio 1871 e Abranches 1873). Trouxe como resultado a utilização de terras disponíveis em localidades já povoadas, sem atingir, porém, as áreas devolutas e inabitadas. O almejado alargamento da fronteira de povoamento não se concretizou.¹⁷⁴

A chegada de imigrantes ao estado também aumentou a partir da década de 1880, junto com a criação das vias férreas. Em 1886, o governo provincial criou “sociedades de imigração em onze localidades da Província do Paraná¹⁷⁵. Com isso, no final do século XIX, existiam 80 núcleos coloniais espalhados pelo Paraná.

¹⁷³ “Os primeiros núcleos coloniais no Paraná foram: Rio Negro, fundado em 1829 e localizado no Sul, sob os auspícios do Governo do Império, com colonos alemães; a Colônia Militar de Jataí, criada em 1851, em pleno seio da floresta virgem do Norte [...]. Há ainda os núcleos de iniciativa particular: a colônia Thereza, fundada em 1847 [...] e a do Superagui, em Garaqueçaba, que foi fundada em 1852, com alguns colonos suíços, franceses e alemães. KROETZ. *As Estradas de Ferro do Paraná...* op. cit., p. 136.

¹⁷⁴ Ibidem, p. 135.

¹⁷⁵ Ibidem, p. 47.

Com o fim do Império a colonização por imigração – tanto a oficial quanto a particular – passou por uma nova fase que consistiu no oferecimento de favores diretos, tais como o adiantamento de passagens aos estrangeiros que quisessem vir para o Brasil. No alvorecer do século XX, a nova disposição política da República – que havia entregado aos estados o controle das terras devolutas – veio a se coadunar também com a conjuntura internacional da época imediatamente anterior à Primeira Guerra Mundial, quando se impunha forte pressão social nos países europeus, o que provocou grande êxodo populacional¹⁷⁶.

Em que pese o despreparo para receber as grandes levas que estavam chegando, a colonização caminhava a passos largos. As próprias leis de concessões para criação das ferrovias previam “a criação de núcleos povoadores ao longo dos trilhos das estradas”¹⁷⁷. Uma das linhas – a São Paulo-Rio Grande, cuja construção fora iniciada pela Compagnie Général de Chemins de Fer Brésiliens e terminada pela Brazil Railway – foi um exemplo do negócio que se tornou, no Paraná, a aliança entre capital externo, ferrovias, extração predatória das riquezas naturais e loteamentos de terrenos destinados a imigrantes europeus. Outras linhas, como a Estrada de Ferro do Paraná, não foram objeto de tanto afluxo de imigrantes, porque os trilhos passavam em áreas já ocupadas, algumas bastante adensadas. No que diz respeito à função desempenhada pelas duas ferrovias citadas, KROETZ afirma que

o papel desempenhado por essa ferrovia [Estrada de Ferro do Paraná] no tocante à colonização foi o de reforçar os núcleos existentes, favorecendo o seu acesso aos centros de consumo, para a comercialização dos excedentes produzidos. A criação de novos núcleos coloniais, ao longo dos trilhos, como no caso da Ferrovia São Paulo-Rio Grande, ficou a cargo do próprio governo do Estado. razão pela qual, mesmo sendo ela arrendada a empresas estrangeiras [...], elas nunca realizaram este serviço com exceção apenas das colônias de Rio Claro, General Carneiro e Antonio Olinto. A vinda de imigrantes e a formação de núcleos povoadores ao longo da Estrada de Ferro do Paraná foram iniciativa governamental ou de formas particulares que nada tinham a ver com a empresa arrendatária da ferrovia.¹⁷⁸

¹⁷⁶ Ibidem, p. 139 “A conjuntura internacional do período, anterior à Primeira Guerra Mundial, favorecia a vinda de imigrantes para o Brasil. As crises operárias, os pesados impostos, o rigor do regime militar e o aumento de população, na maior parte dos países europeus, foram determinantes do êxodo”

¹⁷⁷ Ibidem, p. 140.

¹⁷⁸ Ibidem, p. 155.

Todas essas transformações no território paranaense, ainda que tenham se restringido mormente ao Paraná Tradicional, foram rápidas e avassaladoras no que diz respeito à estrutura social que perdurara até meados do século XIX – corrobora com essa afirmação a importância que a extração de madeira ganhou nas exportações do estado, a partir da década de 1880, consequência tanto da demanda pelo produto quanto da possibilidade de transportá-lo aos portos.

No que diz respeito aos motivos expostos pelos governantes paranaenses para a necessidade da imigração européia, parece um pouco descabida a vinculação discursiva entre o projeto de branqueamento da nação, formulado em termos de racismo científico – que pululava nos centros intelectuais brasileiros – e os motivos ditos pelos governadores paranaenses, afinal, as questões prementes estão sempre ligadas à falta de produção para abastecimento local e à colonização dos vazios demográficos¹⁷⁹. De qualquer forma, o enfoque racista se fez notar, tanto pela escolha dos imigrantes considerados bem-vindos por aqui¹⁸⁰, quanto pelo tratamento dispensado ao caboclo local, explicitado durante a Guerra do Contestado, da qual se falará mais abaixo.

Por fim, como antes mencionado, a rápida modernização ocorrida no território paranaense também ressoou na estrutura urbana de Curitiba. Dos itens elencados entre as consequências da hegemonia conquistada pela burguesia ligada à produção do mate, restou tratar justamente da concentração urbana ocorrida nas cidades em que o mate era beneficiado e da diversificação produtiva que essa atividade demandava. Elas serão esmiuçadas no próximo capítulo.

¹⁷⁹ Seja qual for o motivo aparente, a referida vinculação não deixou de existir, como se verá adiante.

¹⁸⁰ Outras nações, como a China, também viviam um momento de emigração em massa, mas esses povos não eram considerados de boa estirpe e não eram aceitos por aqui.

CAP. 03 – CURITIBA

Neste capítulo, buscar-se-á analisar a produção do espaço urbano ocorrida em Curitiba durante o período em tela. Os números que indicam a população da cidade dão uma idéia da velocidade com que ocorreu o crescimento:

Ano	População
1872	12.651
1890	24.553
1900	50.124
1920	78.986

Tomada em números absolutos, a população até pode parecer acanhada – ou mesmo que a cidade estava começando a perder os ares de vilarejo. Neste capítulo, pretende-se trabalhar com o aumento populacional relativo, com o intuito de demonstrar de que maneira o crescimento da cidade apresentado no fim do século XIX e início do XX acabou por gerar pressões à produção do espaço urbano de Curitiba. Além disso, serão trabalhadas tanto a forma como a elite política e intelectual local lida com essa pressão e quais as resoluções postas por ela em prática – resoluções que transformaram e racionalizaram o espaço.

Como se verá, é também neste momento que a cidade começa a vencer as barreiras naturais que até então limitavam seu espraiamento. As novidades tecnológicas e os maquinismos eram encarados com muito otimismo, como se fossem os redentores do caos que se anunciava em doenças e ruas lamacentas.

Por fim, pretende-se vincular a imposição do sistema liberal com a novo papel atribuído ao Estado: ele tornou-se um espécie de carro chefe na implementação das condições do sistema, não (apenas) no sentido de assegurar as liberdades individuais, mas de racionalizar o espaço para que as trocas se efetivassem com mais abundância, afinal, isso significava a riqueza do próprio Paraná.

3.1. A Cidade

A data oficial de fundação da cidade é 1693¹⁸¹. Durante cerca de duzentos anos teve seu crescimento limitado pelos charcos dos rios Belém e Ivo – e por mais de uma vez neste período foi relatada como uma cidade acanhada, com poucas construções, de ruas lamacentas e portadora de uma Igreja Matriz bastante simples, refletindo a pobreza da região e o conseqüente insucesso do modelo de cidade colonial barroca.

Em que pese suas origens ligadas à busca pelo ouro – encontrado em irrisória quantidade – e o desenrolar de sua existência durante os quase 200 anos que sucederam a sua criação, o momento que mais interessa a este trabalho é o da virada do século XIX para o XX, quando

a cidade de Curitiba sofreu um processo de reformulação urbana que visou sua adaptação ao projeto da nova elite local [...]. A capital paranaense deveria refletir a riqueza adquirida pela burguesia do mate em seu comércio exportador e a cidade se transformou em palco para a construção da identidade cultural paranaense, supostamente moderna e inovadora. A antiga Curitiba colonial com suas casas simples (reflexo do barroco pobre que a região experimentou) desapareceu, e o sonho da quadra adensada finalmente se realizou com os casarões ecléticos que tomaram conta das principais vias urbanas, expondo o luxo da nova classe dirigente. O eixo urbano se deslocou da Igreja para o comércio e o perfil urbano se diversificou. Novos personagens surgiram e uma nova sociabilidade se desenvolveu. A rica burguesia ervateira construiu espaços públicos de recreação como Largos e Praças. Novos hábitos surgiram e a cidade se colocou em movimento¹⁸²

¹⁸¹ O nascimento mítico de Curitiba enreda-se com a aluminação de Nossa Senhora da Luz, que teria indicado ao cacique Tindiquera, da tribo Tingüi, o local a se erguer a nova capela a ela dedicada, marco zero do novo arraial, fato que teria ocorrido em data incerta, mas presumido para o ano de 1654. Tudo se sucedeu após Soares do Vale, sem saber-se ao certo como, talvez fugido do governador Geral da província de São Paulo, chegar ao Atuba, região assim denominada pelos índios por ter muitas árvores frutíferas. Ele, com a ajuda do gentio, chamou os seus, que trouxeram consigo uma imagem em madeira de uma santa, logo posta sobre um altar improvisado. Todas as noites a imagem mudava de posição, como se indicasse um lugar, um sítio certo. Imbuíram-se do ímpeto da fé e foram os devotos para a direção indicada. Chegaram à orla do rio Ivo, onde faiscadores de ouro já jaziam, a procurar o caro metal. Depararam-se, certamente inquietos, com uma área repleta de córregos e vastidões de brejos. Tindiquera, atendendo ao pedido dos cristãos, indicou uma posição a meia colina, terra enxuta, beirada de um lado pela várzea do rio Ivo, do outro pela do Belém. Por fervor, o grupo deixou a região repleta de árvores frutíferas e foi para a pantanosa, onde fundou a Vila de Nossa Senhora da Luz e Bom Jesus dos Pinhais de Core-Atuba.

¹⁸² PEREIRA. Os espetáculos dos maquinismos modernos... op. cit., p. 107.

A escolha de Curitiba como a capital da nova província, em março de 1854, marcou o início da ascensão da cidade¹⁸³. OBA assim descreve a recém nomeada capital:

segundo Rocha Pombo, a Curitiba desta época deveria conter de 150 a 200 casas e umas 8 ou 10 ruas com 'muitos claros' e que ficavam circunscritos entre os ribeiros Belém e o Ivo. Estima uma população de no máximo 6000 habitantes. Ele identifica como 'a parte mais central da área urbana' a praça da Matriz (hoje Praça Tiradentes). Confirma a precariedade das quatro igrejas da Paróquia começando pela Igreja Matriz que estava 'tão arruinada' que precisou ser consertada para as festas de 19 de dezembro¹⁸⁴

Nos anos seguintes cresceu o número de funcionários públicos, de profissionais liberais, as quantidades trocadas no comércio varejista, assim como os serviços urbanos domésticos¹⁸⁵. O crescimento urbano de Curitiba foi contemporâneo à dilatação da esfera de influência da economia ervateira, fenômeno que orientou as forças produtivas camponesas ao cultivo e extração da erva mate, escasseando a disponibilidade de gêneros alimentícios. A grande carestia de 1850 e a legislação municipal que a prevenia atestam a preocupação imposta aos governantes locais que, em pouco tempo, viram como solução a proposta da política de imigração, adotada no governo de Lamenha Lins:

a sua obra mais notável a sua foi a sua política de imigração e colonização. A partir de algumas experiências anteriores de implantação de colônias na região de Curitiba, como a Argelina (1869), Pilarzinho (1870), São Venâncio (1871) e Abranches (1873), estabelece um modelo de reforma agrária e colonização na periferia de Curitiba, ao formar diversas colônias com imigrantes proprietários de pequenos lotes de terra. Ao contrário das experiências anteriores a 1869, quando as colônias ficavam distantes de núcleos urbanos, Lamenha Lins estrutura um cinturão colonial ao redor de Curitiba. Implantou as colônias de Santa Cândida, Orleans, Santo Inácio, Lamenha, Dom Augusto, Dom Pedro, Tomás Coelho e Riviére. Ao lado de 2.000 imigrantes que vieram espontaneamente para Curitiba, somariam-se

¹⁸³ Curitiba foi escolhida como capital por Zacarias de Goes e Vasconcelos, depois de uma disputa entre os interesses dos mercadores parnanguaras e os estancieiros de Castro: "A localização estratégica entre estes dois pólos foi decisiva para a escolha de Curitiba como sede de governo". OBA, Leonardo Tossiaki. *Marcos Urbanos e a Construção da Cidade: a Identidade de Curitiba*, Tese de Doutorado, FAU USP, São Paulo, 1999, p. 131.

¹⁸⁴ Idem., *ibidem*. Segundo Oliveira, o Brasil formou, ao longo do tempo colonial e do imperial, três grandes escolas de burocratas, uma em Recife, outra em Salvador e a terceira no Rio de Janeiro. Dos centros de ensino dessas três cidades teria saído boa parte dos administradores das mais diversas regiões do Brasil, incluindo-se confins como a Curitiba e o Paraná imediatamente posteriores a 1854 que, mesmo sendo de pouca monta ao cômputo geral da nação, careciam de estrutura administrativa. O mesmo autor calcula que 500 famílias formam a "rocha viva da nacionalidade" brasileira, ou seja, da elite do Brasil. OLIVEIRA. O silêncio dos vendedores... op. cit., p. 349.

¹⁸⁵ OBA. *Marcos Urbanos e a Construção da Ci...* op. cit., p. 132.

quase 4.000 colonos, basicamente poloneses, que iriam alterar substancialmente o perfil demográfico e econômico da região de Curitiba, que possuía pouco mais de dez mil habitantes em 1872¹⁸⁶

A década de 1870 marca a primeira década de drástico crescimento urbano por que passou a pequena Curitiba. A reconstrução, em 1873, da estrada da Graciosa, seguida da ligação por via férrea entre o litoral e o primeiro planalto, em 1885, tornaram Curitiba o ponto geográfico mais rentável às instalações dos engenhos de mate. A erva passou a chegar aos portos de Antonina e Paranaguá já embalada em barricas, pronta para exportação – os portos, aliás, como é de se esperar, também receberam melhorias de infra-estrutura durante este período¹⁸⁷. Às efetivas transformações da vida urbana, concorriam o adensamento que a cidade experimentava com a vinda de imigrantes e a concentração de engenhos, os quais, por sua vez, passaram a reger o cotidiano citadino: “apitos de manhã, ao almoço e à tarde formavam uma verdadeira sinfonia, pelo seu som conhecia-se o engenho: este é da Baronesa, este do Miró, aquele do Macedo...”¹⁸⁸.

Além disso, nesta mesma década as discussões sobre melhoramentos urbanos passaram a produzir seus primeiros efeitos concretos. Em contraposição à impermeabilidade da cidade barroca, preocupada em se diferenciar do campo que a circundava, seja pela ausência de vegetação, seja pela tentativa de estabelecer quadras totalmente adensadas, a nova proposta urbanística requeria suas “verduras higiênicas”, espaços verdes – não o verde do campo, mas o verde programado e que conteria espécies exóticas, o verde cosmopolita – em que “o homem” da cidade poderia aliviar a pressão da vida urbana. A primeira das concretizações emblemáticas se deu com a construção do Jardim Botânico (hoje Passeio Público), em 1885 e, como afirma PEREIRA, “na face nordeste do Jardim foi construído o Boulevard 2 de Julho, arborizado com palmeiras, no qual se localizavam os casarões dos barões do mate”¹⁸⁹.

A cidade crescia também para o lado da Estrada do Mato Grosso (atual Comendador Araújo, início do bairro Batel), uma das primeiras áreas a concentrar

¹⁸⁶ OLIVEIRA. O silêncio dos vendedores... op. cit., p. 213-214.

¹⁸⁷ KROETZ. *As Estradas de Ferro do Paraná...* op. cit., p143.

¹⁸⁸ PEREIRA. Semeando iras... op. cit., p 56.

¹⁸⁹ PEREIRA. Os espetáculos dos maquinismos modernos... op. cit., p. 118. O autor complementa a informação dizendo quem financiou a construção do parque: os ervateiros Barão do Serro Azul e Comendador Fontana.

engenhos ervateiros e que, em seguida, se tornaria outro espaço privilegiado: “o progresso chegou à rua do Mato Grosso com edificações elegantes e casas comerciais na segunda metade do século XIX, propriamente a partir de 1880”¹⁹⁰.

Se para o Nordeste e para o Oeste crescia a parte da cidade destinada à habitação dos magnatas do mate e da pequena pequena burguesia que então existia na capital, as edificações não deixaram de avançar em direção ao Sul, ultrapassando a Rua do Comércio (atual Marechal Deodoro), em direção à recém inaugurada Estação Ferroviária. Para ligá-la ao centro de Curitiba foi projetada uma rua reta e larga, a Rua da Liberdade:

ao passo que estabelecia Ferrucci [engenheiro responsável pela construção da Estação Ferroviária] o eixo de continuação da rua Leitner como referência central do novo edifício, projetava a Câmara duas monumentais praças fronteiras, não só onde hoje está a Praça Eufrásio Correia, como, simetricamente, do outro lado, na quadra até a Travessa da Lapa, cuja abertura estreita não tem outra origem senão a descontinuidade administrativa desses planos. [...] Com a rápida e crescente valorização imobiliária não foi possível conter a escalada dos que fizeram abandonar metade do projeto, para loteá-lo, reservando-se à praça apenas a metade, como hoje ainda existe¹⁹¹

O projeto de construção da Estação Ferroviária orientou uma série de outras ações que repercutiram nos caminhos da produção do espaço urbano em Curitiba. Dos três sítios que haviam sido ventilados¹⁹², foi eleito o campo situado ao fim da Rua Leitner, entre outros motivos, porque se encontrava próximo à área já urbanizada da cidade e relativamente próximo ao quarteirão do Mato Grosso (hoje Batel), onde se concentrava a maior parte dos engenhos de mate – quando a Estação foi inaugurada em 1885, “a praça Eufrásio Correia era apenas um descampado e na Rua Leitner, semipantanososa, existiam três ou quatro casas com cercas de madeira”¹⁹³. Ainda que todo esse vazio possibilitasse uma futura

¹⁹⁰ BOLETIM INFORMATIVO CASA ROMÁRIO MARTINS. Estrada do Mato Grosso, n 50, 1981, p. 10

¹⁹¹ BOLETIM INFORMATIVO CASA ROMÁRIO MARTINS. A rua da liberdade, n 54, 1981, p. 13.

¹⁹² O primeiro era o antigo potreiro municipal, área em que hoje se encontra o teatro Guaíra, mas que foi preterida porque exigiria uma modificação no traçado da ferrovia, além de ser área com risco de inundação, pois recebia as águas dos rios Capão Barbado, Belém e Juvevê. O segundo, o campo Schimidlin, onde hoje se encontra a estação rodoviária de Curitiba, era considerado muito distante do centro urbano. A predileção do campo situado no final da Rua Leitner se deu porque, nas palavras de Ferrucci: “aquela vis-a-vis com a rua Leitner e ainda distanciada 800 metros da rua do Comércio, que é atualmente a última que se encontra aberta e marginada de algumas casas”.

¹⁹³ BOLETIM INFORMATIVO CASA ROMÁRIO MARTINS. Rebouças, v. 26, v. 124, 2000, p. 11.

ocupação regulada da região, a mera aprovação do projeto da Estação Ferroviária valorizou os terrenos situados em seu entorno e alvoroçou o mercado especulativo de venda de terra urbana de Curitiba¹⁹⁴. Ao redor da Estação de trens se formou a nova zona industrial da cidade e com ela, seguindo a várzea do rio Belém, o espaço de moradia trabalhadores¹⁹⁵.

Outras transformações do espaço urbano confirmam a importância que a cidade adquiriu no contexto regional: “o teatro São Theodoro é inaugurado em 1884. O Passeio Público, a pavimentação das ruas centrais, o bonde, a água encanada, a eletricidade... Foram melhoramentos importantes que foram se realizando antes da virada do século”¹⁹⁶. A cidade crescia, a vontade de vê-la modernizada e cosmopolita também. Na medida em que aumentava o capital investido em Curitiba, diversificavam-se os ofícios, de modo que na virada do século existiam na cidade:

100 fábricas de barricas para acondicionamento da erva-mate, 25 fábricas de beneficiar erva-mate, 70 sapatarias, 45 ferrarias; 41 olarias, que fabricam telhas, tijolos e outros artefatos de barro; 39 marcenarias; 49 carpintarias; 18 oficinas de celeiro; 42 de funileiro; 7 de carros; 5 de conserto de instrumentos; 42 serralheiras; 9 de tipografia; 4 de litografia; 10 moinhos para o fábriço de farinha; 40 serrarias; 40 curtumes; 9 fábricas de cerveja; 6 de licores e xaropes; 10 de café moído; 5 de águas gasosas; 3 de massas alimentícias; 4 de fósforos; 1 de gelo e 2 de cola; 2 tinturarias; 21 alfaiatarias; 39 açougues; 35 padarias; 48 barbearias; 9 farmácias; 6 hotéis; 3 restaurantes; 7 confeitarias; 2 chapelarias, 299 armazéns de secos e molhados; 45 botequins; 54 lojas de fazendas e miudezas; 5 de louças e 44 de ferragens; 2 ourivesarias; 5 joalheiras; 3 marmoristas; 4 ateliers de fotografias; 4 gabinetes dentários; 3 casas de banhos; diversos fabricantes de vinhos, etc.¹⁹⁷

Comportar esse crescimento tornou-se uma necessidade (e um negócio), pois, como é de se esperar, ele não deixou de ser tenso,

o projeto de civilização abraçado pela elite dominante supunha implementar a modernização, o progresso, a multiplicação das riquezas. Esse ideal

¹⁹⁴ Idem, p. 13.

¹⁹⁵ A forma de ocupação desta região – que viria a ser o Rebouças – deixou marcas na cidade passíveis de serem notadas até hoje. Em volta da antiga Estação, concentram-se grandes galpões e as favelas mais antigas de Curitiba (a vila das Torres, a vila do Capanema e a vila Parolin).

¹⁹⁶ OBA. *Marcos Urbanos e a Construção da Cidade...* op. cit., p. 133.

¹⁹⁷ CUNHA FILHO. *Cidade e sociedade...* op. cit., p. 65. O rol de atividades exposto por BONI para a Curitiba de vinte anos depois dá uma idéia da magnitude das transformações que se seguiriam nas décadas posteriores, além de corroborar com a tese de que a cidade, na República Velha, ainda dependia do campo. Entre as atividades descritas pela autora, aparecem fábricas têxteis, metalurgia e de produtos químicos. Ver BONI, p. 29.

esbarrava no “temor da peste”, que não escolhia vítimas, atacando tanto a população miserável quanto os ‘homens bons’. Era preciso, então, que a administração pública voltasse seus cuidados à questão da salubridade¹⁹⁸.

Fazer da cidade um ambiente salubre significou uma série de movimentos, tanto do Estado quanto de pessoas que, além de ilustradas, eram detentoras ou defensoras da aplicação dos instrumentos técnicos¹⁹⁹. Referindo-se ao ambiente em que se deram as transformações do fim do Império, RAGO diz que

a estratégia sanitária que se constituiu neste momento histórico de formação do mercado livre de trabalho no Brasil pretende realizar o projeto utópico de desodorização do espaço urbano, através de uma ação que, pontual num primeiro momento, torna-se depois permanente e sistemática, liderada pelos médicos e higienistas sociais²⁰⁰.

Em termos práticos a higienização da cidade significava dotá-la de infra-estrutura e equipamentos urbanos: “drenar pântanos, alinhar e calçar ruas, retificar cursos de rios, instalar água encanada e rede de esgotos, arborizar praças, prevenir focos potenciais de enfermidades onde estivessem”²⁰¹. Doenças locais assolavam tanto quanto as trazidas pelo grande fluxo de estrangeiros. A cidade era “visitada por diversas epidemias”²⁰² ano a ano que, quase invariavelmente, eram atribuídas aos imigrantes.

A maneira como a cidade capitalista se expandida nas terras dos pinhões a granel, da infinidade de araucárias e da gralha azul parece reproduzir, embora um pouco mais tarde e de forma bem mais rápida, a lógica descrita por MUMFORD de crescimento das cidades fabris européias, tornando-se comum a produção de loteamentos – postos em prática através da grade especulativa – e o adensamento da população mais pobre em cortiços:

¹⁹⁸ BONI, Maria Inês Mancini de. *O Espetáculo Visto pelo Alto: vigilância e punição em Curitiba - 1890/1920*. Tese de Doutorado em História, FFLCH/USP, São Paulo, 1985, p. 29

¹⁹⁹ Depreende-se do trabalho de CUNHA FILHO que no seio do próprio projeto modernizador ocorreu a disputa entre engenheiros e médicos pela hegemonia, tanto discursiva quanto propositiva, para a realização das soluções ao problema urbano enfrentado em Curitiba.

²⁰⁰ RAGO, Luzia Margareth. *Sem fé, sem lei, sem rei, liberalismo e experiência anarquista na República*. Campinas, Dissertação de Mestrado. Mimeo, p. 256, APUD. BONI. *O Espetáculo Visto pelo Alto...* op. cit., p. 30

²⁰¹ BONI. *O Espetáculo Visto pelo Alto...* op. cit., p. 30.

²⁰² Segundo BONI, “é o ‘flagelo da peste’ que assume o caráter de coqueluchè (1885); disenteria (1878-9; 1880; 1882; 1889; 1890; 1893; 1895; 1896; 1897 e 1898); tifo (1889-1891); pneumonia (1877; 1879; 1881; 1883; 1895); [...] febre dengue (1890-96); sarampão (1881-82-1890); varíola (1889); escarlatina (1890-91); difteria (1891)”. Segundo a mesma autora, a cidade até então não conhecia a febre dengue. BONI. *O Espetáculo Visto pelo Alto...* op. cit., p. 33.

mas havia sobretudo na cidade o “cortiço vertical”: “o enorme sobrado, subdividido em quartos, e onde mora a população dos pequenos empregados do comércio, das moças e homens, em promiscuidade compensada pelo preço dos aluguéis.”²⁰³

O projeto de modernização perpassava o “dever moral”, auto-atribuído à elite, de higienizar a população e seus costumes²⁰⁴, função exercida pela educação e pela aprovação, na câmara dos vereadores, de leis relacionadas à higiene pública e domiciliar, ao comportamento das pessoas e à estética das construções²⁰⁵.

No início do século XX começa a gracejar um novo teor nas leis municipais. Em 1904 proíbe-se a construção de casas de madeira na Rua XV de Novembro, proibição estendida no ano seguinte a todo espaço central da cidade – Curitiba era, à época, rodeada de araucárias e imbuías, e a casa de alvenaria custava quatro vezes mais que a de madeira²⁰⁶. Além disso, na área central da cidade haviam se aglomerado, nos antigos casarões, cortiços. A Rua da Liberdade, por exemplo, era um ponto estratégico muito interessante aos trabalhadores, pois em uma de suas extremidades encontrava-se a Estação Ferroviária e na outra o Mercado Municipal da cidade, além de ser transversal à Rua XV, o centro comercial de Curitiba. Sobre essa rua recaiu parte da proposta de urbanização que logo viria a ser encampada pelo governo e dela partiu grande resistência daqueles que não queriam, junto com os sapos, ir habitar nos confins do espaço urbano²⁰⁷.

²⁰³ Ibidem, p. 40.

²⁰⁴ BONI, citando o diário da tarde diz que “na prática desse dever ‘cumpre doutrinar o povo, para que siga os preceitos da hygiene’ fazer ‘a educação higienica das massas populares, apontando-lhes o perigo, onde quer que ele esteja, sem vacilações e sem considerações de espécie alguma””, BONI. O Espetáculo Visto pelo Alto... op. cit., p. 42.

²⁰⁵ BONI. O Espetáculo Visto pelo Alto... op. cit., p. 41. CUNHA FILHO atesta que a solução dos problemas urbanos não deixava de ser, além de interesse público, um negócio privado: Em 1903, por exemplo, a lei n. 506 autorizou o poder estadual a combinar a confecção da rede de esgotos e de abastecimento d’água com o capital privado, bem como, confiar à Empresa de Eletricidade Hauer Júnior & Cia, o serviço de iluminação pública. Em contrapartida, a Prefeitura cederia ao Estado o direito de arrecadação e desfrute do *imposto predial*, CUNHA FILHO: Cidade e sociedade... op. cit., p. 85.

²⁰⁶ LUZ, Regina Maria. *A Modernização da Sociedade no Discurso do Empresariado Paranaense: Curitiba 1890-1925*. Dissertação de Mestrado em História do Brasil. Curitiba: DEHIS, SCHLA, UFPR, 1992, p. 85.

²⁰⁷ A frase de Emílio de Menezes ganhou fama pelo livro de Nestor Victor, intitulado *A terra do futuro* e publicado em 1913: Aquellas pittorescas chacaras de outr’ora ja perderam seu carater vivamente campestre, enfileiradas agora em ruas regulares com outros predios, que lhes empobreceram a atmosfera e em muitos casos tiraram-lhes grande parte do terreno. Estão desaparecendo os leves chalets de madeira, e rarejam ainda mais as pobres casinhas encardidas, de telhas de taboá, cujo

Além dos problemas de infra-estrutura – e da tentativa de imposição do projeto higienista – a cidade vivia, na virada do século, as conseqüências da crise pela qual passava o Brasil nos anos que sucederam a proclamação da República²⁰⁸. Recuperada da baixa econômica, os germes lançados pelos higienistas Dr. Evangelista Espindola e Dr. Trajo Reis – que, segundo BONI, haviam deixado seus cargos descontentes com a falta de apoio político e com a falta de uma eficaz estruturação de órgãos públicos de controle higiênico – haviam se firmado e com isso a cidade entraria em uma nova fase de tentativa de medicalização da sociedade, levada a cabo, primeiramente, durante a gestão do Prefeito Cândido de Abreu (1913-1916).

A especial conjuntura em que se deu sua indicação será trabalhada mais abaixo. Por hora, basta frisar que talvez seja a sua gestão o acontecimento do período em tela que mais corrobora com a afirmação de ZIZEK, que será melhor exposta mais abaixo: a formatação da ordem liberal necessita de um momento ditatorial que a antecede e que cria as condições para que o liberalismo político se efetive²⁰⁹.

Indicado para prefeito da cidade pelo Presidente do Estado Carlos Cavalcanti, Cândido de Abreu²¹⁰ assume com amplos poderes que lhe foram concedidos através da lei estadual n. 1142, a qual “tornou da confiança do Poder Executivo o cargo de Prefeito da Capital”²¹¹. Segundo CUNHA FILHO,

aspecto, às vezes, era miserando. Os pobres e os sapos vão indo de cada vez para mais longe, dizia-me Emiliano Pernetta com a perversidade de quem não quer perder uma boa frase, tanto mais quando, realmente, ella bem resumia a situação. Está ahí o motivo principal, acrescentou, porque não achas mais na cidade esse cheiro campesino de que falas, e de que eu me recordo: com os pobres vão-se distanciando também as culturas. VICTOR Nestor. A terra do futuro (Impressões do Paraná). Rio de Janeiro: Tipo-grafia do “Jornal do Comércio” de Rodrigues & C., 1913. APUD, PEREIRA, Marco Aurélio Monteiro, A CIDADÉ DE CURITIBA NO DISCURSO DE VIAJANTES E CRONISTAS DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO SÉCULO XX, in

[http://www.revistas.uepg.br/index.php?journal=rhr&page=article&op=viewFile&path\[\]=37&path\[\]=24](http://www.revistas.uepg.br/index.php?journal=rhr&page=article&op=viewFile&path[]=37&path[]=24)

²⁰⁸ Segundo BONI, se comparadas as receitas de 1892 e 1897, as exportações de mate caíram pela metade.

²⁰⁹ ZIZEK, Slavoj. *A utopia Liberal*, Margem Esquerda – ensaios marxistas, São Paulo: Boitempo, n. 12, 2008, p. 45.

²¹⁰ Esta era a segunda vez que Cândido de Abreu assumia a direção da prefeitura de Curitiba. Ele fora o primeiro prefeito eleito de Curitiba, em 1892, mas renunciou 11 meses depois, alegando que as disputas partidárias impossibilitavam o governo.

²¹¹ ESTADO DO PARANÁ. Mensagem Enviada ao Congresso Legislativo - 1º de Fevereiro de 1913. Curitiba: Typographia do “Diário Oficial”, 1913, p. 22. APUD. CUNHA FILHO. Cidade e sociedade... op. cit., p. 92.

com a supressão da autonomia municipal o governador Carlos Cavalcanti podia cumprir, finalmente, sua promessa de campanha: empreender uma política de remodelação da cidade, dotando a capital dos modernos implementos urbanos. Para ele a lei n. 1142 diminuiria sensivelmente os “efeitos do partidarismo” que comumente serviam de “entraves” às mais “admiráveis” ações do executivo. No complemento a esse projeto, quando o engenheiro Cândido de Abreu foi nomeado para o cargo de prefeito, em 1913, também foi constituída a “Comissão de Melhoramentos da Capital”, pela qual ele ganhou vastos poderes de impor políticas sem responder à Câmara.

Além da lei que lhe dava amplos poderes, o novo prefeito conseguiu ainda um empréstimo com o governo estadual, no valor de 6.000.000\$000 (seis milhões de contos de réis), utilizados para fazer frente aos gastos com as melhorias. O mesmo autor, em nota de rodapé, diz ser BONI a precursora das pesquisas que relacionam técnica e violência institucional como requisitos que fizeram parte da concretização do projeto moderno em Curitiba:

Boni foi a primeira pesquisadora a classificar a transformação do cargo de prefeito em cargo de confiança do governo estatal como um ato de violência. De fato, isto não é de todo descabido (a saber, a união íntima entre determinados processos de modernização e a violência institucional), pois o século XX é rico em exemplos, notadamente em países do capitalismo periférico. Parece sensato afirmar que as administrações fundadas pelos golpes militares, principalmente na América Latina, tiveram um importante papel na “modernização” desses países.²¹²

De fato, durante a gestão de Cândido de Abreu a cidade parece ter se transformado em um canteiro de obras:

serviços de remoção de terras, terraplanagem, macadamização, calçamento a paralelepípedos, arborização, confecção de bueiros e galerias pluviais, retificação e canalização de rios, construção e reconstrução de praças, remodelação das fachadas dos prédios do quadro urbano, bem como, calçamentos dos passeios a *petit-pavé*, tornaram-se equipamentos bastante comuns a serem adotados. Apenas para se ter uma idéia da amplitude das intervenções desse período, no início de 1914 já havia 600 operários contratados para a realização dos trabalhos. Só com macadam foi revestida uma área total de 293.524,60 m² de ruas, em todo o triênio de Cândido de Abreu.²¹³

²¹² CUNHA FILHO. Cidade e sociedade... op. cit., p. 96.

²¹³ CUNHA FILHO. Cidade e sociedade... op. cit., p. 97. A promulgação do Código Civil, em 1916, veio a enfraquecer ainda mais o Legislativo municipal. Nele estava contida a primeira regulamentação expressa acerca da responsabilidade civil do Estado, o que levou ao âmbito do Judiciário uma questão que até então era decidido caso a caso, na câmara dos vereadores: “a partir de então [do

No bojo dos melhoramentos urbanos, a cidade viria a sofrer a primeira tentativa planejada de eleger os espaços destinados a atividades específicas: manteve-se os lugares destinados à habitação da elite ervateira – o Bulevar 2 de Julho (Alto da Glória) e a Estada do Mato Grosso (Batel) – interligados pela principal rua comercial da cidade – a rua XV – e todo este trecho muito bem servido de transporte público. O antigo Mercado Municipal foi derrubado e no mesmo local erguido o Paço Municipal – outro mercado, de caráter temporário, foi erguido na praça 19 de Dezembro. A rua da liberdade se transformou no eixo cívico da cidade, pois na outra extremidade fora construído o palácio da Assembléia Estadual – hoje sede da Câmara Municipal de Curitiba. Esse novo eixo não poderia mais comportar o cancro que significavam os cortiços. Nesse sentido, afirma BONI que

Reurbanizar implicava, também, em afastar do espaço refinado, dos “olhos e narizes” das senhoras e cavalheiros que compravam suas *echarps*, luvas de pelica e gravatas da última moda parisiense no “Chic de Paris” ou ia ao “Cinema Smart”, a população pobre, suja e feia²¹⁴

Toda a remodelação fez aumentar o custo da moradia, não apenas das áreas privilegiadas, mas também, pela mágica especulativa da lei de oferta e procura, das regiões suburbanas²¹⁵. Somado ao custo da habitação, “acrescentavam-se a carestia dos alimentos e as altas taxas cobradas pelas companhias de bondes e de eletricidade o que estaria tornando a vida dos pobres cada vez mais difícil”²¹⁶.

Se a situação não era fácil, ela viria a piorar com a crise que se seguiu à eclosão da 1ª Guerra Mundial. Segundo LUZ, o clima geral de insatisfação passa a assombrar a cidade, temerosa com a possibilidade de uma revolta geral,

código civil de 1916] os danos causados pelas intervenções estatais urbanas tornaram-se reclamáveis por ação, já que se tratavam de *matéria de direito*, isto é, um direito que já se encontrava expresso na letra da lei. Se, por um lado, isso significou mais segurança àqueles que se viam impotentes diante das investidas estatais, por outra, a passagem da execução dessas ações para a competência do judiciário pode ter operado uma sensível perda de poder por parte do legislativo, que teve a subtração de um importante canal de influência sobre os atos do executivo”. Ver CUNHA FILHO. Cidade e sociedade... op. cit., p. 94.

²¹⁴ BONI. O Espetáculo Visto pelo Alto... op. cit., p. 48.

²¹⁵ Ibidem, p. 50.

²¹⁶ LUZ. A Modernização da Sociedade no Discurso... op. cit., p. 82.

no ano de 1914 essa situação de crise se agravou com o crescimento do desemprego e da redução dos salários, o que atingia todas as categorias de trabalhadores: funcionários públicos, operários ou empregados no comércio. Além disso, os aluguéis sofreriam acréscimos de 30%, 40% e 60% nos anos de 1913 e 1914, o que, segundo a imprensa, consumia a maior parte dos salários dos trabalhadores.²¹⁷

LUZ diz que a falta de moradia continuaria sendo um problema em Curitiba, exposto nas páginas dos jornais ao longo do resto de tempo em que perdurou a República Velha.

As políticas de urbanização com caráter higienista continuaram a ser implantadas na gestão de Moreira Garcez,

uma nova onda de urbanismo e de reformas chegou à cidade na administração do prefeito Moreira Garcez. O eixo urbano, entretanto, havia se deslocado para a Rua XV de Novembro e para a Rua da Liberdade, o que resultou nos projetos de remodelação das Praças Osório, Santos Andrade e da Prefeitura, que cortavam a principal artéria da cidade. [...] Para tanto remodelou a Rua XV, modificou a rede de esgotos, abriu a avenida Iguazu e chegou a se preocupar a tal ponto com a salubridade que instituiu um prêmio para os hotéis com melhores condições de higiene. A rede de esgotos, saneamento e a saúde foram os setores que mais receberam investimentos municipais nos dois mandatos que exerceu à frente da administração.²¹⁸

Dessa forma, a ingerência do saber técnico sobre a cidade, ligado à idéia de modernização e sem a necessidade de qualquer discussão democrática, já estava consolidada,

quase sempre, quando chamado a intervir sobre o espaço da cidade, os reformadores urbanos acabavam por “empurrar” os pobres para a periferia. Fosse porque as taxas de serviços ficavam muito altas após as melhorias, fosse pelas desapropriações, as intervenções urbanas operavam com um efeito centrífugo sobre os pobres da cidade. Com isso, o urbanismo moderno mostrou sua face pouco democrática, pois não conseguiu garantir acesso à cidade a todos os cidadãos.²¹⁹

Mais uma vez, é preciso que reste claro o cuidado com que se deve aplicar o termo “cidade capitalista” à Curitiba de então, pois, como dito, trata-se de

²¹⁷ Ibidem, p. 83. Uma idéia do alvoroço que se gerou está exposta no jornal O comércio, de 10 de agosto de 1918: “numa tal situação o remédio com que o pobre coitado julga poder curar seus males é a greve, é a violência, é a revolta. Por enquanto só aparecem as greves, mais tarde virão os cortejos da fome, a guerra civil, a chacina (...)”. APUD, LUZ, p. 84. É bom lembrar que a cidade fora palco, em 1917, de uma greve de grande vulto, ocorrida sob liderança anarquista.

²¹⁸ PEREIRA. O espetáculo do maquinismo... op. cit., p. 154.

²¹⁹ CUNHA FILHO. Cidade e sociedade... op. cit., p. 133.

uma cidade dependente dos vínculos com o campo. Ainda assim, outra transformação – o crescimento do poder público, notadamente do poder executivo e a conseqüente estatização de vários serviços urbanos ocorrida ao longo do período – parece indicar que o modelo de crescimento urbano capitalista começava a apresentar as tensões que o caracteriza, pois, mesmo em uma ordem liberal, a regulamentação em torno do mercado precisou ser balanceada pela supressão da lógica do lucro privado para que o tenso equilíbrio da cidade não terminasse em uma sublevação que a pusesse abaixo.

3.2. A elite e seu projeto modernizante

As transformações ocorridas no Paraná e em Curitiba também foram vivenciadas no plano ideológico, pois somadas às mudanças econômicas e territoriais houve – tanto no período que antecede a proclamação da República quanto na sua vigência – um intenso movimento da nascente intelectualidade local que demonstra não ser o urbanismo higienista um acontecimento isolado, mas sim apenas parte do projeto modernizante idealizado pela elite ervateira para o estado todo – ao menos para o hodierno Paraná tradicional, parte do território que já havia sido ocupada à época. Ao passar em revista a formulação deste projeto, percebe-se que, para além dos problemas criados pela regulamentação da sociedade em torno das necessidades do mercado, mostrava-se premente responder a questões que “o bando de idéias novas” trouxe em seu bojo e que, como já dito, pululavam pelos centros intelectuais do Brasil. Desse modo, não parece equivocado dizer que a implantação do sistema capitalista liberal atrelou-se ao desbunde ocasionado pelos maquinismos modernos, a uma epistemologia evolucionista e rracista e, por fim, a um conceito de cidadania elitista e bastante restrito.

Segundo PEREIRA, o papel de destaque à formulação dos símbolos e de uma história local coube ao Movimento Paranista, cuja função central foi “a construção de uma identidade regional para o Estado do Paraná” e que contou “com

a adesão de intelectuais, artistas, literatos, etc.”²²⁰. Em termos políticos, o grupo era formado basicamente por republicanos adeptos da ditadura modernizadora – na qual prevaleceria a força do poder executivo – que finalmente poria o Brasil no rumo do progresso,

politicamente influenciados pelo positivismo, os paranistas eram quase todos republicanos, aderindo com fervor às teses de Augusto Comte, ao ponto de defender a ditadura republicana como a melhor forma de governo. Essa influência levou à construção de uma política conservadora que excluiu a presença dos imigrantes do governo durante todo o período da I República.²²¹

O progresso técnico era visto com os olhos mais otimista que se pode imaginar. O meio e o clima, mais similares ao da Europa civilizada, pareciam corroborar com um futuro iminente e esplendoroso. Além disso, a presença de imigrantes brancos – que traziam “nos genes” a possibilidade da civilização – enchiam ainda mais de esperança os membros da elite, já acostumados com as aterradoras conclusões a que os cientistas chegavam em outras regiões do Brasil, como as do maranhense Nina Rodrigues na Bahia. Por óbvio, esses intelectuais esperavam pronta aceitação dos imigrantes ao papel que lhes havia sido definido, o que, a bem da verdade, não ocorreu exatamente desta forma:

a construção dessa identidade exigia que estrangeiros aderissem ao discurso modernizador, mas a forte tradição rural de alguns deles acabou fazendo com que certos grupos fossem marginalizados pela tradicional elite local [...]. Parte dos imigrantes que veio ao Paraná com o sonho de trabalhar na pequena unidade rural, decepcionou-se com a falta de uma política que lhes garantisse terra e a saída foi a fixação na cidade, na região do Rossio, livre das determinações das Posturas Municipais, onde garantiram sua pequena produção de hortas. O grupo que mais se destacou nesta atividade foi o dos poloneses – e por isso o “polaco” foi transformado em o outro da sociedade, considerados por alguns “negro às avessas”. Tal visão preconceituosa atingiu também os alemães, um dos poucos capazes de concorrer com as elites locais no comércio.²²²

²²⁰ PEREIRA, Luís Fernando Lopes. *Paranismo: o Paraná inventado; cultura e imaginário no Paraná da I República*. 1. ed. Curitiba: Aos quatro ventos, 1997, p. 66.

²²¹ PEREIRA. O espetáculo do maquinismo... op. cit., p. 17. Mais adiante, o autor enfatiza que “as idéias republicanas, vistas sob o prisma do positivismo comtiano, deram caráter modernizante e cientificista às propostas do novo regime, encarado como a solução milagrosa para romper o domínio político da elite dos Campos Gerais, que fez dos partidos da ordem um agrupamento de pessoas com interesses particulares, em geral orbitando a influência de poderosas famílias...”, p. 23

²²² Ibidem, p. 13. Segundo PEREIRA, “enquanto, nacionalmente, Nina Rodrigues defendia a evidência científica da inferioridade dos negros, [...] Romário Martins se limitou a exaltar a mistura de raças, uma das principais originalidades da região, fruto da predominância do branco europeu de

Na virada do século também crescia o mercado editorial local, com isso a possibilidade da elite econômica e cultural se expressar²²³,

o fascínio pela literatura ficcional se vinculava ao gosto do período pelo sonho de um mundo novo e perfeito porque ligado ao desenvolvimento técnico e científico. As máquinas alteraram a sensibilidade da população e prometiam um mundo melhor e mais cômodo.²²⁴

Crescia também o fascínio pelas engenhocas, que extasiavam a todos, inclusive a massa popular:

os artefatos mecânicos invadiram também o espaço do Jardim Botânico e atraíram verdadeiras multidões, como foi o caso do “fabuloso” Carrossel, que estreou em 1886 e funcionava “*todos os dias santificados*”. Ele encantava as crianças de até 15 anos por um preço de \$100 a volta em seus cavalinhos mecânicos, que eram montados e desmontados todos os dias, fato que também se tornou um espetáculo. Mas essa atração era proibida a “*crianças que não se apresentarem decentemente*”.²²⁵

A proposta de se formular uma história regional, capaz de dar coesão e identidade singular à formação do povo paranaense também foi realizada no período, seguindo os mesmo pressupostos epistemológicos então em voga:

o positivismo e o evolucionismo marcaram a construção da história regional, tanto no caso de Rocha Pombo como no de Romário Martins ou mesmo de Nestor Victor, construtores de uma história linear e progressiva, idealizando um mundo em que verdades morais, espirituais e sentimentais seriam a

origem ibérica ou não e da baixa percentagem da presença negra. Por isso, desde seus primeiros escritos destaca a necessidade de comunicação com o imigrante, de não deixá-lo a sós e fechado em seus costumes e hábitos”. p. 88.

²²³ A cidade experimentava seu primeiro surto cultural, com o surgimento de intelectuais e artistas. O mercado editorial cresceu muito e o elogio à técnica podia ser visto na chegada do cinema, da fotografia ou mais explicitamente nas exposições. Após a transferência de imigrantes e os investimentos dos ervateiros, pulou de 24.553 habitantes em 1890 para 59.775 apenas dez anos depois. Segundo o IBGE, a participação do imigrante no crescimento populacional do Paraná foi de 9% no período. PEREIRA. O espetáculo do maquinismo... op. cit., p. 28.

²²⁴ Ibidem, p. 74.

²²⁵ Relatório da Assembléia Provincial. Curitiba: Imprensa Paranaense, 1886. APUD. PEREIRA. O espetáculo do maquinismo... op. cit., 119. Ainda, afirma o autor que “o fascínio naquela pequena cidade, que pretendia ser uma metrópole cosmopolita, era pela multidão nas ruas, pelas cenas de carros, trens, bondes, bicicletas ou as muito aclamadas cenas de guerras, navais ou terrestres. O cinematógrafo do sr. Hervet permaneceu por algum tempo na cidade, de 6 de julho a 5 de agosto, após uma rápida passagem por Ponta Grossa. Em todas as apresentações na capital paranaense o cinematógrafo conseguiu lotar o teatro Guaira, mas retirou a Viagem à Lua de seu programa”. P. 187

base. No caso específico de Nestor Victor, o mesmo se declara um admirador da historiografia alemã, por sua erudição e transcendentalismo.²²⁶

É nesta conjuntura que, em 1900, Romário Martins cria o Instituto Histórico e Geográfico do Paraná, órgão que se responsabilizaria pela eleição dos símbolos do estado e pela formulação da sua história oficial, nos moldes daquilo que IHGB, sediado no Rio de Janeiro, se propunha a fazer para o Brasil:

é uma história regional completa e acabada, plena de referências aos ideais positivistas e historicistas, na intenção de elaborar uma história total a partir de uma obsessão nominativa. Uma história sem julgamentos e científica aos moldes de Fustel de Coulanges, com uma temporalidade linear, que oferece indícios para a elaboração de teses evolucionistas. Romário Martins se abstém constantemente de comentários atendo-se quase sempre à fria descrição dos fatos como encontrados nas fontes primárias. O que chama mais a atenção, entretanto, é a ligação deste autor com a Geografia Humana e a preocupação exagerada em relação ao meio físico, ligando o desenvolvimento da cidade de Curitiba a seu local privilegiado em termos geográficos, de onde viria sua preocupação ecológica.²²⁷

Em termos arquitetônicos, como já dito, a cidade de Curitiba passou a reverenciar o ecletismo, forma de construção que permitia tanto a referência às novas tecnologias quanto a personificação das mansões. Como parte da ideologia dominante, sua difusão não se restringiu aos palácios construídos para a burguesia ervateira. As formas ecléticas se reproduziram tanto na construção das casas da classe média quanto nas populares²²⁸.

À guisa de sintetizar as distintas transformações ocorridas em Curitiba e procurando abordar variados enfoques existentes, PEREIRA conclui que

a modernização conservadora de Curitiba, a partir das modificações no espaço urbano, representou a consolidação da sociedade burguesa, pensada pelo Iluminismo e projetada pelo Positivismo, que serviu de base para a identidade local. Distantes da *Kultur* e das particularidades locais, a burguesia ervateira, cada vez mais europeizada, passou a ver a mata virgem e a natureza exuberante como exóticas. Transformou o espaço urbano, abriu grandes bulevares, criou espaços públicos, nos quais se realizaram exposições modernas que atraíram o público fascinado pelas artes mecânicas como a nova iluminação pública, os bondes elétricos, a fotografia, o fonógrafo, o cinematógrafo, os carros e as aeronaves. Alterações que criaram formas de sociabilidade mais sofisticadas que o comportamento da antiga Vila de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais. [...] A modernidade acelerou o ritmo do tempo e pôs

²²⁶ PEREIRA. O espetáculo do maquinismo... op. cit., p. 91.

²²⁷ Ibidem, p. 93.

²²⁸ Segundo OBA, a construção eclética logo se tornou referência para as casas das classes menos abastadas. OBA. *Marcos Urbanos e a Construção da Cidade...* op. cit., p 149.

tudo em movimento, destruindo os laços comunitários e as antigas identidades que foram substituídas por um eurocentrismo mascarado de cosmopolitismo, no qual elementos de *civilité* foram utilizados para construir a identidade cultural local, provocando uma falha de construção pela ausência de particularidade. O deslocamento gerou um auto-exotismo, pois a perspectiva do olhar europeu passou a ser a regra para se ver a região. As idéias positivistas, republicanas e paranistas foram o pano de fundo para as transformações ocorridas na capital paranaense. A técnica avançou e o espaço urbano se reordenou, as distâncias foram encurtadas pelos bondes, trens e automóveis, e também pelos fonógrafos e cinematógrafos que trouxeram sons e imagens distantes para perto. A objetividade do método fotográfico fez com que o real se diluísse e se sobrepusesse a imagem ao real, criando uma sensibilidade no cidadão que, distraído e em êxtase pelo maquinismo, se transformou em uma peça que circula como as mercadorias que consome, sem deixar vestígios de sua existência. Embora as mercadorias passassem a ter um palco próprio, as exposições nacionais e internacionais, vinculavam máquinas ao desenvolvimento científico, em um macabro espetáculo dos maquinismos modernos.²²⁹

3.3. O crescimento do poder executivo

A implantação da República, organizada sob as premissas do federalismo, redistribuiu, como acima dito, algumas das competências administrativas que durante o Império se concentravam na esfera de interesses da Cortê. Os municípios, embora não tenham sido alojados no mesmo patamar da União e dos estados membros (não era considerados entes federados), também tiveram elástecida sua autonomia para cuidar dos interesses locais²³⁰, o que se traduziu na possibilidade de incrementar o aparelho administrativo municipal,

intentando dotar o executivo de maiores recursos de ação e ajustar a cidade à nova realidade político-institucional, a Câmara criou, em 1895, as "Posturas de Curitiba". Fôra Cândido de Abreu, eleito em 1892, quem propôs a revisão do antigo Código de Posturas. Com a nova legislação urbana municipal ele pensava adquirir instrumentos eficazes no controle e intervenção sobre o espaço da cidade. Além disso, almejava realizar uma reforma na estrutura burocrática da administração do município, com vistas à modernização das políticas públicas urbanas. A questão que estava posta parecia ser a de adequar o serviço público municipal à ideologia vigente. Em outros termos, tratava-se de dar maior poder de ação ao prefeito e de aparelhá-lo com o recurso técnico e humano especializado no tratamento das coisas objetivas da cidade. Isto significava substituir a antiga prática de empregar baçharéis na administração municipal pelo novo modelo de administração especializada. Por isso, a tarefa que anteriormente se confiara a camaristas e magistrados passava, a partir de então, a ser

²²⁹ PEREIRA. O espetáculo do maquinismo... op. cit., p. 219-224

²³⁰ CUNHA FILHO. Cidade e sociedade... op. cit., p. 75.

depositada nas mãos dos especialistas nos problemas concretos da cidade: os médicos e os engenheiros.²³¹

O final do século XIX de fato marca uma crescente ingerência do poder público nas questões da cidade, com intuito de dotar seu espaço urbano com os equipamentos de infra-estrutura, parte do tão almejado projeto modernizador. A isso se soma a confiança depositada nos saberes técnicos que, com o advento da República, aumentou ainda mais:

a partir do regime republicano, com mais intensidade, o profissional detentor do conhecimento científico passou a se colocar como redentor da população, que vivia num meio "infernal" dominado por seres invisíveis a olho nu, ambiente esse que a ciência mesma descobriu. Era ele o único agente capaz de restituir a vida e a saúde à sociedade. Mas não somente isso, pois deve-se levar em conta também à "prosperidade", que tanto se almejava naquele momento²³²

Desse modo é que, se a deficiência de estrutura urbana representava um empecilho à salubridade da cidade, a solução dos problemas urbanos significou, entre outras representações já expostas, um negócio bastante lucrativo a empresários, além da possibilidade de trabalho para os trabalhadores:

após a Proclamação da República a presença do empresariado ligado às obras públicas passou a ser crescente na sociedade curitibana. Prestavam serviços na área de construção, iluminação, transporte coletivo e saneamento. Devido ao reduzido número de funcionários municipais, a execução de políticas se dava através da contratação de empresas de capital privado.²³³

Por sua vez, na senda dos melhoramentos, a década de 1910 foi marcada por grandes mudanças no aparato administrativo municipal,

nessa segunda década do século XX que o poder estatal se mostrou claramente decidido a se responsabilizar pelas intervenções na cidade. De outra maneira, foi nesses anos que os "problemas urbanos" se tornaram, efetivamente, um problema para ser assumido pelo Estado. Levou-se tão a sério a ambição por tornar Curitiba uma "das bellas capitaes do Sul do Brazil", que enormes somas foram destinadas aos "melhoramentos da capital", ao ponto de, como se viu, usar-se deste pretexto para tomar atitudes ilícitas em relação a Fazenda Pública. Nota-se, portanto, uma

²³¹ Ibidem, p. 76.

²³² Ibidem, p. 79.

²³³ Ibidem, p. 85. No que diz respeito à demanda de mão-de-obra, ver p. 108.

mudança um tanto radical na política do governo estadual. Enquanto a primeira década do século XX se caracterizou pela relativa morosidade deste diante das demandas urbanísticas da capital, a segunda se notabilizou por seu “despertamento” para os “problemas” da cidade-sede do poder público.²³⁴

No bojo da lei estadual n. 1142 – que concedeu amplos poderes ao prefeito da capital do Paraná –, do empréstimo feito pelo estado à prefeitura Curitiba – para fazer frente às obras de melhoramento – e da constituição da Comissão de Melhoramentos Urbanos, aumentou substancialmente tanto a importância da Secretaria de Obras – posteriormente alcunhada por Secretaria Geral – quanto o orçamento que lhe era dedicado que, por sua vez, fez aumentar seu contingente²³⁵. Os dados trazidos por CUNHA FILHO, colocados no gráfico abaixo, dão a seguinte idéia do crescimento do poder executivo municipal durante o decênio em questão:

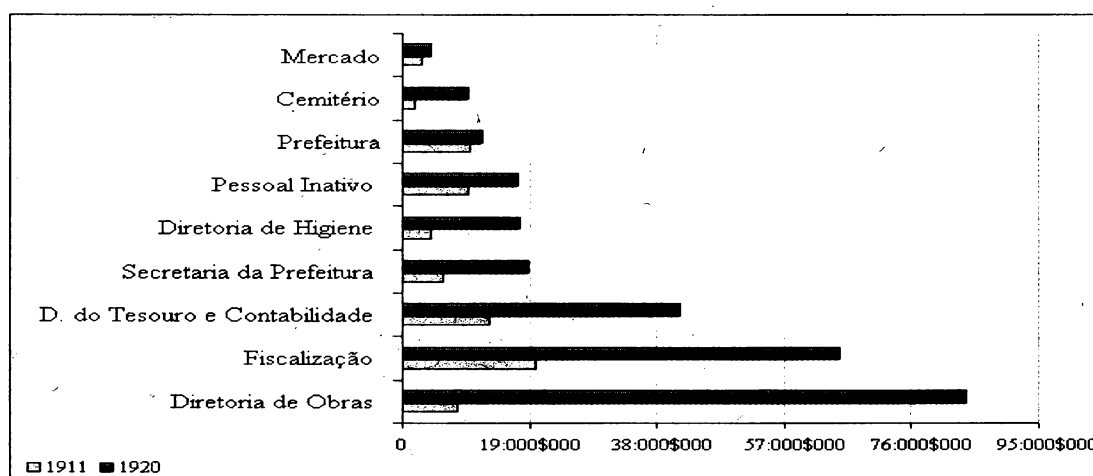


Gráfico 01: Orçamento municipal de Curitiba (1911-1920)²³⁶

²³⁴ Ibidem, p. 101.

²³⁵ Ibidem, p. 102-104. CUNHA FILHO compara os orçamentos municipais de 1911 e 1920, com o intuito de demonstrar que, nas propostas resolutivas aos problemas urbanos, o conhecimento técnico ligado à engenharia acabou por se tornar hegemônico frente ao conhecimento médico: se se fizer atenção, porém, aos dados do último ano dessa década, isto é, 1920, ver-se-á que a definição dos campos de atuação profissional já se encontrava bastante explícita. A Diretoria de Obras passara a se chamar Diretoria Geral, um indício revelador de que, com o passar do tempo, este departamento ia incorporando as demandas que surgiam. Se subdividia em sete seções: a) Obras Públicas e Viação, com 6 funcionários; b) Tombamento, com 2; c) Contencioso, também com 2; d) Limpeza Pública e Particular, com 3 funcionários; e) Inspetoria de Veículos, com 3; f) Jardins e Praças, também com 3; e g) Oficinas, com apenas 1 funcionário. Nota-se, portanto, que houve um extraordinário aumento de cargos e criação de funções que antes não existiam. Considerando, então, que a antiga Diretoria de Obras de 1914, foi a precursora da Diretoria Geral de 1920, pode-se constatar que, ao passar de 8 a 20 funcionários, sofreu um crescimento de 250%, em apenas seis anos. Por outro lado, a Diretoria de Higiene contava, em 1920, com apenas 4 cargos”.

²³⁶ Gentilmente elaborado por Michelli Stumm.

Em 1911, os números das onze atividades municipais mais dispendiosas indicam um comprometimento orçamentário de 87:600\$145, enquanto as onze atividades que mais custaram ao executivo municipal, em 1920, perfazem o total de 314:447\$003. Esses números demonstram, além de um rápido crescimento do aparato executivo, uma lógica que então se impunha em Curitiba, no Paraná e no Brasil e que HESPANHA trabalha a partir do “modelo administrativo do Estado”, tendo Portugal por referência:

a um processo inicial de reequipamento institucional da “governação”, desencadeado pelas necessidades financeiras, vão-se juntar outros novos desígnios de governo (militar, penal-disciplinar, de fomento, assistencial). Esta “encarnação institucional do Estado” constitui um movimento de longa duração que, pré-anunciado com o Estado de polícia, nos finais do séc. XVIII, se desenvolve no Estado napoleônico e se estenderá pelos séculos XIX e XX. Em paralelo, isto leva a um esvaziamento dos pólos periféricos, aos quais competiam antes, nas suas mais restritas dimensões, as funções de governação agora progressivamente apropriadas pelo Estado. A definição dos fins do Estado vai-se complexificando à medida que a visão liberal clássica – e, realmente, sempre pouco correspondente à realidade das coisas, pelo menos na Europa continental – de um Estado guarda-nocturno é superada.²³⁷

Restringindo esse amplo movimento ao espaço urbano de Curitiba, CUNHA FILHO corrobora com a tese defendida por HESPANHA e conclui que

pôde-se verificar que o crescimento do aparelho administrativo estatal, tanto estadual quanto da municipalidade, mostrou tendências de progressão muito antes do aparecimento do modelo de Estado de bem-estar, ainda quando as elites locais professavam uma contraditória devoção ao liberalismo.²³⁸

Nesse sentido, a pretensa tensão entre Estado e liberalismo não significou, nem mesmo na Europa, a implantação de um Estado mínimo, no qual a mão invisível do mercado aliar-se-ia à busca particular pelos melhores resultados e, dessa soma, resultaria o bem comum. Para Hespanha, as premissas do liberalismo não se sustentam, porque

²³⁷ HESPANHA. Guiando a mão invisível... op. cit., p. 289.

²³⁸ CUNHA FILHO. Cidade e sociedade... op. cit. p. 126.

todo o liberalismo europeu carregou um mesmo paradoxo, logo desde sua primeira hora. Reivindicava-se da natureza individual, mas pressupunha a educação. Contava com os automatismos de uma certa forma de sociabilidade, mas tinha, primeiro, que construir essa sociabilidade. Propunha um governo mínimo, mas tinha que governar ao máximo, para poder, depois, governar um pouco menos. Numa palavra, propunha natureza, mas precisava dos artifícios, antes da sua instalação e, depois disso, durante a sua vigência.²³⁹

O significado deste “governar ao máximo” parece ter, tomado no Brasil da Primeira República uma conotação estratosférica, pois, além da necessidade de se criar as condições para a gravitação social em torno das necessidades do mercado, era preciso fazê-lo com urgência, lançando mão, inclusive, de métodos que prometiam acelerar todo o processo.

Além do crescimento do aparato estatal em torno do poder executivo, é também emblemático o fato de o Estado passar a encampar certas atividades relacionadas à infra-estrutura urbana que antes estavam em poder de particulares. CUNHA FILHO diz que pouca força detinha o Estado diante do capital privado que controlava as obras e públicas e a prestação de serviços de interesse público, ao até a década de 1910. A partir do decênio seguinte, a situação muda em favor do Estado:

o intervalo de tempo compreendido entre os anos de 1911 e 1920, pode ser considerado uma década de redefinição do papel do Estado no que tange as políticas públicas urbanas. De outro modo, parece ter sido nesse tempo que as autoridades públicas chamaram para si, de maneira mais explícita e decidida, a responsabilidade pelas intervenções que dariam conta das transformações urbanas pretendidas, ou melhor, o poder estatal reconheceu efetivamente como problemas os “problemas urbanos”²⁴⁰

É bom frisar que as reclamações pelos serviços mal prestados ou pelo alto preço das tarifas eram constantes, o que exigia uma postura ativa do poder público, ainda mais porque algumas destas atividades eram justamente as porta-bandeiras do progresso: o bonde e a energia elétrica. O serviço de transporte urbano coletivo e o de distribuição de energia elétrica foram estatizados, após várias tentativas, em 1928, “com a criação da Companhia Força e Luz do Paraná, que recebeu as concessões de exploração do serviço de transporte coletivo por trilhos e de

²³⁹ HESPANHA. Guiando a mão invisível... op. cit., p. 06.

²⁴⁰ CUNHA FILHO. Cidade e sociedade... op. cit. p. 91.

iluminação²⁴¹. É interessante notar que, nesta fase, o capital detentor das concessões, tal como ocorreu com as ferrovias do Paraná, era estrangeiro:

em novembro de 1909 Etienne Mutter de Paris adquiriu a concessão de Colle e vendeu a mesma a Eduardo I. de Laveteye por 500:000\$000. Este organizou uma companhia anglo-francesa que cuidara do transporte e da iluminação pública, a "South Brazilian Railway Co. Ltda" que, no ano seguinte, compra a empresa de eletricidade, até então de propriedade de Hauer Jr. e Cia. por 3:000:000\$000, incluído aqui o valor da Usina de Caiacanga.²⁴²

Além disso, digno de nota também é o endividamento estatal que ocorreu na medida em que se deram as referidas assunções do poder público, tanto pela soma paga pela propriedade dos bens quanto pelos investimentos que precisaram ser feitos. Digno de nota porque exprime mais um fenômeno que parece típico do momento em tela e consequência direta da forma política estabelecida sobre o modo de produção capitalista²⁴³: o Estado começa a se comportar como uma corporação. No caso de Curitiba, o aumento do contingente burocrático e a expansão do raio de ação estatal acabaram por endividar a Prefeitura "consideravelmente com empreiteiros, contas à pagar ou mesmo com emissão de apólices. Tanto que, em 1933, o prefeito-engenheiro Lothário Meissner declarou que havia iniciado um amplo programa de redução de gastos".²⁴⁴

²⁴¹ PEREIRA. O espetáculo do maquinismo... op. cit., p. 166. Em nota de rodapé o autor comenta que "através de um acordo assinado entre o município de Curitiba e o governo do Estado, a iluminação e o transporte coletivo da cidade ficariam sob a responsabilidade do poder público estadual que deu início também à exploração de linhas de ônibus municipais, surgindo dois anos depois as primeiras linhas particulares". Além disso, destrincha toda a saga que significou a encampação desses serviços.

²⁴² PEREIRA. O espetáculo do maquinismo... op. cit., p. 159. O autor ainda complementa a informação: em 1912 chegam os primeiros carros elétricos, importados da Bélgica, da firma "Ateliers Métallurgiques de Nivelles": 29 carros fechados com motores de 25 cavalos cada, 16 carros para carga, 3 para carne e 1 para correio.

²⁴³ Depreende-se esta conclusão da tabela contida no texto de Marnoco e Sousa, de 1914, que traz uma relação de "capitação da dívida por habitante" em 20 países. Ver HESPANHA. Guiando a mão invisível... op. cit., p. 322.

²⁴⁴ CUNHA FILHO. Cidade e sociedade... op. cit., p. 114.

CONCLUSÃO

Parece, nesta altura do trabalho, bastante plausível poder-se afirmar que a implantação do liberalismo, depois de passados os meados do século XIX, segue veredas diferentes ao redor do mundo, embora sua materialização se dê por uma só lógica preponderante, várias vezes repetida: libertação das coisas, libertação das pessoas e regulamentação em torno das necessidades do mercado. Ao menos esta afirmativa dá amostras de possibilitar um eixo de análise no qual se explicita a importância atribuída por HOBBSAWM aos acontecimentos ocorridos na virada do século XIX para o XX. (Como dito, um trabalho como este talvez possa até ser considerado mais próximo a um estudo político do que ao “estritamente jurídico”, afinal, tem-se a impressão de que a maioria dos juristas dá-se por satisfeito em fazer-se herdeiro das conquistas que a “Revolução Francesa legou ao Ocidente” – as garantias individuais, a partição dos poderes, a sistematização do direito; enfim, sempre que um jurista precisa buscar um fundamento que explique, por exemplo, o conceito constitucional de direitos humanos ele poderá, caso queira, achar abrigo no seio francês da *Marianne* ou nas injustiças que caracterizaram o Antigo Regime, quando ainda não havia o devido processo legal).

Depois da sistematização e racionalização científica do direito – obviamente o direito, como um campo do saber, também é permeado pelo processo de racionalização, também constitui um discurso próprio e também busca definir sua autonomia epistemológica – o discurso jurídico acabou por se debruçar na labuta de desenvolver sua própria lógica (interna), com a iniludível premência de ser um campo autônomo de conhecimento sempre acossado pela necessidade da decisão, pela necessidade de pôr fim a conflitos sociais e definir os critérios de “justiça” social.

Por um lado, busca-se a previsibilidade e a segurança jurídica que somente a lei é capaz de prescrever, por outro se tenta delinear com exatidão o significado de um fato juridicamente relevante, além dos trâmites que necessariamente devem ser cumpridos para que qualquer demanda possa ser dotada de legitimidade – os próprios trâmites tornam-se objeto de conhecimento, refletido à exaustão. Cega a tudo aquilo que não lhe nascesse das entranhas, ou, ao

menos, a tudo aquilo que ela não pudesse digerir, esta epistemologia foi chamada, no século XIX, não só a dar coerência interna ao Direito, mas a buscar a sua legitimação, a achar um lugar em que ele se assentasse e que, portanto, guardasse-se soberano em relação ao próprio Estado. É neste momento que a Nação fala mais alto:

no entanto, soberania da Nação acabava por levar também – paradoxalmente – à soberania do Estado, libertando, definitivamente o poder deste (como poder da Nação organizada) de realidades que estavam fora dele e que, por isso, o limitavam. O rei soberano, o povo considerado como conjunto de indivíduos, os interesses corporativos dos grupos, eis os limites que outras teorias punham ao poder do Estado. Agora, o Estado é a própria Nação, organizada politicamente [...] O poder do Estado é, portanto, o próprio sentido de autoridade que a vida em sociedade espontaneamente gera. E, por isso, vale por si mesmo, é originário, autônomo e absoluto, não podendo ser sindicado por indivíduos, grupos ou monarcas. A autonomização e absolutização do poder do Estado, a sua libertação em relação a entidades como a divindade, o soberano, o povo, ou a Nação, é produto da teoria política alemã, a partir dos finais da primeira década do séc. XIX, no âmbito da construção da dogmática do chamado “Estado de Direito” (Rechtsstaat)²⁴⁵

Desta disposição das coisas, pode-se facilmente concluir que o direito é a manifestação na superestrutura de um determinado modo de produção que lhe dá a base. Tal afirmação, embora verdadeira, empobrece-se se se findar nesta conclusão. HESPANHA tenta, ao longo do livro “Guiando a mão invisível”, demonstrar como o poder executivo se torna “um agente activo de governo, concebendo políticas concretas e querendo realizá-las, e que o orçamento das despesas era a tradução do seu verdadeiro programa”²⁴⁶. Ora, para se ter uma apreensão significativa dessa sugestão de análise, sugere o autor um esquema que, enquanto esquema, é bem simples: não é porque foram proclamados novos pressupostos políticos que uma sociedade passará, num passe de mágica, a se reger por eles da noite para o dia. Nesse sentido, o período que sucede uma nova “disposição das coisas” é marcado pela necessidade de se modificar os antigos hábitos sociais, pela necessidade de impor-se a nova normalidade ao convívio entre os homens.

²⁴⁵ HESPANHA. Guiando a mão invisível... op. cit., p. 243-244. HESPANHA faz surgir novamente a ambigüidade do termo povo. Antes da vinculação entre Estado e Nação, diz o autor, “podia-se dizer que a soberania pertencia ao povo, mas ao povo entendido no sentido político, isto é, como uma comunidade organizada, e não como uma multidão inorgânica”.

²⁴⁶ Ibidem, p. 317.

No caso do século XIX, era preciso dismantelar a organização política do Antigo Regime para impor o projeto do liberal, com todos os paradoxos que, como disse HESPANHA, o liberalismo carrega consigo. Uma das contradições mais aberrantes desse conjunto de idéias é teorizada por ZIZEK, quando ele se dispõe a analisar a afirmação que diz: “à China de hoje restaria apenas se tornar democrática, pois foi capaz de atingir o desenvolvimento econômico almejado” – como se desenvolvimento estivesse necessariamente atrelado à democracia:

uma análise mais atenta rapidamente desmonta essa esperança: em vez de entender o que ocorre na China de hoje como uma distorção oriental-despótica do capitalismo, deve-se perceber nesse processo a repetição do desenvolvimento do sistema na Europa. No começo da modernidade, a maioria dos estados europeus estava longe de ser democrática – e quando o era (como a Holanda), era apenas para a elite liberal, não para os trabalhadores. As condições para o capitalismo foram criadas e mantidas por uma brutal ditadura estatal, muito parecida com a China de hoje: o Estado legalizando violentas expropriações de pessoas comuns, fazendo delas proletárias e disciplinando-as em seu novo papel²⁴⁷

HOBSBAWM, quando trata das formas de emancipação do campesinato ocorridas no século XIX, após expor as distintas maneiras pelas quais o capital veio a organizar o campo, demonstrando, por exemplo, no caso prussiano, como “as grandes fazendas de nobres (...) transformam-se em empresas capitalistas”; e, depois de diferenciar a força do “campesinato tradicional, especialmente quando organizado comunalmente” do campesinato débil encontrado em algumas regiões do globo, principalmente naquelas em que “a servidão durou mais tempo”, seja porque havia opressão racial seja porque os camponeses não detinham a posse da terra na qual trabalhavam; HOBSBAWM pergunta:

poderia esse processo ter sido evitado por uma forma mais racional de emancipação? É duvidoso. Pois encontramos resultados muito similares naquelas regiões onde a tentativa de criar as condições para a agricultura capitalista tinha sido efetuada não por um édito global abolindo a economia de coerção, mas pelo processo mais geral da imposição pela lei do liberalismo burguês: transformar toda propriedade agrária em propriedade individual e a terra numa mercadoria de venda livre como qualquer ou objeto. Na teoria, esse processo já havia sido amplamente aplicado na primeira metade do século [...], mas na prática veio a ser imensamente reforçado, depois de 1850, pelo triunfo do liberalismo.²⁴⁸

²⁴⁷ ZIZEK, p. 46-47

²⁴⁸ HOBSBAWM. A era do capital... op. cit., p. 264.

Por outro lado, parece que ter no horizonte de inteligibilidade a ação do direito no processo de libertação das pessoas, das coisas e da regulação em torno do mercado possibilita, ainda, que as peculiaridades de cada formação econômica e social no espaço entrem no compito final da análise. É nesse sentido que o Antigo Regime, conceito utilizado para definir um estado de coisas que antecede o capitalismo liberal, pode mostrar variações sociais que acabam por determinar caminhos diversos trilhados pelo mesmo liberalismo em seu processo de constituição – para ater-se a esta evidência, basta ter-se em conta, por exemplo, o legado que as raízes rurais deixaram ao posterior desenvolvimento do Brasil e ver-se-á as particularidades do mundo pré-capitalista erigido nestas plagas. Da mesma forma, tal horizonte de inteligibilidade deixa em aberto às peculiaridades de cada projeto modernizador a forma como se tratou, no caso concreto, as questões relacionadas à luta trabalhadora pela representação política, assim como ressalta os diferentes problemas impostos pelo território à concretização desse projeto, além de impor a necessária análise concreta da formulação de consensos locais em torno de termos caros à teoria política moderna – como povo, nação, raça e cidadania. Por fim, este esquema de análise é maleável o suficiente para agregar a perspectiva de que não há, nem no liberalismo nem nas atitudes dos indivíduos, algo como um maléfico desejo de impor de forma programada a opressão do capital: no cerne de toda a lógica privada do liberalismo resta a crueza instrumental do utilitarismo, a voraz tentativa de se obter o lucro máximo com o mínimo dispêndio de energia. E, dessa somatória de interesses individuais, pode-se muito bem resultar um “bem comum” que, no fundo, acaba por se tornar o guia geral dos interesses daqueles que participaram do processo de decisão acerca do “bem” e do “comum”.

No período e território propostos para análise neste trabalho, talvez não haja melhor exemplo do que a Guerra do Contestado para evidenciar que a lógica do liberalismo se impõe de acordo com variáveis próprias a cada formação econômica e social no espaço. No referido conflito, ocorrido entre 1912 e 1916, imbricam-se interesses do capital internacional, do nacional, do regional e do local – além do povo camponês da região, caboclos que não continham os requisitos necessários para serem inseridos no projeto civilizacional proposto para o Brasil e

particularmente para o Paraná (parafraseando CARVALHO, “não passavam no teste da cidadania”)²⁴⁹.

Muitas vezes relatada como uma guerra messiânica ocorrida em decorrência do surto milenarista de fanáticos, a Guerra do Contestado é, antes de tudo, um caso mal contado e que parece repleto de mal entendidos. No cenário anteriormente descrito, em que se deu a indicação de Cândido de Abreu ao cargo de prefeito de Curitiba, o candidato preterido foi João Gualberto, que veio a se tornar o coronel comandante do Regimento de Segurança do Paraná (espécie de Polícia Militar da época)²⁵⁰. Meses depois, ele morreu tragicamente na batalha do Irani, a primeira de uma série que viriam a ser a Guerra do Contestado. Não se sabe ao certo como se deu o óbito, mas foi provavelmente com “golpes de facão no frontal, desferidos por Venâncio Lageano Delfino Pontes”²⁵¹. Sua morte o transformou no primeiro herói genuinamente paranaense, cantado pelos paranistas como homem brilhante que teve sua vida ceifada por fanáticos, em nome e pelo bem de todo o Paraná – hoje nomeia a rua por onde se espalham palacetes dos tempos áureos do mate, no Alto da Glória²⁵².

A região na qual ocorreu a guerra ficou conhecida como Contestado porque houve um litígio, entre Paraná e Santa Catarina, e ambos os estados reivindicavam o território como seu:

a questão do litígio dos limites entre os dois Estados e o problema relativo aos impostos sobre a erva-maté, ofereceram exemplos de como os chefes locais eram manipulados pela oligarquia estadual, e dela se aproveitavam na defesa de seus interesses e dos interesses de suas clientelas políticas. Com o objetivo de fixar jurisdição e de criar fatos consumados, as autoridades de ambos os estados fomentavam a criação de vilas, legalizavam posses e concediam terras a correligionários ou empresas nas áreas litigiosas. Os choques gerados nesse embate que, na esfera jurídica, chegou até ao Supremo Tribunal, excitaram-se na fronteira entre duas

²⁴⁹ MEIREINHO ressalta a ironia de que esse mesmo povo caboclo servira, anos antes, para que o Estado brasileiro ganhasse da Argentina este mesmo quinhão de território. Trata-se de questão de limites arbitrada por Cliveland – de onde surge o nome de Clevelândia – em favor da usucapião brasileira, garantida porque os habitantes da área falavam português. Ver MEIREINHO, Bruno Cesar Deschamps. A terra vista do “espaço”. Breve ensaio sobre o Contestado e as modernas relações do homem com a natureza. In FRAGA, Nilson Cesar (org.). Contestado: o território silenciado. Florianópolis: Insular, 2009.

²⁵⁰ SÊGA. Melhoramentos urbanos... op. cit., p. 35.

²⁵¹ MOURA, Aureliano Pinto de. *Contestado, a Guerra Cabocla*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército Editora, 2003, p. 80.

²⁵² PEREIRA. Paranismo: o Paraná inventado... op. cit., p.

frentes extrativas de erva-mate, uma paranaense, com base em União da Vitória, e outra catarinense, em Canoinhas.²⁵³

A ação dos dois estados provocou algumas escaramuças. Além disso, habitavam na área do Contestado ex-combatentes da Revolução Federalista – a própria região fora palco de sangrentos conflitos ocorridos durante a referida revolta. Esses fatos evidenciam a vida belicosa e a experiência guerreira acumulada neste território²⁵⁴, sendo a prévia existência de parentelas, organizadas em torno do poder de coronéis, mais um fato importante para explicar a violência do conflito²⁵⁵.

Por outro lado, antes de iniciar a Guerra, já se fazia notar nesta área os interesses do capital estrangeiro:

nesse mesmo período, o então ministro da Viação e Obras Públicas, o catarinense Lauro Müller, patrocina a vinda ao Brasil do empresário norte-americano Percival Farquhar, proprietário de dezenas de empresas nos Estados Unidos e tantas outras espalhadas em diversas partes do mundo, principalmente na América Latina. No final do século XIX, Percival era o proprietário de duas grandes empresas que controlavam os serviços de bondes de Nova York. Tinha como objetivo controlar todo o sistema ferroviário da América Latina. Aqui no Brasil, fundou a empresa Brazil Railway, que se tornou a maior acionista da Companhia Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande. Em 1908, a Brazil Railway, obteve a concessão da construção do trecho da ferrovia que liga União da Vitória a Marcelino Ramos e, ao mesmo tempo, direito sobre uma faixa de 15 km de cada um dos lados do traçado da estrada. A demarcação das terras pela empresa não levou em conta sesmarias e posses já existentes. Por isso, a Estrada de Ferro São Paulo Rio Grande se desdobrava em exageradas

²⁵³ TAVARES, Luis Almeida. *Campesinato e os faxinais do Paraná: as terras de uso comum*. São Paulo: Tese (Doutorado em Geografia) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2008, p. 524. O acordo que pôs fim ao pleito dos estados se deu com a intervenção do presidente da República: “com o agravamento da Guerra do Contestado, o Presidente da República, Wenceslau Braz, interveio na questão. Convocando os governadores para encontrar uma solução, ao mesmo tempo em que nomeou um comandante da Marinha como moderador entre os dois governos. O presidente da república, então, sugeriu a divisão da área contestada. Em 20 de outubro de 1916 foi assinado um acordo de limites pelo Governador Afonso Alves Camargo, do Paraná e pelo Governador Felipe Schmidt, de Santa Catarina, assim o Paraná ficou com 20.310 km² e Santa Catarina, com 27.570 km². Os paranaenses abriram mão da área compreendida aos municípios de Itaiópolis, Papanduva e Canoinhas, em contrapartida recuperaram toda área referente aos municípios de Palmas e Clevelândia. Já a cidade fundada pelos paulistas, à margem do Rio Iguaçu foi dividida, ficando União da Vitória para o Paraná e Porto União para Santa Catarina. O acordo foi aprovado pelas duas Assembleias Legislativas, com anuência do Congresso Nacional e a demarcação dos limites ficaram a cargo de uma comissão militar.

²⁵⁴ Ibidem, p. 529.

²⁵⁵ Ibidem, p. 532. Socialmente composta por “coronéis, fazendeiros, criadores ou meio-fazendeiros, lavradores, agregados e peões” na região se criava gado em largas pastagens, trabalhava-se no cultivo da congonha, explorava-se a navegação fluvial pelo rio Iguaçu e, nos últimos tempos, já eram desmembradas partes de grandes fazendas para demarcação de lotes a serem vendidos para colonos para colonos.

sínuosidades [...]. Em 1911, a Southern Brazil Lumber and Colonization Co., Subsidiária da Brazil Railway, compra 180 mil hectares de terra ao sul dos rios Negro e Iguaçu, próximo a Canoinhas, ao preço médio de 15 mil-réis o hectare. O intermediário do negócio era o advogado da Brazil Railway, Afonso de Camargo, então vice-governador, chefe da oligarquia paranaense, que estabeleceu ainda uma série de contratos com diversos fazendeiros, por meio dos quais vendiam à empresa as araucárias e as madeiras de lei que havia em suas terras. Tanto a concessão dos 30 quilômetros quadrados como os 180 mil hectares, foram feitos burlando a Lei de Terras de 1850, o que não foi contestado. [Foram] reconhecidos os direitos de propriedade a Brazil Railway, pelos governos do Paraná e Santa Catarina.

O projeto de construção desta ferrovia era o de estabelecer um eixo viário que otimizasse a ligação entre o Sul e o Centro-Leste do Brasil. Para trabalhar nas obras, sob a promessa de que depois seriam novamente levados para seus lugares de origem, decorreu grande afluxo de operários de distintas regiões do país. Contudo, quando terminada a construção da ferrovia a promessa não foi cumprida e os trabalhadores foram deixados à própria sorte, fato que contribuiu para acirrar ainda mais os ânimos dos viventes dali.

Em junho de 1912, “mais ou menos 800 peões trabalhavam (...) no corte e transporte de madeira para a serraria que a *South Brazil Lumber and Colonization Co*, tinha montado em Três Barras – SC”. Neste mesmo ano a empresa se tornou a maior “companhia madeireira da América do Sul”²⁵⁶. Sua infra-estrutura era toda mecanizada e sua tecnologia de ponta permitia aos estadunidenses – que vieram trabalhar na diretoria da empresa – assistir a sessões de cinematógrafo e a construir uma sociabilidade muito diversa da cabocla:

tecnologias altamente avançadas foram trazidas diretamente para a construção de um território norte-americano no Brasil. O futebol, que é de origem inglesa, ficou registrado na história da madeireira e na história do país, através da construção daquele que seria o primeiro campo de futebol drenado do Brasil.²⁵⁷

Detendo o monopólio do transporte da madeira e uma ampla rede de contatos em Curitiba, a Lumber deixava de cumprir os compromissos assumidos com outros madeireiros de menor porte, impondo-lhes amargos calotes, além de

²⁵⁶ Ibidem, p. 539.

²⁵⁷ UEJIMA; Henrique Shigueo. Histórias e estórias do Contestado: passado e presente, redes, poder e território. In FRAGA, Nilson Cesar (org.). Contestado: o território silenciado. Florianópolis: Insular, 2009, p. 153.

praticar “escandalosos bendengós”²⁵⁸. Ademais, a Lumber passou a lotear terras e a vendê-las para fins de colonização por imigração. Era, portanto, a barbárie do lucro desmedido que se somava ao já tenso clima de disputa entre dois entes federados pelo domínio político do território.

Nesse contexto, o aparecimento de mais um monge, José Maria, o terceiro registrado na história da região, a predicar a volta do reino de São Sebastião, a fazer curas e a benzer o povo, passou a congregar a excrescência do projeto desenvolvimentista, ou seja, o camponês caboclo, negado em sua alteridade.

Mas mesmo o conflito do Irani, desencadeador da contenda que se sucedeu, é marcado por equívocos. Segundo MOURA, “José Maria, que fora a Taquaraçu (SC) a convite dos chefes políticos locais para participar da Festa do Divino, julgou ser aquele lugar ideal para criar o ‘quadro santo’ e congregar todos os seus seguidores”²⁵⁹. Durante a festa, Vidal, um dos seguidores do monge, teria trocado trovas, modalidade típica do folclore local, com outro sertanejo e, ao final, dado “vivas à ‘monarquia de São Sebastião’, ao Divino, aos Santos Reis e aos ‘monges’ João e José Maria”²⁶⁰. Esses brindes teriam transformado, aos olhos da elite local, o grupo de José Maria em conspiradores monarquistas. Foram apossados e se retiraram para o Paraná. Neste estado foram recebidos como representantes dos interesses escusos dos catarinenses, afinal, a fronteira entre os estados vivia em pé de guerra. De Palmas chegou a Curitiba um telegrama falando da presença do grupo que tanto desassossego criava na região – que temia, inclusive, a invasão armada da cidade. De Curitiba partiu um destacamento, liderado por João Gualberto, cuja missão era proteger Palmas. Ao chegar na região, o coronel selecionou um grupo menor e, mesmo contra manifestações de membros da tropa, que achavam melhor evitar o combate a qualquer custo, João Gualberto foi ao encontro do grupo de José Maria.

Pelos relatos, o monge também tentou evitar o confronto, mas João Gualberto estava resoluto: “na madrugada de 22 de outubro [...] para surpresa de todos, João Gualberto mandou tocar ‘reunir’ e marchou em total escuridão. “repetia-

²⁵⁸ Segundo Tavares, “denominavam-se bendengós os grandes contratos para aquisição de terras devolutas a preços irrisórios dos governos estaduais”. TAVARES. *Campesinato e os faxinais do Paraná...* op. cit., p. 540.

²⁵⁹ MOURA. *Contestado, a Guerra Cabocla...* op. cit., p. 69.

²⁶⁰ Idem, *ibidem*.

se Moreira César em Canudos”, diz o militar MOURA²⁶¹. No caminho, o burro que carregava a metralhadora assustou-se com as velas ascendidas pelos vaqueanos e acabou por deitar na água a única metralhadora e toda a sua munição que trazia no lombo. Horas depois, o destacamento conseguiu recuperar os pertences e seguiu em marcha acelerada. Aproximaram-se, na manhã seguinte, exaustos, do sítio de destino e iniciaram um reconhecimento que deflagrou o conflito. Ao ataque militar os camponeses revoltosos responderam, muitos armados de facão. A metralhadora – trunfo da tropa de João Gualberto – não funcionou, provavelmente porque estava deteriorada pelo banho que tomara, e a expedição restou liquidada – nesta batalha o monge também pereceu. Estarrecidos com a morte de tão ilustre cidadão e assombrados pela possibilidade de uma nova Canudos se criar em seu território, os paranaenses logo pediram ajuda a Hermes da Fonseca. Era o início de uma guerra em que ao final,

havia morrido de 6.000 (seis mil) a 8.000 (oito mil) camponeses rebeldes em combates, por doenças, fome ou degolamento. Do total da população rebelde, pouco mais de 8.000 (oito mil) eram homens que lutavam contra as forças repressoras, sendo mais ou menos o mesmo número de mulheres, 3.200 (três mil e duzentas) crianças e próximo de 3.000 (três mil) pessoas de ambos os sexos incapazes de lutar. O conflito envolveu 6.000 (seis mil) efetivos das tropas repressoras e mais 1.000 (mil) vaqueanos¹⁰², em que morreram mais de 2.000 (dois mil) soldados e vaqueanos¹⁰³, em 14 ataques aos redutos rebeldes pelas forças repressoras. A guerra custou gasto de 2.999.984\$745 ao povo brasileiro. O que significa que o Presidente Hermes da Fonseca e os governadores dos estados de Santa Catarina e Paraná não mediram esforços para defenderem os interesses dos capitalistas estrangeiros, nacionais, das oligarquias estaduais e do coronelismo locais.²⁶²

Nota-se que a riqueza das araucárias e imbuías se transformou em mercadoria apenas com a implantação da ferrovia. Até então, mesmo que houvesse interesse na exploração econômica e predatória da madeira da região, não havia meios de transformá-la em mercadoria, pois não era possível transportá-la aos portos. Por outro lado, esta revolta camponesa, tantas vezes reduzida a um surto milenarista de menor importância, foi um exemplo de luta pela terra daqueles não se encaixavam nos rumos liberais que tomava o Brasil. Segundo TAVARES, tal fato pode ser notado em um simbólico espólio de guerra, um bilhete manchado de

²⁶¹ Ibidem, p. 78.

²⁶² TAVARES. Camponato e os faxinais do Paraná... op. cit., p. 522.

sangue, encontrado no bolso de um camponês morto em um dos combates e que dizia: *"Nois não tem direito de terras tudo é para as gentes da Oropa"*.²⁶³ E, como salienta MEIRINHO,

é curioso, então, que no caso do exercício da posse contínua pelos caboclos que há séculos viviam na região [...] não se levantou, na época, a hipótese de que esses seriam proprietários por meio da usucapião. É preferível às elites e ao governo brasileiro ignorarem a existência desses posseiros e declarar suas propriedades como terras devolutas, oferecendo-as a empresas responsáveis por um determinado desenvolvimento econômico dessa região.²⁶⁴

Em relação a Curitiba, pôde-se notar que o período em tela também demonstra a profundidade da afirmação trazida por ZIZEK, porque, afinal, João Gualberto não perdeu uma eleição pra Cândido de Abreu, mas sim uma indicação, feita pelo presidente da Província, Carlos Cavalcanti. SEGA dá a seguinte explicação para a ocorrência desta conjuntura: "num quadro político desestabilizado, quer seja por movimentos messiânicos do tipo Contestado, quer seja pela articulação política dos imigrantes anarquistas, as elites do Estado preferiam não correr o risco do sufrágio universal"²⁶⁵.

Por sua vez, a gestão de Cândido de Abreu foi marcada pelo crescimento do aparato estatal ligado ao poder executivo, fato ocorrido em plena vigência da teoria liberal, ao menos daquela que no Brasil tentava-se efetivar. Da mesma forma, o projeto de modernização proposto à cidade foi calcado sobre bases conservadoras que erigiram uma política que tolhia a participação dos indivíduos considerados inaptos – ou seja, da maior parte da população – e colocava num pedestal o conhecimento técnico cientificamente concebido:

certamente que a visão de mundo tributária do cientificismo e da crença no progresso começava a se institucionalizar como um conhecimento verdadeiro da realidade. Todos os que dele não compartilhava tornavam-se marginalizados, sujeitos a multa prisão, etc. O urbanismo moderno, pelo menos no que tange à sua manifestação local, não foi outra coisa senão a formalização desse conhecimento pretensamente científico, portanto verdadeiro, sobre a cidade. E sua tarefa consistia em promover o progresso do meio urbano, evitando o seu contrário: a degeneração.²⁶⁶

²⁶³ Ibidem, p. 544.

²⁶⁴ MEIRINHO. A terra vista do "espaço"... op. cit., p. 80.

²⁶⁵ SÊGA. Melhoramentos urbanos... op. cit., p. 56.

²⁶⁶ CUNHA FILHO. Cidade e sociedade... op. cit., p. 108..

Trata-se, poderão concluir alguns, de um lamentável passado do qual se deve ter vergonha – principalmente os estudiosos do âmbito jurídico defensores dos direitos fundamentais constitucionalmente estabelecidos, acostumados a ver em mudanças políticas o delineamento de um novo mundo.

“Lá para traz não há nada e nada mais” diz Leminski, sonhando com a possibilidade de vermos os nossos problemas resolvidos por um decreto que, depois de publicado, faria das mágoas do passado “um silêncio perpétuo”. Claro que em um espaço de reflexão em que “a lei posterior derroga a anterior”, em que o mundo faz sentido apenas a partir da instituição de um ordenamento jurídico, aquilo que o antecede parece pouco importar – e, quando importa, no mais das vezes não é para fins pragmáticos.

Mas o território parece conter uma iniludível referência ao mundo progresso, por mais que esse passado se esconda sob novos ícones do progresso técnico. Talvez nada como o território guarde tanta similaridade com a teorização feita por BENJAMIN sobre o Anjo da História²⁶⁷, a partir do quadro de Klee, pois, diz o autor, na “cadeia de acontecimentos do passado”, que representam uma “catástrofe única”, acumulam-se incontáveis ruínas dispersadas “aos nossos pés”.

Vão-se projetos políticos. Símbolos últimos da inovação tecnológica incessantemente tornam-se velharias. Dentre todo esse passado que arrisca perder-se no tempo – não para o Anjo da História – resta, evidente, o território. O projeto de elitização do espaço urbano realizado por Cândido de Abreu não pode simplesmente ser rasgado ou queimado, como se fosse uma constituição posteriormente considerada injusta: todos os projetos urbanos que o sucederam e que o sucederão terão que lidar com este território passado, construído a partir de uma epistemologia que respirou em outros tempos, pactos políticos de outrora.

²⁶⁷ Trata-se da nona tese “Sobre o conceito de história”, desenvolvida pelo autor em 1940: Há um quadro de Klee que se chama *Angelus Novus*. Representa um anjo que parece querer afastar-se de algo que ele encara fixamente. Seus olhos estão escancarados, sua boca dilatada, suas asas abertas. O anjo da história deve ter esse aspecto. Seu rosto está dirigido para o passado. Onde nós vemos uma cadeia de acontecimentos, ele vê uma catástrofe única, que acumula incansavelmente ruína sobre ruína e as dispersa a nossos pés. Ele gostaria de deter-se para acordar os mortos e juntar os fragmentos. Mas uma tempestade sopra do paraíso e prende-se em suas asas com tanta força que ele não pode mais fechá-las. Essa tempestade o impele irresistivelmente para o futuro, ao qual ele vira as costas, enquanto o amontoado de ruínas cresce até o céu. Essa tempestade é o que chamamos progresso. In http://www.geocities.com/jneves_2000/wbenjamin.htm

Aos que virão, talvez não reste mais do que duas opções: talvez esse “lidar” signifique um “deitar abaixo a cidade podre”, como afirmou CORTÁZAR²⁶⁸, ou, quiçá, um expandir ilimitado da cidade barbaramente civilizada.

²⁶⁸ CORTÁZAR, Julio. La prosa del observatorio: “... y por eso la revolución en su momento, el arremeter contra lo objetivamente enemigo o abyecto, el manotazo delirante para echar abajo una ciudad podrida, por eso las primeras etapas del reencuentro con el hombre entero. Y sin embargo ahí se emboscan otra vez Dama Ciencia y su séquito, la moral, la ciudad, la sociedad: se ha ganado apenas la piel, la hermosa superficie de la cara y los pechos y los muslos, la revolución es un mar de trigo en el viento, un salto a la garrocha sobre la historia comprada y vendida...” In <http://www.literatura.org/Cortazar/prosa.html>

BIBLIOGRAFIA

AGAMBEN, Giorgio. *Homo sacer: o poder soberano e a vida nua*. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

_____. *Infância e História: destruição da experiência e origem da história*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Bueno de. Terras tradicionalmente ocupadas: *Processos de Territorialização, movimentos sociais e uso comum*. In. *I Encontro dos Povos dos Faxinais*, 2005, Irati. Anais. Irati: IAP, 2005.

ARENDT, Hannah. *Entre o Passado e o Futuro*. Trad.: Mauro W. Barbosa de Almeida. São Paulo, Editora perspectiva, 3ª edição, 1992.

_____. *A Condição Humana*. Trad.: Roberto Raposo. Rio de Janeiro, Editora Forense Universitária, 8ª edição, 1997.

BOGUSZEWSKI, José Humberto. *Uma história cultural da erva-mate: o alimento e suas representações*. Curitiba: Dissertação – Departamento de História da UFPR, 2007

BOLETIM INFORMATIVO CASA ROMÁRIO MARTINS. A rua da liberdade, n 54, 1981.

_____. Estrada do Mato Grosso, n 50, 1981.

_____. Rebouças, n. 26, 2000.

BONI, Maria Inês Mancini de. *O Espetáculo Visto pelo Alto: vigilância e punição em Curitiba - 1890/1920*. Tese de Doutorado em História, FFLCH/USP, São Paulo, 1985.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Dos governos militares a Prudente-Campos Sales*. In: FAUSTO, Boris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira* (vol. 8). São Paulo: DIFEL, 1975.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas. O imaginário da República no Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.

_____. *Os bestializados. O Rio de Janeiro e a República que não foi*. 1987. São Paulo, Companhia das Letras.

CUNHA FILHO, Valter Fernandes da. *Cidade e Sociedade: a gênese do urbanismo moderno em Curitiba*. Curitiba, Dissertação de Mestrado, DEHIS / SCHLA / UFPR, 1998.

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*, São Paulo: Martins Fontes, 2000.

_____. *Segurança, território, população*, São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*, São Paulo, 2003, 32 ed. Companhia Editora Nacional.

GOMES, Ângela de Castro e FERREIRA, Marieta de Moraes. *Primeira República: um balanço historiográfico*, Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 4, 1989.

HESPANHA, António Manuel. *Guiando a mão invisível: Direito, estado e lei no liberalismo monárquico português*. Coimbra: Liv. Almedina, 2004.

HOBBSBAWM, Eric. *A Era do Capital. (1848-1875)*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1977.

_____. *A Era dos Impérios – 1875-1914*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26ª ed., São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

KROETZ, Lando Rogério. *As Estradas de Ferro do Paraná: 1880-1940*. Tese de Doutorado, FFLCH/USP, São Paulo, 1985.

LEFÈBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LUZ, Regina Maria. *A Modernização da Sociedade no Discurso do Empresariado Paranaense: Curitiba 1890-1925*. Dissertação de Mestrado em História do Brasil. Curitiba: DEHIS, SCHLA, UFPR, 1992.

MEIRINHO, Bruno Cesar Deschamps. A terra vista do “espaço”. Breve ensaio sobre o Contestado e as modernas relações do homem com a natureza. In FRAGA, Nilson Cesar (org.). *Contestado: o território silenciado*. Florianópolis: Insular, 2009.

MOURA, Aureliano Pinto de. *Contestado, a Guerra Cabocla*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército Editora, 2003.

MUMFORD, Lewis. *A Cidade na História: suas origens, transformações e perspectivas*. São Paulo: Martins Fontes, 3 ed., 1991.

OBA, Leonardo Tossiaki. *Marcos Urbanos e a Construção da Cidade: a Identidade de Curitiba*, Tese de Doutorado, FAU USP, São Paulo, 1999.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. *O silêncio dos vencedores. Genealogia, classe dominante e Estado no Paraná*. Curitiba: Moinho do Verbo, 2001.

PADIS, Pedro Calil. *Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná*. São Paulo: Hucitec, 1981.

PEREIRA, Luís Fernando Lopes. *Paranismo: o Paraná inventado; cultura e imaginário no Paraná da I República*. 1. ed. Curitiba: Aos quatro ventos, 1997.

_____. *O espetáculo dos maquinismos modernos – Curitiba na virada o século XIX ao XX*, São Paulo: Blucher Acadêmico, 2009.

PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. *Semeando iras rumo ao progresso*. Curitiba: Editora da UFPR, 1996.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O coronelismo numa interpretação sociológica*. In: FAUSTO, Boris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira* (vol. 8). São Paulo: DIFEL, 1975.

SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*, 5 Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

_____. *Da totalidade ao Lugar*, 1 Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: Cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SÊGA, Rafael Augustus. *Melhoramentos da Capital: a reestruturação do quadro urbano de Curitiba durante a gestão do prefeito Cândido de Abreu - 1913/1916*. Tese de Doutorado em História, SCHLA/UFPR, Curitiba, 1996.

SKIDMORE, Thomas E. *Preto no Branco: Raça e Nacionalidade no Pensamento Brasileiro*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

STEPAN, Nancy Leys. *A hora da eugenia: raça, gênero e nação na América Latina*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

TAVARES, Luis Almeida. *Campesinato e os faxinais do Paraná: as terras de uso comum*. São Paulo: Tese (Doutorado em Geografia) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2008.

TRINDADE, Etelvina Maria de Castro. *Cidade, homem e natureza: uma história das políticas ambientais de Curitiba*, Curitiba: Unilivre, 1997.

UEJIMA, Henrique Shigueo. *Histórias e estórias do Contestado: passado e presente, redes, poder e território*. In FRAGA, Nilson Cesar (org.). *Contestado: o território silenciado*. Florianópolis: Insular, 2009.

ZIZEK, Slavoj. *A utopia Liberal*, Margem Esquerda – ensaios marxistas, São Paulo: Boitempo, n. 12, 2008.